

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS

CAMPUS DE BOTUCATU

**Caracterização do Programa Coletivo Educador nas Políticas
Públicas de Educação Ambiental: avanços e desafios na rede
paulista**

Ana Luiza Azank Veltri

BOTUCATU

2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS

CAMPUS DE BOTUCATU

**Caracterização do Programa Coletivo Educador nas Políticas Públicas de
Educação Ambiental: avanços e desafios na rede paulista**

Ana Luiza Azank Veltri

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Beduschi Filho

Monografia apresentada ao Instituto de Biociências da UNESP – Campus de Botucatu, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Bacharel em Ciências Biológicas.

BOTUCATU

2008

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA SEÇÃO TÉCNICA DE AQUISIÇÃO E TRATAMENTO
DA INFORMAÇÃO.
DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - CAMPUS DE BOTUCATU - UNESP
BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL: SELMA MARIA DE JESUS

Veltri, Ana Luiza Azank.

Caracterização do programa coletivo educador nas políticas públicas de educação ambiental: avanços e desafios na rede paulista / Ana Luiza Azank Veltri. – Botucatu : [s.n.], 2008.

Trabalho de conclusão (bacharelado – Ciências Biológicas) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Botucatu, 2008

Orientador: Luiz Carlos Beduschi Filho

1. Educação ambiental 2. Políticas públicas - Brasil - Aspectos ambientais

Palavras-chave: Coletivos educadores; Educação ambiental; Políticas ambientais

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Marina e Marcelo, por
compartilhar

AGRADECIMENTOS

Agradeço às pessoas que me guiaram para o encontro com o coletivo: os amigos do Centro de Educação Ambiental do Parque Villa Lobos, do Instituto 5 Elementos e os Coletivos Jovens deste país. Em especial, à amiga Cacatua pelo convívio, transparência e alegria coletiva.

Àquelas que me encaminharam para a pesquisa em Educação Ambiental, nas universidades que me apoiaram neste projeto: na UNESP de Botucatu, Marília, Lourdinha, Helton e Guaracy; na USP, Rui Murrieta, Cris Adams e grupo de estudos TEIA.

Agradeço ao meu orientador Luiz Beduschi por me receber como orientanda e nortear os meus anseios no trabalho em EA, o que permitiu “fazer o que gosto”!

À minha família que dividiu comigo as alegrias das conquistas dos primeiros passos na área educativa na cidade grande e os desafios que ela traz, acrescentando ao cardápio dos jantares aconchegantes, saborosos e televisivos as discussões socioambientais.

Agradeço ao Julio pela cumplicidade, compreensão, amor, carinho, apoio e todo o suporte técnico na produção do trabalho, passando a mão no meu coração nos momentos mais difíceis.

Aos Coletivos Educadores, um eterno agradecimento pela própria existência.

Aos educadores e educadoras ambientais que compartilharam suas experiências para este estudo, alimentando meu encanto pela vida, mesmo com todas as pedras que possam ter no caminho, afinal ele “se faz caminhando”.

LISTA DE SIGLAS

ACT - Acordos de Cooperação Técnica
CE - Coletivo Educador
CGEA/MEC - Coordenadoria Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação
CIEAs - Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental
COM-VIDA - Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida
DEA/MMA - Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente
EA - Educação Ambiental
FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente
FEHIDRO - Fundo Nacional de Recursos Hídricos
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC - Ministério da Educação
MES - Municípios Educadores Sustentáveis
MI - Ministério da Integração Nacional
MMA - Ministério do Meio Ambiente
NEA/IBAMA - Núcleos de Educação Ambiental do IBAMA
OG - Órgão Gestor
ONG - Organização não-governamental
PAP - Pesquisa ação participante ou pessoas que aprendem participando
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
PEEA - Política Estadual de Educação Ambiental
PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente
ProFEA - Programa Nacional de Formação de Educadores(as) Ambientais
ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental
REPEA - Rede Paulista de Educação Ambiental
SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente
SIBEA - Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental
SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente
SISNEA - Sistema Nacional de Educação Ambiental

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1. INTRODUÇÃO	9
1.1. Histórico do Ambientalismo Brasileiro	9
1.2. Caminhos da Educação Ambiental nas Políticas Públicas Brasileiras	13
1.3. Políticas e Programas: a Educação Ambiental institucionalizada	14
1.4. Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis	18
1.4.1. Coletivos Educadores e Municípios Educadores Sustentáveis	23
1.4.2. Coletivos Educadores e COM-VIDAs	24
1.4.3. Da Teoria à Prática: a trajetória dos Coletivos Educadores no Brasil	25
2. METODOLOGIA.....	28
2.1. Percebendo-se Integrante	29
3. A FORMAÇÃO DO COLETIVO EDUCADOR: um processo dinâmico	36
3.1. Estrutura	37
3.2. Participação	43
3.3. Comunicação	49
4. UMA EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	55
4.1. Educador Ambiental Popular	62
4.2. Construção Coletiva	63
5. O ESTADO E O FINANCIAMENTO NOS COLETIVOS EDUCADORES	66
5.1. Recursos	67
5.2. Políticas Públicas Ambientais	70
5.3. Encontros e Caminhos	79
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
7. REFERÊNCIAS	84
8. ANEXOS	88
I. Lei nº 9.9795, de 27 de abril de 1999	88
II. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002	93
III. Carta aos Coletivos	96
IV. Entrevistas	98
a. COEDUCA	98
b. CE da Região Norte da Cidade de São Paulo	105
c. CE Mantiqueira	114
d. CESCAR	116
Coletivos Educadores da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê	130

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho apresenta uma análise do Programa Coletivo Educador, a partir de pesquisa bibliográfica e da abordagem dos avanços e desafios relatados em entrevistas por participantes dos cinco Coletivos Educadores (CEs) contemplados pelo edital de financiamento nº05/2005 do Fundo Nacional do Meio Ambiente, no estado de São Paulo. A fim de refletir sobre sua efetividade como instrumento da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795/99, os integrantes do grupo gestor de cada um dos Coletivos Educadores entrevistados foram questionados sobre os processos educacionais, comunicativos, estruturais, políticos, econômicos e participativos dessa instância.

Dessa forma, o estudo busca proporcionar ao leitor o conhecimento deste Programa não só por meio de um levantamento bibliográfico, mas também através da vivência de seus participantes. Ao tornarem públicas as experiências destes Coletivos no estado de São Paulo, almeja divulgar uma proposta de âmbito nacional para recortes geográficos regionais diferenciados como um processo educacional para o enfrentamento das problemáticas socioambientais locais.

Para este entendimento, o trabalho contextualiza o Programa Coletivo Educador no breve histórico de políticas públicas ambientais no Brasil e na trajetória das políticas públicas de educação ambiental, apresentando uma descrição da proposta. Os processos metodológicos partem de revisão de literatura e entrevistas semi-estruturadas para situar o leitor diante das realidades no tempo e espaço do Coletivo Educador entrevistado através deste diálogo.

Os resultados e discussões das entrevistas buscam analisar e comparar os processos questionados aos CEs, dividindo-os em três capítulos. O primeiro, *A Formação do Coletivo Educador: um processo dinâmico*, discute a sua estrutura, participação e comunicação. O segundo, *Uma Educação Socioambiental*, discorre sobre processos formativos em educação ambiental. O último deles, *O Estado e O Financiamento nos Coletivos Educadores*, contextualiza as diferentes realidades político-econômicas de cada grupo, finalizando a discussão com os desafios enfrentados por eles. Na sequência, as *Considerações Finais*, nas quais apresento conclusões da pesquisa realizada. Por fim, apresento as *Referências* citadas no texto. Os anexos encontrados no corpo do trabalho permitem ao leitor visualizar conceitos e atividades através de gráficos, fotos e mapas. As entrevistas realizadas estão transcritas e também seguem anexas, assim como documentos oficiais para maior conhecimento do leitor.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Histórico do Ambientalismo Brasileiro

Se hoje o mundo vivencia o debate mais freqüente e ríspido sobre as mudanças ambientais globais, desenvolve tecnologias e estratégias de capital inseridas no crescente mercado verde e presencia a inclusão de novos projetos de leis ambientais nas agendas políticas, nenhuma ação torna-se globalmente efetiva sem o entendimento das problemáticas socioambientais locais por sua própria população. Como instrumento para essa compreensão, a Educação Ambiental (EA) pressupõe a promoção de um diálogo de saberes, dissipando o conhecimento acumulado nas mãos de uma minoria esclarecida, procurando despertar o sentimento de pertencimento, participação e responsabilidade nos indivíduos.

Para que possamos entender a EA como política pública, é preciso visualizar a trajetória da inserção da questão ambiental nas diferentes e indissociáveis dimensões econômica, política, social e cultural. Segundo Sotero (2008), sua gênese acompanha o movimento ambientalista, contestando o modo de produção e consumo hegemônico em detrimento dos recursos naturais.

De acordo com Jacobi (2003), a partir de meados da década de 70, o movimento ambientalista ganhou forças externas, com a realização da Conferência de Estocolmo de 1972 e o retorno de políticos exilados em 1979, e também internas, devido à visibilidade da devastação ambiental no país, à formação de uma nova classe média preocupada com a qualidade de vida e à insurgência de movimentos sociais. O processo de liberalização política, depois de duas décadas de governos militares, fortaleceu a mobilização social, incorporando o ambientalismo nas reivindicações sociopolíticas, como observado nas lutas dos seringueiros da Amazônia e no movimento dos atingidos por barragens (LITTLE, 2003).

Após a Conferência de Estocolmo, em 1972, os debates sobre a postura marginalizada dos países em desenvolvimento diante dos problemas ambientais, concretizaram-se na agenda dos governos, os quais passaram a inserir o meio ambiente como política pública. No Brasil, em 1973, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), ligada à Presidência da República, visando à conservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais. Esta estratégia procurou melhorar a imagem do país, conhecido por considerar as restrições ambientais conflitantes com os planos de desenvolvimento econômico, apoiado nas indústrias petroquímicas, energéticas e minerais (JACOBI, 2003).

Neste contexto, o ambientalismo se fortalecia no plano internacional através da criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na esfera das Nações Unidas, sob a presidência da primeira-ministra norueguesa Gro Brudtland, em 1983. Sua missão era avaliar a relação entre desenvolvimento e meio ambiente no planeta, resultando em um documento chamado Relatório Brudtland, conhecido por *Nosso Futuro Comum*, em 1987. A partir deste relatório, o conceito de *desenvolvimento sustentável* tornou-se meta e conceito base para todos os países nas relações de harmonização entre a política desenvolvimentista e o meio ambiente, em substituição ao termo *ecodesenvolvimento* (SORRENTINO *et al.*, 2005).

A primeira Constituição Federal Brasileira que dedicou capítulo específico ao meio ambiente foi a de 1988, estabelecendo que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida” (BRASIL, 1988). Na Assembléia Constituinte de 1988, foi criada uma Frente Parlamentar Verde com 15% de deputados, oriundos do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) e do Partido dos Trabalhadores (PT), refletindo assim o aumento da participação de ambientalistas no campo institucional, disputando cargos eletivos. Esta instância procurou transformar e modernizar a legislação ambiental brasileira na área de proteção ambiental, através do zoneamento ambiental, da apresentação de Estudos de Impactos Ambientais, discutidos em audiências públicas, além das penalidades para agressores do meio ambiente (JACOBI, 2003).

Em 1992, no Rio de Janeiro, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, e do Fórum Global fortaleceram o movimento ambientalista nacional (LITTLE, 2003). A confluência de delegações de 175 países permitiu a discussão de temáticas ambientais, com a produção de tratados, documentos e compromissos assinados entre os países, promovendo responsabilidades em cada nação sobre os respectivos problemas ambientais (SOTERO, 2008). Aprovada neste contexto, a Agenda 21 torna-se o principal referencial de ação para o desenvolvimento sustentável no século XXI, visando à criação de sociedades sustentáveis através de “um novo critério básico e integrador que promove responsabilidades éticas e uma redefinição das relações sociedade-natureza e, portanto, uma mudança substancial do processo civilizatório” (JACOBI, 2008).

Cinco anos depois, cientistas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) elaboraram um relatório sobre a evidência dos primeiros sinais de mudança climática, apresentando, neste ano de 1997, o Protocolo de Quioto para assinatura de cinquenta e cinco países desenvolvidos que representassem pelo menos 55% das emissões de gases poluentes do efeito estufa em 1990. A sua ratificação foi completada em 2005 com a assinatura da Rússia. O protocolo representou o primeiro documento sob o qual os países signatários assumiram compromissos para a redução da emissão de gases causadores do efeito estufa, por meio de medidas a serem implementadas a partir do ano de 2000 (BRAZ, 2003).

Outro evento marcante foi a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo, África do Sul em 2002, conhecido por Rio+10. Um dos principais objetivos era avaliar os acordos firmados na Rio 92 e planejar futuras ações para corrigir as falhas resultantes. O jornalista Washington Novaes, em entrevista concedida ao Correio Braziliense, critica a efetividade dos compromissos assumidos na Cúpula, pois fala-se muito em reduzir a pobreza, por exemplo, mas não existe obrigação neste sentido, havendo apenas um fundo voluntário sem cooperação financeira. Defende, ainda, a necessidade de:

(...) criar regras mundiais e exigir seu cumprimento, porque as questões ambientais são planetárias, sem fronteiras. Estamos no limite. Um estudo indica que já ultrapassamos em 20% a capacidade de reposição da biosfera. São 800 milhões passando fome e 15% da população mundial controlando 80% da produção, consumo e renda. Não podemos esperar uma Rio+20 (GARCIA, 2008).

Apesar do legado deixado pela Rio 92, nos dez anos seguintes o mundo não acompanhou a força ambientalista presente em momentos anteriores. De acordo com Little (2003), a presença das ações ambientais nas políticas públicas ocorreu na contramão da ideologia neoliberal que defendia a não intervenção do Estado, pregando redução em seu tamanho e orçamento. Ainda segundo o autor, durante este período, o setor ambiental governamental cresceu tanto na área institucional quanto financeira, com a implantação de leis e recursos, mas o ritmo de degradação ambiental foi mais acelerado, revelando a fase rudimentar das políticas públicas ambientais.

Neste sentido, amplia-se o espaço público envolvido com a questão ambiental, cujo novo momento é definido por Little (2003, p. 17):

(...) o conceito do “público” não fica restrito ao âmbito do Estado, mas incorpora as porções da sociedade civil e do setor privado preocupadas com a qualidade do meio ambiente como bem coletivo. O conceito de “políticas” também amplia-se para referir-se às normas técnicas e sociais, estabelecidas por uma coletividade pública, a serem utilizadas na administração do domínio público. Assim, o conceito de “políticas públicas” ganha um novo sentido: o conjunto de decisões inter-relacionadas, definido por atores políticos, que tem como finalidade o ordenamento, a regulação e o controle do bem público. Para tanto, “políticas ambientais” seriam aquelas políticas públicas que procuram garantir a existência de um meio ambiente de boa qualidade para todos os cidadãos do país.

Para Sorrentino et al. (2005), resgatar a política é imprescindível para a construção de uma ética da sustentabilidade resultante das lutas ambientalistas. Segundo o autor, a Educação Ambiental surge como processo educativo para a cidadania, contribuindo para o diálogo entre Estado e sociedade civil na definição de políticas públicas.

1.2. Caminhos da Educação Ambiental nas Políticas Públicas Brasileiras

Acompanhando os movimentos ambientalistas dos anos 70 e a inserção das políticas públicas ambientais nas agendas institucionais, as atividades de EA estiveram presentes nas ações governamentais, mesmo que pontuais e incipientes (SÃO PAULO, 2003). A Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) institucionalizou a EA ao buscar a educação para o uso racional dos recursos naturais, visando à conservação do meio ambiente. Outra influência externa foi a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental realizada em Tbilisi, na Geórgia, em 1977, na qual os países participantes foram orientados para apresentarem propostas e implantarem ações em EA “como estratégia para a sustentabilidade ambiental e social” (SORRENTINO *et al.*, 2005).

Refletindo esta demanda, a década de 80 foi marcada pela implementação de leis ambientais, dentre elas a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Ela cria o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) que define a EA dentro de seus princípios e objetivos, objetivando capacitar a comunidade para a participação ativa na defesa do meio ambiente (SÃO PAULO, 2003). Na mesma década, a Constituição Federal de 1988 reforçou esta orientação ao estabelecer, no inciso VI do artigo 225, a necessidade de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 2005a, p. 22).

Outras duas instâncias criadas nos anos posteriores à Assembleia Constituinte fortaleceram a EA dentro de suas prioridades: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), instituídos pelas leis nº 7.735/89 e nº 7.797/99, respectivamente (SOTERO, 2008).

Nos anos 90, as ações de EA tornam-se mais visíveis e dissipadas, indicando um amadurecimento da década anterior referente à sua institucionalização no âmbito jurídico. Seu fortalecimento se destaca na Rio 92 e no concomitante Fórum Global, de onde surgiu o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*,

documento base para educadores e educadoras ambientais no Brasil (SOTERO, 2008). Nele, a sociedade civil define a EA como um processo dinâmico em permanente construção, orientado por valores baseados na transformação social (BRASIL, 2005a).

Em 1997, a política pública educacional reconhece a necessidade da apropriação da temática ambiental nos processos educativos através da aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental que insere o meio ambiente nos currículos escolares como tema transversal (SÃO PAULO, 2003).

Os PCN constituem-se como um subsídio para apoiar a escola na elaboração do seu projeto educativo, inserindo procedimentos, atitudes e valores no convívio escolar, bem como a necessidade de tratar de alguns temas sociais urgentes, de abrangência nacional, denominados como temas transversais: meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo, com possibilidade de as escolas e/ou comunidades elegerem outros de importância relevante para sua realidade (BRASIL, 2005a, p. 26).

1.3. Políticas e Programas: a Educação Ambiental institucionalizada

Para Tamaio (2007), a trajetória histórica da EA levou à consolidação de sua institucionalização com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei nº 9.795/99, que define seus princípios básicos, tornando-se o marco legal regulador da EA no país (Anexo I). Desde a apresentação da proposta à sua aprovação, o Projeto de Lei passou por tramitações que modificaram sua estrutura original, trazendo perdas e ganhos durante os seis anos nesta fase (SOTERO, 2008). Ao problematizar a PNEA, nota-se a fragilidade de sua estrutura, ausente de condições que potencializem a EA transformadora para a construção de sociedades sustentáveis (BRASIL, 2007a).

Após análise sobre o consenso da PNEA, Sotero (2008, p. 136) avalia que:

As reflexões dos autores nos trazem elementos negativos e fragilidades da lei, em alguns casos com uma dose de pessimismo. Sabemos que o texto da lei foi tímido no que tange uma educação ambiental transformadora. Oculto no que se refere à justiça social. Omissos quanto aos recursos financeiros. Todavia, inegavelmente, mesmo com todas as limitações, tratou-se de uma importante conquista dos educadores e educadoras ambientais e do movimento ambientalista. A EA a partir daquele momento passava a ter, por mais frágil que fosse, uma base político-institucional. A prática de educadores e educadoras ambientais, da universidade à pré-escola, do órgão público à pequena associação, passava a ter um alicerce, estava assegurada em lei.

Em sintonia com o Tratado de EA, a PNEA torna-se base para o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), criado em 1994, indicando orientações para a execução de ações em EA, explicitando-a na missão, objetivos, princípios e diretrizes. Na terceira edição deste Programa, em 2005, sua missão foi definida para uma “educação ambiental contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis com pessoas atuantes e felizes em todo o Brasil” (BRASIL, 2005a, p. 41). Dessa maneira, ambos os marcos legais tem referências no Tratado, buscando a “EA como prática social capaz de integrar os múltiplos aspectos da problemática ambiental contemporânea” (TAMAIÓ, 2007, p. 88).

As ações do ProNEA relacionadas ao sistema de ensino e à gestão ambiental foram executadas pela Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação (MEC) e pelos referentes setores no Ministério do Meio Ambiente (MMA) e no IBAMA, respectivamente, além de outros organismos públicos e privados envolvidos na execução. Como uma de suas diretrizes, declara-se que:

O processo de construção do ProNEA pode e deve dialogar com as mais amplas propostas, campanhas e programas governamentais e não-governamentais em âmbitos nacional, estadual e municipal, fortalecendo-os e sendo por eles fortalecido, agregando a estas reflexões e práticas marcadamente ambientalistas e educacionais. Em conjunto com esses programas, são propostas ações educacionais fundadas e voltadas ao ideário ambientalista, permitindo a formação de agentes, editores, comunicadores e educadores ambientais, apoiando e fortalecendo grupos, comitês e núcleos ambientais, em ações locais voltadas à construção de sociedades sustentáveis (BRASIL, 2005a, p. 35).

A articulação interministerial da EA se institucionalizou com o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a PNEA e, no artigo 2º, cria o Órgão Gestor (OG)

“responsável pela coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental, que será dirigido pelos Ministros de Estado do Meio Ambiente e da Educação” (BRASIL, 2002). A criação do Comitê Assessor no artigo 4º deste Decreto, composto por treze setores ou entidades variadas para assessorar o OG, pode representar um meio de participação e controle social da PNEA, enraizando a EA nas bases sociais nas quais as entidades participantes atuam (Anexo II).

Os representantes do Órgão Gestor indicados para atuarem na coordenação da PNEA e do ProNEA compõem a Coordenadoria Geral de Educação Ambiental (CGEA) no Ministério da Educação e a Diretoria de Educação Ambiental (DEA) no Ministério do Meio Ambiente. Segundo Barbosa (2008), devido à transversalidade da EA, o desenvolvimento de projetos nesta área em âmbito nacional nas diferentes instâncias desafia o OG a sistematizá-las, integrá-las e, conseqüentemente, potencializar a implantação da Política. Para o autor, “o OG tem buscado estimular nas unidades da Federação, a gestão democrática e participativa da EA, bem como uma articulação sistêmica de ações formativas, por meio do intercâmbio de saberes, esforços e experiências de grupos e instituições de formação que tenham relação com a EA” (BARBOSA, 2008, p. 9).

Esta busca está pactuada no documento chamado Compromisso de Goiânia, selado no primeiro encontro governamental nacional sobre políticas públicas de EA, em 2004, em Goiânia, reunindo secretários e gestores públicos das três esferas de governo da área educacional e ambiental (BRASIL, 2005a). Apoiado no ProNEA, o documento estabelece o pacto dos representantes estaduais e municipais com o OG para esforço conjunto no enraizamento da EA no país, reconhecendo a necessidade do fortalecimento das Comissões Interinstitucionais Estaduais (CIEAs), pois estimulam a participação e o exercício do controle social (BARBOSA, 2008). Nas CIEAs, participam de redes de EA, governos estaduais e municipais, universidades, consórcios municipais ou comitês de bacia hidrográfica, gerências do IBAMA e outros órgãos públicos federais e estaduais.

Para atender esta demanda, em consonância com a PNEA e o ProNEA, a DEA/MMA elabora o Programa de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA), cujo objetivo é “qualificar as políticas públicas federais de Educação Ambiental para que estas exijam menos intervenções diretas e mais apoio supletivo às reflexões e ações autogeridas regionalmente,

no sentido de desenvolver uma dinâmica nacional contínua e sustentável de processos de formação de educadores(as) ambientais a partir de diferentes contextos” (BRASIL, 2005b).

Tamaio (2007, p. 94) define o processo de formação, comparando-o como:

(...) um tema recorrente nas formulações e implementações da política pública de EA, em grande parte como fruto das aspirações dos educadores por novas possibilidades de reflexão conceitual e prática sobre o fazer metodológico, voltado para a construção/aquisição de novos olhares, comportamentos e posturas que contribuam para o enfrentamento dos graves problemas ambientais.

Segundo Sorrentino et al. (2005), o programa é desenhado para ser efetuado em parceria com as CIEAs, através de quatro processos educacionais como proposta metodológica:

- I. *Formação de educadores ambientais*: através de programas que almejam a atuação de educadores ambientais na transformação da localidade, a partir do conhecimento construído no processo de aprendizagem que converge questões sociais e ambientais, locais e globais, com o intuito de formar outros educadores atuantes, adaptando este conhecimento ao seu contexto. O programa *Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas*, promovido pelo CGEA/MEC é um exemplo de formação de educadores ambientais;
- II. *Educomunicação socioambiental*: por meio de estratégias comunicativas com finalidades educacional e cultural, contribuindo para a expressão comunicativa dos educadores ambientais em processo de formação, o qual se fortalece com a participação na criação, produção e gestão da temática ambiental nos meios de comunicação, através do domínio de ferramentas tecnológicas, a elaboração de materiais didáticos e a organização de campanhas de EA, por exemplo;
- III. *Educação por meio das escolas e outros espaços e estruturas educadoras*: com o objetivo de difundir a educação para além da sala de aula, como, por exemplo, em viveiros, hortas comunitárias, trilhas interpretativas, Salas Verdes, Centros de

Educação Ambiental, sistemas de gerenciamento de resíduos e abastecimento de água, induzindo ações e reflexões sobre a qualidade ambiental e de vida;

- IV. *Educação em Foros e Coletivos*: a partir da participação democrática dos cidadãos em foros e colegiados (Conselhos, Agendas 21, CIEAs, Redes de EA, Comitês de Bacias, por exemplo) nos quais realizam projetos e ações em prol da sustentabilidade pela construção de consensos, contribuindo para a entrada de atores sociais nos processos de formação de educadores ambientais.

No desenvolvimento de propostas de formação de educadores ambientais, o MEC e o MMA atuam junto aos públicos específicos visando articular os processos continuados com os processos transformadores, a partir de uma visão sistêmica e permanente do processo educacional, dentro de uma perspectiva crítica, popular e emancipatória (SORRENTINO *et al.*, 2005). A articulação das ações é feita por *facilitadores* (CGEA/MEC) e *enraizadores* (MMA/DEA), profissionais de carreira ou técnicos especializados, contratados pelo Órgão Gestor para acompanhar e monitorar as políticas públicas estaduais em EA no país (BARBOSA, 2008).

Sustentando tais propostas e ações, o ProFEA tem como utopia a formação de 180 milhões de brasileiros educados e educandos ambientalmente, buscando o envolvimento de toda a população brasileira, tendo a formação de Coletivos Educadores como uma de suas estratégias essenciais de implementação (BRASIL, 2005b).

1.4. Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis

A necessidade de implementar políticas públicas de Educação Ambiental e a busca por processos de formação de educadores ambientais, em todos os territórios do país, contribuíram para a elaboração do Programa Coletivo Educador, a fim de articular e fortalecer ações de EA não-formais e promover a reflexão crítica acerca da realidade socioambiental local. Um CE une pessoas que buscam o apoio de suas instituições para

atuarem em um processo educacional num dado território (FERRARO JÚNIOR e SORRENTINO, 2005).

Neste sentido, um CE é formado por um grupo de pessoas que “compartilham suas observações, visões e interpretações da mesma forma que planejam, implementam e avaliam processos de formação de educadores ambientais” (BRASIL, 2005b, p. 13). Segundo o ProFEA, um CE propõe a interpretação e enfrentamento da problemática socioambiental pela população local, instrumentalizando-a através de processos de aprendizagem participativos, continuados e permanentes, desenvolvendo ações de EA para a construção de territórios sustentáveis.

O diálogo de saberes no Programa se manifesta na articulação entre os diversos grupos do tecido social onde atua. Em busca de ações formativas, os diversos setores que constituem um CE, como por exemplo, Universidades, Governo de Estado, Prefeituras Municipais, Núcleos de Educação Ambiental (NEAs)/IBAMA, Redes de Educação Ambiental, Organizações Não-Governamentais (ONGs), Pastorais, Federações, Sindicatos, entre outros, dialogam e atuam diretamente com lideranças comunitárias, professores, agentes de saúde, técnicos municipais, participantes de sindicatos e federações de trabalhadores, movimentos sociais (BRASIL, 2006).

A principal metodologia que orienta a convergência de ações entre as diferentes entidades no programa CE é a pesquisa-ação-participativa (PAP). Como define Tozoni-Reis (2005), este método articula a produção de conhecimentos, a ação educativa e a participação dos envolvidos para enfrentamento da realidade estudada. Segundo a autora, com o propósito de compartilhar saberes e ampliar a consciência das bases sociais em relação à problemática socioambiental correspondente, a metodologia PAP prevê, em sua dimensão política, a democratização da participação popular.

Para Viezzer (2005, p. 284), a pesquisa é ação participante:

(...) não só porque a pesquisadora ou o pesquisador social saem do escritório para trabalhar em campo, mas também porque os grupos envolvidos saem do silêncio e do espaço de opressão que a sociedade lhes impõe, para participar de um processo onde aprendem a descobrir, compreender e analisar a realidade e repassar adiante o conhecimento adquirido.

A partir desta base metodológica, o ProFEA define os CEs como grupos articulados de “Pessoas que Aprendem Participando” ou grupos de “Pesquisa-Ação-Participante”, denominados grupos PAPs. Estes devem ser entendidos como Comunidades de Aprendizagem e Interpretativas que “permanentemente diagnosticam, interpretam a realidade, planejam intervenções educacionais, constroem conceitos, aprendem, intervêm, avaliam e desta forma vivem a Pedagogia da Práxis” (BRASIL, 2005b, p. 14). O programa concebe a filosofia da práxis como uma ação educativa que se pauta na “unidade entre teoria e prática, uma não existe e não acontece sem a outra, não havendo, portanto, uma hierarquia ou uma antecendência de uma em relação à outra” (BRASIL, 2006, p. 21).

Os grupos PAPs estão organizados em uma estrutura proposta para garantir o envolvimento de toda a população do território, chamada *arquitetura de capilaridade*, em sintonia com a utopia do ProFEA. A ramificação do processo formativo propõe o enraizamento da EA nos diferentes contextos de um dado recorte geográfico, de modo que cada cidadão tenha contato com um educador ambiental, em consonância com o princípio da participação ampla e irrestrita da democracia radical (BRASIL, 2005b). De acordo com este documento, a capilarização se constitui em uma “estrutura de círculos concêntricos de comunidades interpretativas de aprendizagem (os grupos de pesquisa ação participativa), partindo do primeiro nível, de menor número inicial até o nível mais afastado, envolvendo a totalidade da população daquela região ou setor social” (Figura 1).

Sendo assim, é de responsabilidade da DEA/MMA, em parceria com a CGEA/MEC e outras instituições nacionais, elaborar e formar o chamado grupo PAP1 com o intuito de articular, subsidiar e formar parcerias para a atuação e multiplicação do grupo PAP2, que é o próprio Coletivo Educador (BRASIL, 2005b). Neste ponto, inicia-se a *arquitetura de capilaridade*, já que a formação do grupo PAP2, composto por pessoas que participam a partir da adesão de suas instituições, tornam-se responsáveis pela continuidade do processo formativo e sua estrutura pedagógica e logística (BRASIL, 2005b).

As pessoas envolvidas diretamente no diálogo com os representantes institucionais regionais do grupo PAP2 compõem o grupo PAP3, sendo elas lideranças comunitárias com grande capacidade de comunicação e que medeiam e animam processos de formação junto aos seus segmentos sociais. Estes grupos de convívio, por sua vez, constituem o grupo PAP4,

formado por educadores ambientais populares inseridos nas comunidades, com a proposta de envolver o cidadão em um bairro, comunidade rural, quarteirão, sindicato, escola, entre outros, através de sua intervenção socioambiental local (BRASIL, 2007b).

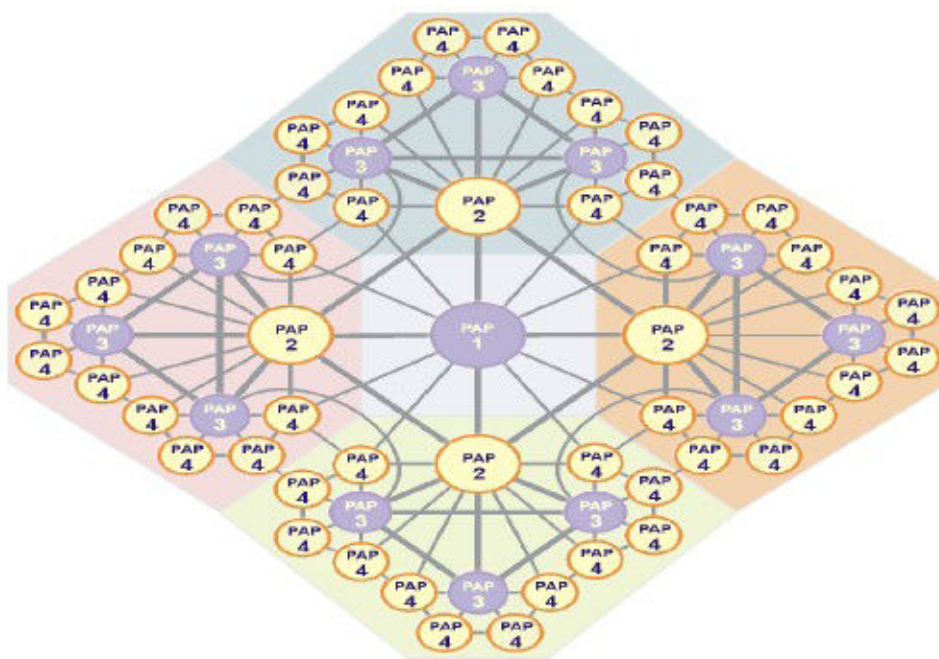


Figura 1. Representação esquemática da arquitetura de capilaridade. Fonte: ProFEA (BRASIL, 2005b).

De acordo com o *Boletim dos Coletivos Educadores de São Paulo*, os quatro processos educacionais propostos pelo ProFEA, anteriormente explicitados, se complementam, desafiando o CE a implementá-los para acessar permanentemente e continuamente todas as pessoas:

A formação que se dá através dos diversos Conselhos, Colegiados e Fóruns, demonstra que a própria essência de funcionamento coletivo, a própria estrutura de funcionamento destes espaços, tem o potencial de educar – na medida em que são espaços que só existem e cumprem seu papel com a participação de seus integrantes, e considerando que a participação é a chave para a transformação - e se esta transformação se dá para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente - estamos falando de um processo de formação em Educação Ambiental. Outro processo educacional a ser implementado pelas instituições, pessoas e grupos dos Coletivos Educadores com o intuito de se chegar à totalidade da base territorial de forma permanente, é transformando espaços existentes e criando novos espaços, em espaços

educadores – estruturas educadoras - através de “atividades” e exemplos que mexam com as pessoas, que as emocionem, valorizando a história, a cultura, os saberes populares, estimulando que conheçam os lugares onde vivem, e aproveitem os seus espaços de convivência para refletirem sobre sua participação na cadeia da vida. E a outra ferramenta essencial é a comunicação - mas não a comunicação que apenas informa – também importante, mas a comunicação que transforma, na medida em que é feita COM as pessoas e não PARA as pessoas. É a educomunicação que planeja junto o uso das diversas linguagens da comunicação com os grupos beneficiados (BRASIL, 2007c, p. 3).

Três eixos pedagógicos articulados e indissociáveis orientam as práticas educativas: o acesso a conteúdos e processos formadores através de Cardápios de Aprendizagem; a constituição e participação em Comunidades de Aprendizagem e Interpretativas; e a Intervenção Socioeducacional como práxis pedagógica. Com base na cartilha *Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis* (BRASIL, 2007b), as descrições de seus conceitos são:

- I. *Cardápios de Aprendizagem*: conjunto de conteúdos e processos formativos acessados pelo CE e pelos próprios educadores ambientais, que podem ser escolhidos para compor a formação dos educandos no enfrentamento da problemática socioambiental de acordo com suas necessidades, cujos itens podem ser, por exemplo, oficinas, cursos, mini-cursos, vivências, visitas técnicas. Os itens de cardápio são construídos coletivamente incorporando diferentes saberes, acadêmicos e populares.
- II. *Comunidades Interpretativas e de Aprendizagem*: encontro de participantes do processo de formação e do próprio CE para partilhar diferentes visões e idéias sobre o seu território, redefinindo valores a partir do exercício de interpretação de seu contexto, agregando e discutindo percepções diversas sobre ele. Propõe-se a participação deste grupo dialógico junto a foros e colegiados.
- III. *Intervenção socioeducacional*: a prática planejada, executada e avaliada pelo grupo envolvido no processo de formação de educadores ambientais, cujas ações

educacionais intencionais buscam soluções para problemas concretos da realidade socioambiental local.

De acordo com a cartilha (BRASIL, 2007b), as instituições parceiras do Coletivo Educador têm a função de disponibilizar o cardápio de aprendizagem, orientar as intervenções e acompanhar a animar comunidades interpretativas.

O recorte territorial definido para o início da atuação de um CE corresponde à área onde as instituições parceiras realizam processos educacionais formativos, com o intuito de articular as ações conjuntas em EA já existentes. Se as ações do governo federal diferem para cada região delimitada, um programa amplo de formação regional que apresente diferentes propostas e interesses institucionais de um único território pode colaborar para seu atendimento. Desta forma, o programa CE executa o mapeamento de instituições que fomentem ações em EA em uma área demarcada, fortalecendo-as em prol da sustentabilidade de Políticas Públicas territoriais (BRASIL, 2006).

De acordo com o documento *Mapeamento de Potenciais Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis* (BRASIL, 2006, p. 5) a necessidade da sinergia de ações em um CE se justifica ao favorecer:

(...) a continuidade das propostas de formação, a otimização de recursos locais, regionais e federais, a articulação de programas e projetos de desenvolvimento territorial sustentável, pois o desenvolvimento de processos educacionais amplos, continuados, sincrônicos, permanentes e que perpassem todo o tecido social depende de uma conjunção de recursos e competências que dificilmente se encontram numa única instituição.

1.4.1 Coletivos Educadores e Municípios Educadores Sustentáveis

O programa *Municípios Educadores Sustentáveis* (MES) é coordenado pela DEA/MMA e propõe a construção de municípios voltados à sustentabilidade socioambiental através de processos educativos, proporcionando aos munícipes a atuação para a melhoria da qualidade de vida, direcionando-os ao enfrentamento da problemática socioambiental (BRASIL, 2007b). Para isso, o MES almeja transformar os espaços coletivos em *espaços*

educadores, os quais podem viabilizar a construção da cidadania ambiental e gestão municipal participativa (BARBOSA, 2008).

Segundo Brandão (2005), o programa é uma iniciativa do poder público, mas sua realização se dá através dos grupos locais organizados em cada município participante. Este se compromete a aperfeiçoar a legislação, construir participativamente a Agenda 21 Local e elaborar projetos de captação de recursos para implementar o que for decidido pelo Comitê Local e Foros Deliberativos Regionais, além de ganhar o Selo MES de certificação.

Espera-se que as ações do MES sejam apoiadas pelos CE, já que estes têm o papel de articular as instituições que já atuam com processos de formação no município, fortalecendo as ações de EA em andamento. Os projetos avaliados, planejados e desenvolvidos pelos grupos educadores serão destinados à constituição de um *Município Educador Sustentável* e o território como um todo, como um *Território Educador Sustentável* (BRASIL, 2006).

1.4.2 Coletivos Educadores e COM-VIDAs

A *Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida* (COM-VIDA) é uma nova forma de organização na escola que propõe aproximá-la da comunidade através de intervenções educativas transformadoras da realidade socioambiental. Sua elaboração foi inspirada na idéia de *círculos de aprendizagem e cultura* definida por Paulo Freire, como “um lugar onde todos têm a palavra, onde todos lêem e escrevem o mundo. É um espaço de trabalho, pesquisa, exposição de práticas, dinâmicas, vivências que possibilitam a construção coletiva do conhecimento” (*apud* BRASIL, 2007d, p. 13). A COM-VIDA é um espaço educador na medida em que possibilita a aprendizagem entre escola e comunidade, trazendo como um instrumento a Agenda 21 para o planejamento de atividades e elaboração de projetos coletivos (BRASIL, 2007d).

Fora da escola, existem outras formas de COM-VIDA, as *Comunidades de Aprendizagem para a Qualidade Ambiental e de Vida*, que complementa e dialoga com a anterior, no que se refere à articulação de saberes e ações com foco na EA, que a modernidade, com suas instituições disciplinares, fragmentou e dissociou (BARBOSA, 2008). Os encontros presenciais fazem da COM-VIDA um espaço de aprendizagem e de ações

estruturantes de EA que podem ocorrer em associações de bairro e de moradores, ONGs, igrejas, empresas, etc. A constituição dessas Comunidades é um resultado esperado do trabalho dos educadores ambientais populares formados pelo CE correspondente.

Para Sorrentino et al. (2005), as COM-VIDAs podem ser articuladoras de processos de MES na medida em que ambos propõem o planejamento da Agenda 21 para suas ações em EA. Observa-se então a sinergia das ações do MMA e do MEC, a qual se potencializa quanto mais aprofundada for a articulação metodológica entre os dois Ministérios.

1.4.3 Da Teoria à Prática: a trajetória dos Coletivos Educadores no Brasil

Os primeiros CEs se articularam em 2004, sob apoio institucional de parceiros do DEA/MMA, nos estados do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (BRASIL, 2008b). Após a experiência dos nove primeiros, foi lançado o edital público para a seleção de projetos de *Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis*, em 2005, via Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), idealizado pela DEA/MMA em parceria com Ministérios da Educação (MEC), da Integração Nacional (MI) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). Dos cinquenta e sete projetos encaminhados, apenas vinte e dois foram contemplados, dentre os quais dezoito foram conveniados. Dois apresentaram impedimentos jurídicos e dois ainda tramitam no FNMA. De acordo com o *Relatório de Gestão* do Órgão Gestor da PNEA (BRASIL, 2008b, p. 45), “embora o convênio não tenha sido celebrado com estes quatro projetos aprovados, a constituição dos respectivos Coletivos foi prosseguida pelos grupos de instituições e eles foram envolvidos em todas as ações propostas pelo DEA direcionadas a Coletivos Educadores”.

Em 2006, durante o V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental, na cidade de Joinville, SC, foram definidas estratégias de comunicação entre os CE do Edital nº 05/2005, visando o fortalecimento de uma Rede de CEs para a troca de experiências dos projetos em andamento. Neste mesmo ano, buscando a ampliação no Brasil, a DEA/MMA divulgou a Chamada Pública MMA Nº 01/2006 - *Mapeamento de Potenciais Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis*, a qual objetivou mapear os grupos institucionais

interessados em constituir um CE, sendo aprovados cento e dezoito pela Câmara Técnica Temporária instituída para a análise. Sem recursos financeiros para subsidiá-los, a DEA/MMA instituiu um acompanhamento técnico através dos Acordos de Cooperação Técnica (ACT), comprometendo-se a fornecer apoio presencial e à distância, suporte de materiais didáticos do OG/PNEA, entre outros. Até junho de 2008, sessenta projetos aprovados da chamada pública foram celebrados, restando cinquenta e oito projetos com ACTs ainda não contemplados, devido a trâmites jurídicos internos (BRASIL, 2008b).

De acordo com este documento, o panorama atual é de cento e quarenta e três CEs, em diferentes fases de desenvolvimento, distribuídos em todas as unidades federativas do país e envolvendo cerca de 1.260 municípios, o que equivale a uma cobertura de 22,1% do território nacional (Figura 2). Todavia, a questão da continuidade deste programa torna-se parte da preocupação dos envolvidos, como é argumentado no Relatório de Gestão (BRASIL, 2008b, p. 49):

(...) como a maior parte desses Coletivos iniciaram sua articulação especialmente em função de projetos de um edital, debateu-se a questão de sua sustentabilidade institucional, pedagógica e financeira, uma vez que há a expectativa de continuidade desses grupos independente dos projetos que desencadearam sua articulação. Essa questão tem sido essencial para o DEA, uma vez que os Coletivos Educadores têm sido reconhecidos e afirmados como a estratégia de implementação das políticas públicas de Educação Ambiental por meio do ProFEA.

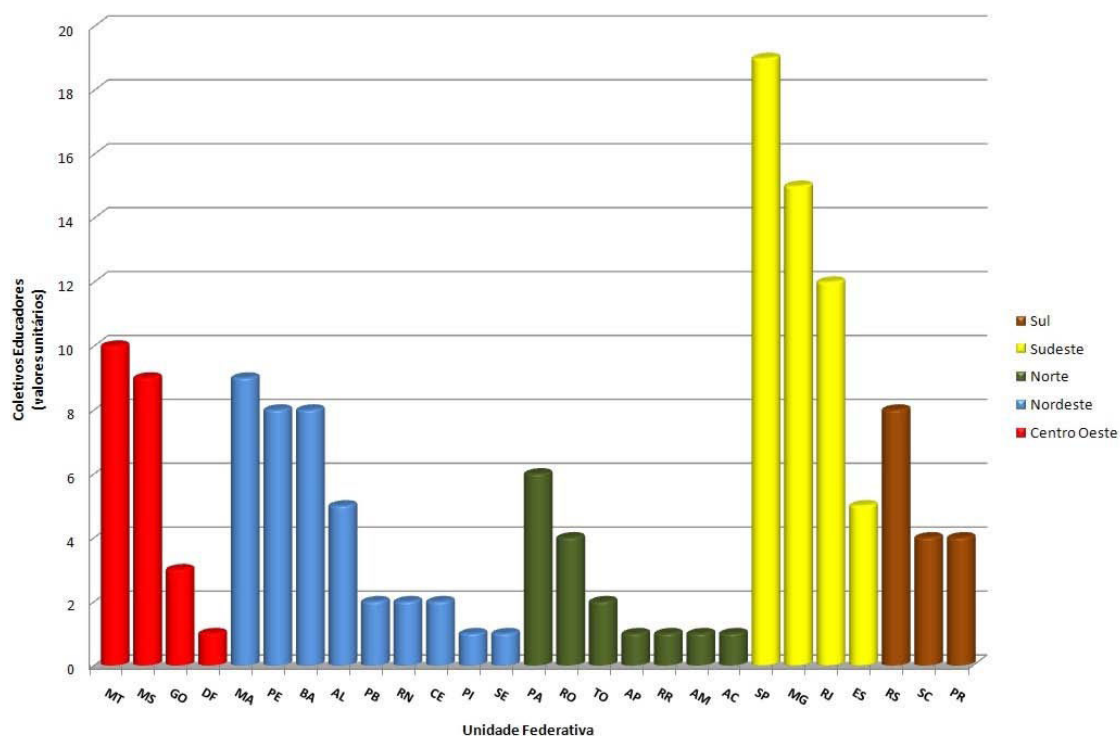


Figura 2. Número de CEs por Unidade Federativa. *Fonte: Relatório de Gestão do OG/PNEA (BRASIL, 2008b).*

Diante desta realidade, esta pesquisa tem como objetivo investigar os processos educacionais, comunicativos, estruturais, políticos, econômicos e participativos, além de promover a discussão sobre o Programa Coletivo Educador como instrumento da Política Nacional de Educação Ambiental, trazendo ao leitor as experiências dos CEs apoiados pelo edital público de financiamento do FNMA nº 05/2005, assim como seus avanços e desafios neste processo formativo.

“O caminho se faz caminhando”

2. METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa surgiu a partir dos trabalhos em Antropologia e Sociologia. Sua inserção no contexto educacional, na década de 70, denuncia que os dados quantitativos precisavam de um novo olhar. Contudo, as duas abordagens não se excluem, embora sejam diferentes quanto à forma e à ênfase. A abordagem quantitativa atua em níveis de realidade na qual os dados trazem à tona indicadores e tendências observáveis. A abordagem qualitativa, por sua vez, trabalha com significados, motivações, valores e crenças que não podem ser representados por valores quantitativos devido à representação de noções particulares (BONI e QUARESMA, 2005).

Na mesma linha, Tozoni-Reis (2003) afirma que a pesquisa qualitativa não sugere possibilidade de exclusão de qualquer método, mas compreende características próprias, científicas e, ao mesmo tempo, complexas, dinâmicas e com a plasticidade necessária à investigação dos fenômenos humanos e sociais, própria para a educação e para a educação ambiental.

Toda pesquisa, seja qual for o caminho metodológico traçado, necessita da revisão de literatura, validada pela pesquisa bibliográfica (SATO, 2001). O levantamento de dados abrange trabalhos científicos já publicados por diferentes autores sobre o tema escolhido, encontrados em publicações avulsas, livros, jornais, revistas, vídeos, internet, etc. Num segundo momento, o pesquisador deve realizar uma observação dos fatos ou fenômenos para que ele obtenha maiores informações e num terceiro momento, o pesquisador deve fazer contatos com pessoas que possam fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis (BONI e QUARESMA, 2005).

Nesta intenção, o presente estudo expõe e analisa os dados coletados em entrevistas semi-estruturadas, método escolhido para o trabalho de campo. Estas entrevistas caracterizaram-se por uma conversa informal, guiada por um roteiro de perguntas previamente formuladas para orientar e garantir que todos os entrevistados respondessem às mesmas perguntas, não necessariamente em ordem definida (COSTA, ROCHA e ACÚRCIO,

2004). Além disso, perguntas adicionais foram feitas a fim de esclarecer questões incompreendidas na entrevista. Para Boni e Quaresma (2005, p. 8), as vantagens das técnicas de entrevista semi-estruturada revelam-se na:

(...) sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas. Elas também são possibilitadoras de uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes (...). As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa.

Considerando esses pressupostos, este Trabalho de Conclusão de Curso organizou-se pela investigação do tema através de pesquisas com levantamento bibliográfico, complementadas pelas entrevistas semi-estruturadas para a coleta de informações. Os métodos foram definidos de acordo com as publicações de estudos sobre o tema e disponibilidades de interação entre entrevistado-intervistador, através de encontros presenciais. Tais condições definiram-se a partir da vivência descrita a seguir.

2.1. Percebendo-se Integrante

O diálogo entre sociedade civil e poder público foi vivenciado durante o III Encontro Estadual de Educação Ambiental em São José do Rio Preto-SP, em julho de 2007, no qual a minuta do Projeto de Lei da Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA) de São Paulo foi entregue ao Secretário do Meio Ambiente da gestão vigente, Francisco Graziano, a fim de encaminhá-la para sua aprovação, vivenciei o diálogo entre sociedade civil e poder público. Neste encontro, foi conhecido o trabalho coletivo dos educadores e educadoras ambientais presentes. Professores de escolas públicas e particulares, representantes de ONGs,

funcionários do poder público, estudantes de ensino médio, universitários, profissionais de diversas áreas, pesquisadores acadêmicos, todos engajados na discussão da pré-minuta da PEEA e na sua elaboração final através dos Grupos de Trabalho formados, convivendo em um espírito coletivo de trocas de experiências e saberes (Figura 3).



Figura 3. Roda de participantes no III Encontro Estadual de Educação Ambiental.

Inspirada neste encantamento, esta pesquisa iniciou seu curso na procura por estruturas educadoras que envolvessem a participação popular na gestão ambiental de seus territórios. Os Coletivos Educadores, representando estas instâncias, tornou-se tema deste trabalho. Os objetivos corresponderam à investigação dos CEs no suprimento das deficiências dos municípios em implementar políticas de gestão ambiental, à avaliação da participação da comunidade local na formação de educadores ambientais populares e à verificação da consolidação da PEEA de São Paulo.

Em outubro de 2007, o Projeto de Lei nº 749/2007, que institui a PEEA, foi aprovado na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo em uma única votação. Por outro lado, em dezembro deste mesmo ano, a lei que institui esta política foi publicada no Diário Oficial do

Estado com inúmeros vetos que comprometem a proposta original e que não haviam sido debatidos nas várias ocasiões junto aos representantes do governo do estado, desconsiderando todo avanço sob alegações jurídicas, segundo a Rede Paulista de Educação Ambiental (REPEA). Dentre os vetos estão a obrigatoriedade da inclusão da EA como disciplina ou atividade curricular nos cursos superiores de licenciatura e a criação da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA).

Nesse contexto, buscou-se o entendimento da EA como política pública e seu processo educativo de caráter democrático e participativo através de um levantamento bibliográfico. Concomitantemente, foi feito contato com os CEs do Estado de São Paulo através do grupo virtual formado por seus parceiros, acompanhando suas mensagens de cunho informativo e organizacional. Por este meio comunicativo, foi possível a interação sobre projetos em andamento, eventos, convites e diálogos tanto com seus participantes institucionais, quanto com gestores públicos da DEA/MMA.

O III Encontro Estadual de Coletivos Educadores, Salas Verdes, Municípios Educadores Sustentáveis e demais parceiros estaduais na Cidade Universitária (USP), em novembro de 2007, foi essencial para a compreensão da organização de um CE através da participação na *Oficina de Coletivos Educadores*. No encerramento deste evento, os educadores ambientais presentes discutiram a sustentabilidade de seus CE em plenária geral. As dificuldades citadas por eles influenciaram nos questionamentos que seriam feitos em um momento seguinte. Para alguns participantes, foi entregue a *Carta aos Coletivos* elaborada para apresentar este projeto de pesquisa (Anexo III).

Com a baixa quantidade de artigos publicados sobre o Programa Coletivo Educador, mesmo com sua excelência, e por esta proposta estar em andamento em diferentes recortes geográficos, foi feita a opção pela realização de entrevistas semi-estruturadas com seus integrantes. Dessa forma, seria possível a compreensão a realidade por eles vivida, referente aos seus processos educacionais, comunicativos, estruturais, políticos, econômicos e participativos através de perguntas relacionadas a estes temas. De acordo com Boni e Quaresma (2005, p. 72), “a coleta de dados subjetivos só pode ser feita via entrevistas, pois eles se relacionam com os valores, atitudes e opiniões dos sujeitos entrevistados”.

[illegible]

32

O grupo amostral para a realização das entrevistas foi definido considerando o tempo cronológico de atuação. Desta maneira, foram delimitados os CEs contemplados pelo Edital nº05/2005 via FNMA: os conveniados mais antigos do Estado de São Paulo. Os CEs constituídos com apoio deste Edital indicados no mapa geográfico exposto no site do MMA são:

- Coletivo Juquery-Cantareira;
- Coletivo Educador de Campinas (COEDUCA);
- Coletivo Educador de São Carlos, Araraquara e Região (CESCAR);
- Coletivo Educador Mantiqueira Sustentável;
- Coletivo Educador para o Território Sustentável de Ribeirão Preto e Região;
- Coletivo Educador da Região Norte da Cidade de São Paulo.

Em seguida, foi feito contato com cada um deles via internet, através dos contatos expostos no Boletim, apresentando a pesquisa em andamento e solicitando uma entrevista com um participante no território de seus CEs. Durante esse agendamento, a enraizadora da DEA/MMA em São Paulo, Semiramis Biasoli afirmou que o CE de Ribeirão Preto e Região não tinha sido contemplado pelo Edital, e sim, o CE do Baixo Tietê. Da mesma maneira, o CE Juquery-Cantareira (Juca-Vivo) estava com suas ações em andamento, porém sem financiamento do FNMA. De acordo com o *Relatório de Gestão* do Órgão Gestor da PNEA (Brasil, 2008b), embora o convênio de financiamento não tenha sido celebrado com estes projetos aprovados, devido a tramitações ou impedimentos jurídicos, a constituição dos respectivos Coletivos Educadores foi continuada pelos grupos de instituições e foram envolvidos em todas as ações propostas pelo DEA direcionadas a eles.

Partindo destas informações, os CE a serem entrevistados, foram redefinidos:

- COEDUCA
- CESCAR;
- Coletivo Educador Mantiqueira Sustentável;
- Coletivo Educador da Região Norte da Cidade de São Paulo;
- Coletivo Educador do Baixo Tietê.

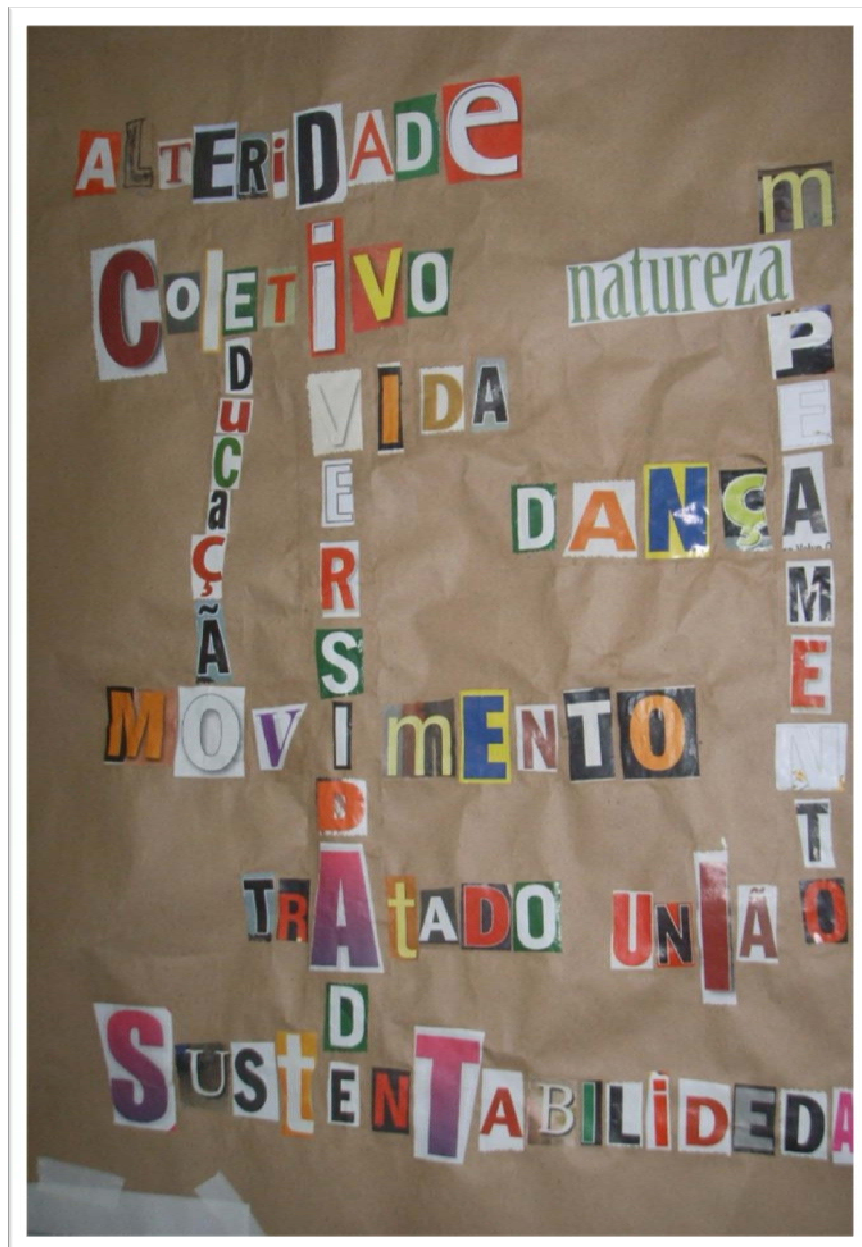
O roteiro elaborado para as entrevistas consistia em duas partes. A primeira, referente aos *Desafios* do CE, composta por quarenta e duas perguntas divididas em seis temas: estrutura, participação, educação ambiental, comunicação, política e economia. A segunda, por sua vez, com vinte questões sobre os *Avanços* regionais do Programa CE. Para Boni e Quaresma (2005), o pesquisador deve ter cuidado para não elaborar perguntas absurdas, arbitrárias, ambíguas, deslocadas ou tendenciosas. As perguntas devem ser feitas levando em conta a seqüência do pensamento do entrevistado, conduzindo-lhe a entrevista com um certo sentido lógico.

Ao longo das entrevistas, tornou-se clara a grande quantidade de perguntas pré-formuladas, o que permitiu a delimitação de questões realmente relevantes, procurando não perder o sentido para a compreensão de *Avanços* e *Desafios* do Programa Coletivos Educadores. O roteiro final consistiu em vinte e três perguntas inseridas nos seis temas citados acima, com três questões complementares.

De acordo com a disponibilidade dos envolvidos, as entrevistas foram agendadas no município integrante do CE, em região externa a ele e também via internet. Aquelas presenciais foram gravadas, transcritas e reestruturadas nas questões do roteiro de apoio. Em seguida, foram enviadas aos entrevistados a fim de permitirem a sua divulgação neste trabalho. Todos os CE foram representados por pessoas envolvidas no grupo gestor de coordenação, compondo o grupo PAP2 desta instância. As informações institucionais sobre os CE e seus representantes neste diálogo estão descritas nas entrevistas anexadas neste trabalho (Anexo IV).

O primeiro CE entrevistado foi o COEDUCA, no Município de Campinas, durante o *Simpósio Sustentando Idéias e Ações*. Nos intervalos das atividades foram realizadas conversas seguindo as questões do roteiro, com duração de 40 minutos. O encontro seguinte ocorreu com o CE da Região Norte de São Paulo, no Instituto de Psicologia da USP, no Município de São Paulo, onde houve a participação não só da coordenadora do projeto, mas também de sua assessora e colaboradora deste CE, com duração de 1h20 minutos. Em seguida, houve a participação no *Encontro Presencial do Curso de Formação de Agentes Socioambientais* a convite do CE Mantiqueira na Secretaria de Educação, em Piracaia, SP, município integrante. No dia do evento, foram acompanhadas todas as atividades que estes estavam coordenando, porém não houve tempo para a entrevista gravada. Posteriormente, enviaram as respostas de acordo com o roteiro de questões que lhes foi dado. As mesmas perguntas foram previamente enviadas ao CESCAR, que foi a próxima visita. Na cidade de São Carlos, SP, integrante deste Coletivo, sua agente operacional foi entrevistada em um diálogo de aproximadamente 2h20 minutos. Por fim, o encontro com o CE do Baixo Tietê aconteceu na cidade de São Paulo, devido à presença de sua coordenadora no Centro Paula Souza, local da entrevista de cerca de 50 minutos.

Por fim, fica ressaltado o eterno respeito por cada um dos entrevistados e igual gratidão pelos encontros enriquecedores nos quais a cumplicidade, a partilha, a “visão do outro”, a *escutatória* e a alteridade fizeram parte. Neste sentido, este trabalho afirma toda a responsabilidade pela exposição destes diálogos ou dados subjetivos, na intenção de divulgar suas ações, valores, argumentos e opiniões sobre seus trabalhos encantadores e de necessário (re)conhecimento.



3. A FORMAÇÃO DO COLETIVO EDUCADOR: um processo dinâmico

3.1 Estrutura

Tendo em vista a constituição dos CEs como um grupo inter-institucional, indaguei os entrevistados sobre sua representatividade em um dado projeto por eles proposto. Todos esclareceram que as funções de uma instituição âncora são administrativas, ou seja, elas são proponentes na assinatura do convênio estabelecido com o FNMA, neste grupo amostral. Assim, tais instituições recebem os recursos, como podemos observar em:

Por conta da formação dinâmica do Coletivo, sua instituição âncora serve, neste momento, para ancorar o projeto e emprestar o CNPJ, com a responsabilidade final de prestação de contas e elaboração dos relatórios de atividades (embora tais atividades sejam compartilhadas com as demais parceiras) e de responder legalmente, em caso de auditoria. (CESCAR)

Para dar continuidade ao processo formativo, outro CE busca outras vias de financiamento através de outra instituição proponente, como dito em:

A nova proposta seria abranger os quarenta e dois municípios, mas para isso precisamos de outros recursos e assim buscamos outra instituição. Então temos hoje onze municípios com recursos do FNMA, mas em parceria com outra instituição de recurso estadual para poder contemplar os outros municípios. (CE Baixo Tietê)

Apesar da oficialização do convênio com o órgão financiador ser estabelecida com apenas uma instituição, a gestão compartilhada é característica presente nos CEs entrevistados:

Temos uma reunião mensal pré-agendada e todas as decisões são tomadas nessas reuniões, que tem como característica a abertura à participação de quem tiver interesse. As pautas são definidas previamente por sugestões via email e divulgadas ao grupo através de convites às reuniões. (CE Mantiqueira)

O grupo gestor se reúne a cada dois meses e os participantes PAPs2 se confundem com os PAPs3: a divisão acaba se fundindo na tomada de decisões, tornando a gestão compartilhada. (CE Baixo Tietê)

Há um grande esforço para uma gestão mais compartilhada possível. Sabemos que na hora da necessidade são as instituições mais próximas e seus representantes que estão presentes e trabalhamos para que não tomem nenhuma decisão sozinhos, e sim, consultem sempre, na pior das hipóteses virtualmente, por intermédio da lista do grupo do *Yahoo*, e na melhor das hipóteses, através de encontros presenciais que fazemos para tomarmos as decisões. (CESCAR)

De acordo com as experiências de outro CE, a gestão compartilhada precisa existir em diferentes setores sociais do grupo, para de fato efetivar suas ações no campo:

Acredito que os parceiros iniciais que assinaram uma carta de intenção são políticos ou gestores ou pessoas que ficam no alto escalão, cuja comunicação com a base popular numa metrópole como São Paulo é muito difícil porque existe o que a gente chama de *poderes menores* e estes têm muito temor que seu espaço seja ocupado, tornando as ações fragmentadas, o que não quer dizer que seja ruim. Ou seja, as gestões passam a ser feitas com pessoas que tem decisões num determinado

âmbito e talvez isso possa se articular com a cúpula a partir de certo impacto. Aí você teria um ponto de estrangulamento da exeqüibilidade do programa Coletivo Educador, o qual pressupõe esta passagem de acordo com sua filosofia. E talvez esta passagem seja a questão mais complexa de ser feita porque ela está na contramão da cultura política estabelecida. Então é mais fácil chegar à participação popular do que envolver estes elementos da cúpula do Estado através de elos até a vinculação com a participação popular. (CE Região Norte de São Paulo)

Nos CEs entrevistados, o processo de formação de educadores ambientais está em fase final, cada qual com uma estrutura de capilaridade estabelecida para atender aos objetivos do projeto inicial. Ou seja, a formação se encerra, mas seus trabalhos devem continuar. Em geral, o processo formativo ocorre da seguinte maneira:

Em cada município participante do projeto, os parceiros locais se organizam para a realização do Curso de Formação de Agentes Socioambientais. A partir deste curso, os participantes são orientados a promover uma interação socioambiental junto à sua comunidade, como uma ação inicial de educação ambiental. A partir daí, é incentivado a permanecer no Coletivo Local planejando e executando conjuntamente outras ações, que podem ser uma continuidade à ação iniciada pela interação. (CE Mantiqueira)

Outra arquitetura de capilaridade pode ser observada em:

Nós invertemos ao começarmos com a formação de coletivos locais no primeiro dia, em 13 de março de 2007. (...) No primeiro semestre, eles fizeram um mapeamento do seu território; no segundo semestre, eles fizeram o projeto de atuação educativa no território junto com a comunidade e, na terceira e última parte de formação formal, ou seja, centrada em itens de cardápio, eles já estão realizando projetos construídos com a comunidade. Radicalizamos no fato de primeiro formarmos os grupos, independente dos itens de cardápio. Como consequência disto,

passou todo mundo a ser educador e educando ao mesmo tempo.
(COEDUCA)

Em outro Coletivo Educador, a capilarização é definida em diferentes grupos de trabalho adaptados a sua própria realidade, cujas ações estão vinculadas à proposta inicial:

Temos uma estrutura de grupos de trabalho com pessoas mais vinculadas ao desenvolvimento de ações desse Chuveiro de Ações (agentes comunitários, conselheiros gestores, escolas municipais), com interesses diferentes, mas se tem periodicamente reuniões gerais com estas pessoas e de algum modo todas essas ações estão vinculadas pelo projeto original do CE com adaptações de acordo com as dificuldades que encontram com uma linha norteadora de tais ações. (CE Região Norte de São Paulo)

Ao questioná-los sobre a possível divisão do CE em coletivos locais ou subcoletivos, os entrevistados citaram vantagens e desvantagens desta estruturação. Por um lado a divisão facilita o planejamento mais específico de ações, aproximando as lideranças locais e dessa maneira contribuindo para execução de ações no território:

Por exemplo, numa distância de cerca 300 km podem ocorrer encontros semestrais, mas o contato fica mais conciso se as pessoas se aproximarem por localidade e proximidade. A proposta é buscar lideranças na Bacia como um todo, mas que tenham facilidade de encontros para que comecem a discutir e a se juntar. Haverá um momento de encontro geral num local que fique no centro de todos. (CE Baixo Tietê)

A grande vantagem é a estabilidade, ter coletivos que durem mais tempo, pois se uma pessoa abandona o processo, o que acontece, aquele coletivo não morre e não se perde os PAPs4 daquela pessoa. Assim, existe um conjunto de pessoas deste coletivo local que dará conta do processo de formação. (COEDUCA)

Por outro lado, as desvantagens da divisão em coletivos locais se revelam:

(...) esta característica requer um esforço maior para que as ações sejam unidas regionalmente. Para isso, estamos desenvolvendo um Plano de Ações Regionais para o Coletivo Mantiqueira como um todo. (CE Mantiqueira)

As desvantagens são as diferenças, as desigualdades, os conflitos que aparecem ao lidar com um grupo de pessoas que tem que trabalhar junto, mas isto poderia aparecer num momento qualquer. (COEDUCA)

Em outro CE, os municípios se organizam em três núcleos gestores, os quais podem ser considerados Coletivos. Neste caso, o entrevistado sugere uma reorganização dos recursos, já que:

(...) projetos com grande número de pessoas, de grande envergadura e recorte geográfico muito grande são muito desafiadores e requerem mais pessoas engajadas e trabalhando na ponta do processo, sendo preciso reestruturar a elaboração dos recursos financeiros e destinação de verbas para pagamentos das pessoas diretamente envolvidas. (CESCAR)

Por hipótese, um CE pode influenciar todo o território de atuação:

Então neste processo de realização ele constitui vários coletivos: de professores, professores e alunos, alunos e comunidades, agentes de saúde, entidades de saúde. Então há hipótese de que esses pequenos coletivos se espalhem pelo território sob forma de rede. (CE Região Norte de São Paulo)

Para Ruscheinsky (2007), “os atores socioambientais, em sua trajetória, capacitam-se para exercer cada vez mais uma influência sobre as agências estatais de meio ambiente, o Legislativo e o Judiciário, a comunidade científica e o empresariado, aproximando-se do institucional”. Neste sentido, a busca dos participantes de um Coletivo Educador pelo apoio de suas instituições para um processo educacional espelha a atuação dos atores socioambientais nas práticas sociais pró-ativas, e não mais em práticas de oposição, somando suas forças às do institucional.

A parceria entre instituições no CE representa a procura pela reflexão crítica acerca da realidade socioambiental local, objetivando vincular ações de EA no território, realizadas pelos educadores e educandos envolvidos. A efetivação desta parceria torna a gestão compartilhada, necessária para seu gerenciamento, já que “enraizar e radicalizar a EA requer atentar para a democratização das decisões, uma vez que a degradação e a exaustão de recursos naturais é também um atentado e degrada a democracia” (RUSCHEINSKY, 2007).

O grupo gestor responsável pelas decisões compartilhadas é dinâmico, já que em etapas posteriores entende-se que os Educadores Ambientais Populares (grupo PAP4) passarão a atuar como Formadores de Educadores Ambientais Populares (PAP3), os quais, por sua vez, atuarão junto às instituições que participam do PAP2 (BRASIL, 2005b). Assim, a estrutura de capilaridade é mantida, porém os participantes se articulam e evoluem no processo formativo, rompendo com a cisão entre os grupos.

Ao analisar os grupos sociais, Olson (1999) pressupõe que “quanto maior for o grupo, menos ele promoverá seus interesses comuns”. Nesta lógica, a divisão de um Coletivo Educador em coletivos locais pode aproximar as lideranças comunitárias da localidade, tornando as ações planejadas mais específicas atendendo aos interesses comuns de grupos pequenos (Figura 5).



Figura 5. Divisão em subcoletivos do CE cuja atuação se iniciou na área verde. *Fonte: CE Baixo Tietê.*

3.2 Participação

Ao prever a articulação entre diversos grupos do tecido social em que o Coletivo Educador atua, busquei investigar as características destes segmentos. Em geral, de acordo com as ações desenvolvidas, formam-se diferentes perfis dos grupos envolvidos, cuja diversidade é descrita a seguir:

Em cada Curso de Agentes Socioambientais que é realizado, o grupo apresenta um perfil. Alguns grupos são muito diversos, com pessoas de diferentes formações e nível de escolaridade. Em outros grupos, eles são formados basicamente por professores. (CE Mantiqueira)

Inicialmente, havia uma proposta de participação composta por 25% de professores, 25% de representantes de Organizações Governamentais e ONGs e, 50% de líderes comunitários. Foi necessária uma nova redistribuição das vagas entre os segmentos, analisando o número de interessados inscritos e selecionados por segmento. Considerando a média entre os três núcleos gestores, ficou 39% para líderes comunitários, 36% para educadores e professores e 25% para representantes de OGs e ONGs. (CESCAR)

Funcionários públicos municipais, estudantes de graduação e Ensino Médio, muitos líderes de comunidades e pessoas que não estão ligadas a nenhuma instituição. (COEDUCA)

Professores da rede municipal, gestores públicos, chefes de gabinete, polícia ambiental, catadores. No grupo de formação não tem só professor, é bem diversificado. (CE Baixo Tietê)

Agentes Comunitários de Saúde, representantes de usuários em Conselhos Gestores de Saúde, professores e coordenadores pedagógicos de escolas estaduais e municipais, pesquisadores e estudantes de diversos campos de saber (pedagogia, urbanismo, oceanologia, biologia, psicologia, etc.). (CE Região Norte de São Paulo)

Somado a isso, a divulgação do processo formativo proporcionou o alcance a diferentes setores:

A divulgação foi muito ampla: rádio, televisão e até telefone pessoal, resultando numa diversidade muito grande. Além disso, ao fazermos a chamada, pessoas de outras regiões sentiram-se interessadas em participar e não quisemos negá-las. Queremos deixar uma por município para poder acompanhar o processo junto a elas com o compromisso de começarem o Coletivo Educador em suas localidades. (COEDUCA)

Quando fizemos a divulgação do processo, nós fomos de município em município. Nosso contato foi feito com os professores e a prefeitura fez uma divulgação. Fizemos uma palestra contando como seria o processo e as pessoas se inscreveram. Há um ano, tivemos cento e cinquenta inscrições e hoje temos em média setenta pessoas que permaneceram, o que é um número bom. (CE Baixo Tietê)

Ainda em relação aos processos participativos, questionei a adesão e a desistência de instituições parceiras. Todos os entrevistados esclareceram o livre acesso a essa parceria, ou seja, novas instituições podem aderir a qualquer momento. O único caso de desistência foi justificado a seguir:

Apenas uma instituição desistiu, a PUC Campinas, devido a um problema de mudanças de política interna de extensão, cortando todas as relações com parceiros externos, passando a se dedicar a projetos únicos e exclusivos da própria instituição. (COEDUCA)

Outro entrevistado argumenta que a parceria pode não ocorrer de acordo com a dinâmica do encontro inicial:

Várias aproximações não surtiram efeito, às vezes nem pela falta de interesse pessoal, mas ao fazer o contato com um representante de uma instituição, esta pessoa precisa fazer um movimento maior pra dentro dela até chegar naquele que autoriza esta parceria. Assim, sabemos que isso pode se perder. O fato de não terem aderido naquele momento, não significa que não podem aderir no momento seguinte. Assim é a dinâmica dos coletivos. (CESCAR)

Em outro caso, o entrevistado contextualiza seu CE e problematiza as articulações entre os grupos participantes:

Existe uma baixa reação à ação: não existe negativa nunca, todo mundo se mantém parceiro, ninguém tem coragem de dizer que não está participando, mas não acontece a ação. Desistências não existem, existem dificuldades de implementação por causa daquele problema que coloquei: dos médios poderes. Então aqueles que vêm de uma lógica populista são intermediários entre o povo e a decisão política e o benefício que possa advir dela. Esse é o grande calcanhar de *Aquiles* da exeqüibilidade do Programa Coletivo Educador, no meu ponto de vista. Pelo menos na metrópole onde tudo está terceirizado, os dinheiros são externos do Estado, vem de fora, então com tudo isso tem agentes que se beneficiam desta ação e que vendem a própria ação em relação ao povo. É o contrário do que estamos pretendendo: que eles se empoderem para fazer esta comunicação. Então existem forças oponentes. (CE Região Norte de São Paulo)

Além disso, o envolvimento de cada instituição parceira ocorre em intensidades diferentes:

Nós temos trinta e oito instituições, mas nem todas estão presentes e participam com a mesma intensidade. (...) Então, não tivemos nenhuma situação em que o parceiro entrou, assinou o termo de adesão e disse que não queria mais, embora tenhamos pessoas que estão no papel, mas participaram apenas uma ou duas vezes no início, na formação, nos encontros de organização da proposta, e hoje devem acompanhar o movimento por intermédio da lista do grupo de e-mails. Por outro lado, temos outras absolutamente ativas. (CESCAR)

As instituições buscaram, no território abrangente, seus parceiros, os quais realizavam ações em EA ou com o interesse de fomentá-la, constituindo CEs. No estado de São Paulo, este programa foi apresentado para poucos educadores e educadoras na cidade de Campinas, em dezembro de 2004, cujo desafio de construção coletiva da proposta foi prontamente aceito. Em 31 de março e 1º de abril de 2005, um primeiro seminário no município de Indaiatuba apresentou o ProFEA para diversos educadores de outras regiões do

estado, iniciando o processo de construção do Programa Coletivo Educador nesta unidade federativa (BRASIL, 2007c).

De acordo com o Relatório de Gestão (BRASIL, 2008b), as instituições e grupos integrantes dos CEs do Brasil se constituem por: prefeituras municipais, organizações não-governamentais, associações (de municípios, de moradores, de assentamentos, de trabalhadores rurais, de empreendimentos e assistência técnica a extensão rural, de agentes ambientais e cooperativas de acidentes de trabalho), universidades, movimentos sociais (Redes de Educação Ambiental, Coletivos Jovens, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Coletivos de Mulheres, Trabalhadoras Rurais, Movimentos Populares), instituições de ensino (escolas, centros técnicos e de extensão rural) e órgãos dos governos estaduais (Figura 6).

O mesmo documento conclui que “estes dados representam a adesão das instituições e grupos ao Programa de Formação de Educadores Ambientais de modo independente de características e problemáticas socioambientais dos territórios, já que o ProFEA se adapta às diferentes realidades e demandas na área de EA”, pois entre seus objetivos propõe “a formação de educadores ambientais a partir de diferentes contextos, além de visar o fortalecimento das instituições e seus sujeitos sociais para atuação autônoma, crítica e inovadora em processos formativos” (BRASIL, 2008b).

De acordo com Sawaia (2001:119): “as formas de participação variam de intensidade, desde simples adesão até absorção do indivíduo; de espacialidade, participação ‘face a face’, anônima, virtual, local, global; de motivo, por obrigação, por interesse, por imposição, por afeto; de temporalidade, longa duração, imediata” (*apud* COSTA-PINTO *et al.*, 2008).

Caso a adesão de uma instituição parceira permaneça no campo das idéias, sem efetivar suas ações no campo, pode impedir o desenvolvimento de ações de um grupo coletivo. Por outro lado, a assinatura de um convênio, assumindo um compromisso com o grupo, permite que a mesma seja procurada pelos outros parceiros para atender alguma demanda dentro de seu alcance. Neste caso, o cidadão deve perceber-se ator social e buscar este elo, conquistando seu espaço público de direito. Nestas perspectivas, a participação efetiva permite o encontro entre os diversos segmentos sociais envolvidos, proporcionando um diálogo de diferentes saberes.

Para Floriani (2007), o diálogo de saberes pode significar possíveis de intercâmbios entre as diversas áreas do conhecimento humano. Segundo o autor, pode-se pensar na coexistência de diferentes mecanismos de produção de conhecimento e práticas culturais:

Práticas tecnológicas modernas, desde que não destruam os elementos essenciais da natureza e dos suportes da vida são aceitáveis e necessárias; por outro lado, tecnologias alternativas e práticas ecológicas e socialmente sustentáveis, capazes de garantir uma qualidade de vida adequada (produção e consumo saudáveis para a vida) são absolutamente necessárias e constitui fatores essenciais para se pensar uma educação ambiental extensiva a todos os agentes sociais (individuais e institucionais).

Desta forma, como foi proposto no ProFEA, um grupo de pessoas que compartilham suas observações, visões e interpretações, o CE contribui para o enraizamento transversal da EA, ao abranger diferentes segmentos da sociedade. Neste encontro, o “diálogo entre instituições científicas, organizações não-governamentais, gestores públicos e comunidades locais deve complementar práticas e saberes, sem excluir conflitos existentes devido aos diferentes interesses” (FLORIANI, 2007).

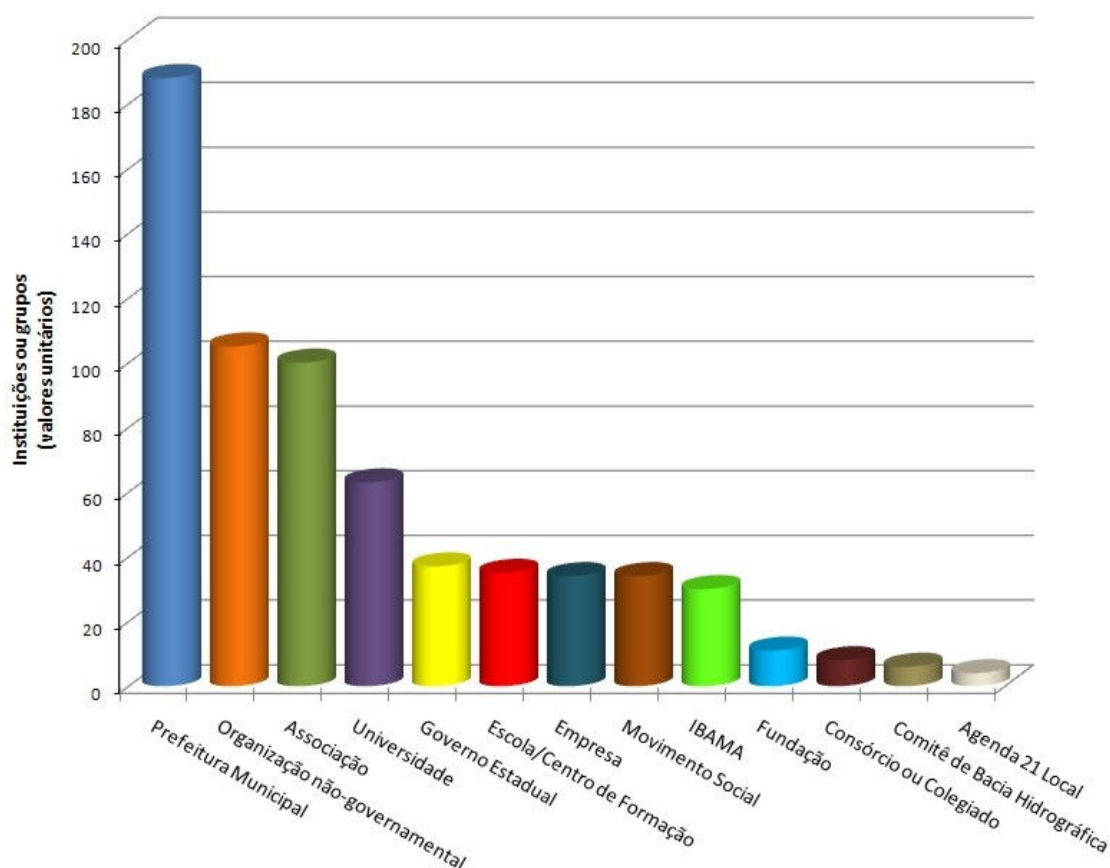


Figura 6. Instituições e grupos integrantes dos CEs. *Fonte: Relatório de Gestão do OG/PNEA (BRASIL, 2008b).*

3.3 Comunicação

Um aspecto abordado pelos Coletivos Educadores como fator limitante para o desenvolvimento de suas ações no seu recorte territorial foi a distância entre os grupos de trabalho, entre os coletivos locais e entre os municípios integrantes. Ao serem questionados sobre a dimensão desta limitação, relataram:

Muito grande, pois a distância na Zona Norte de São Paulo é um complicador. O grupo de estudos montado na USP facilita o deslocamento para quem mora nos extremos da Zona Norte e tem dificuldades de trafegar de um bairro para outro. Quando existem ações no campo e vai

alguém desta região do entorno da USP fazer o trabalho de PAP2, desenvolvendo alguma ação lá na Zona Norte, esta pessoa enfrenta outras dificuldades. (CE Região Norte de São Paulo)

Sim, é um fator que dificulta. Não só entre coletivos locais, mas às vezes dentro de um único coletivo. O Coletivo União, por exemplo, abrange uma região de Campinas muito grande e os membros daquele coletivo têm dificuldade de se locomover porque precisam de ônibus, cuja frota não é facilitada e alguns não têm recursos para pagar a passagem, muitas vezes já custeada por nós. (COEDUCA)

Outro CE alega que a distância não limita suas ações, mas dificulta a integração delas:

Não, os municípios não são muito distantes. Porém, essa distância dificulta que as ações sejam completamente integradas, gerando a necessidade da existência de Coletivos Locais. (CE Mantiqueira)

Por outro lado, as dificuldades geradas pela distância entre os grupos envolvidos favorecem o aparecimento de outras formas de comunicação. O balanço dos aspectos positivos e negativos que a distância pode oferecer é observado em:

Há um maior custo de deslocamento e os encontros presenciais podem ser mais complicados. Contudo, se compararmos esses aspectos entre os Coletivos Educadores existentes, por exemplo, em um município de duzentos mil habitantes como São Carlos é muito mais fácil se reunir do que em outros maiores como Campinas, onde há essa forma de redistribuição em subcoletivos. (...) Então a distância dificulta, mas força a criatividade para outras formas de comunicação. (CESCAR)

Dentro desta perspectiva, há estímulo para a mobilização entre os grupos, reafirmando a gestão compartilhada:

(...) a distância permite a aproximação das pessoas do próprio município, se estruturando e se organizando, espelhando assim, a proposta da gestão compartilhada, porque não se espera que o núcleo gestor ou as pessoas que estão na equipe coordenadora deliberem. (...) Dessa maneira, o lado positivo existe pelo fato de um grupo de pessoas se organizarem e se fortalecerem com autonomia para desenvolverem seus trabalhos. (CESCAR)

Cada encontro quinzenal ocorre em um município, o qual se envolve em preparar o alimento, buscando uma mobilização e todos têm a oportunidade de conhecer os outros municípios. Além disso, vamos descobrindo e valorizando o que tem na região (...). (CE Baixo Tietê)

A comunicação entre os participantes de um CE ocorre de acordo com a natureza e as necessidades do grupo, como por exemplo, por meio de manifestações artísticas (Figuras 7 e 8):

A pedido dos próprios educandos, criamos os PAPs nas quintas e sextas-feiras para que todos se encontrem. Inicialmente, estes dias eram dedicados à vivência de itens de cardápio. (...) Tivemos um item de cardápio que perpassou os três semestres chamado *Caminhos*, que tinha como objetivo, através da arte, ampliar a percepção das pessoas e a capacidade de expressão. Trouxemos atividades com um caminho artístico para poder facilitar a troca de comunicação. (COEDUCA)

Entre o PAP2 (LAPSI, IBECC e a equipe vinculada a eles) e os parceiros que também poderíamos chamar de PAP2, como as Diretorias de Ensino de Escolas Estaduais, por exemplo, que está trabalhando o tempo todo junto para poder formalizar um projeto de curso, a comunicação é basicamente dada pela internet, a fim de divulgar e chamar pessoas para inscrição, e por reuniões que são agendadas. Ao trabalhar com o que poderíamos chamar de PAP3 (os conselheiros gestores, os agentes comunitários de saúde, os professores) é preciso misturar, pois têm pessoas que tem acesso direto à internet, outros não. (CE Região Norte de São Paulo)

O uso da internet como mídia comunicativa é discutido pelos entrevistados:

Eu não acredito que a internet seja um meio de comunicação. Os sites são instrumentos, talvez, de divulgação das chamadas, avisos e agendamento de uma reunião, mas não funcionam para a comunicação, para a troca e decisão coletiva de uma nova idéia. (COEDUCA)

É uma falácia esta história de que “todo mundo tem acesso à internet”. Não, nem todo mundo tem acesso à internet ou tem familiaridade ou gosta mesmo disso, mas temos que buscar esse contato. (CE Região Norte de São Paulo)

A comunicação virtual é possível se otimizada porque é uma forma barata de se comunicar embora precise ser melhor socializada. A inclusão digital precisa ser rapidamente incorporada como necessidade. (CESCAR)

Se para alguns a comunicação via internet tem um âmbito informativo, para outros é uma ferramenta utilizada para fins educativos, como visto a seguir, nos relatos sobre a comunicação nos CEs:

Através da internet, pois os municípios são distantes e, pelo grupo gestor. Filmamos todos os eventos, encontros e atividades, com “n” filmes já gravados em DVD, assim todos têm acesso às palestras. (CE Baixo Tietê)

Através de portal, email e telefone. No momento estamos procurando animar a rede através da implantação de fórum de discussão e boletim eletrônico. (CE Mantiqueira)

Neste sentido, a *educomunicação* tem sido apresentada aos educadores como um termo que identifica práticas já existentes na aproximação da comunicação com a educação. De acordo com Trajber (2005), “a educomunicação pode ajudar a enfrentar o desafio de construir uma sociedade brasileira educada e educando ambientalmente para a sustentabilidade, promovendo mudanças que permeiem o cotidiano das pessoas”. Segundo a autora, para este enfrentamento é preciso ocupar espaços comunicativos que potencializem a voz dos educadores ambientais, apropriando-se de veículos midiáticos.

A distância que dificulta a comunicação entre os grupos de um CE pode estimulá-los na apropriação das práticas educomunicativas. O Coletivo Educador pode “incentivar, orientar e produzir conteúdos para meios principalmente jornais, rádio e TV; planejar e implementar ações educativas no espaço da educação presencial e à distância” (TRAJBER, 2005).

A produção de cultura através da voz das pessoas, presente no processo educomunicativo, representa um método participativo, em consonância com o Programa dos Coletivos Educadores. A educomunicação é um dos processos educacionais presentes no Programa de Formação do Educador Ambiental. Dessa forma, o fortalecimento dos CE representa uma estratégia para a efetivação da educomunicação socioambiental, a qual já está presente em metas de políticas públicas dos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação. A articulação prevista entre os processos educacionais do ProFEA, corresponde ao objetivo do programa em “apoiar e estimular processos educativos que apontem para a transformação ética e política em direção à construção da sustentabilidade socioambiental” (BRASIL, 2005d).



4. UMA EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Diante da proposta do Programa Coletivo Educador em articular ações de EA não-formais num determinado território, indaguei os entrevistados sobre aquelas em andamento. De acordo com o diagnóstico socioambiental realizado pelo grupo, as ações ocorrem através de cursos, mini-cursos, oficinas, seminários, palestras e até grupos de estudo, como vivenciados abaixo:

Atualmente acontece o curso de formação de professores e educadores ambientais em escolas estaduais; nas escolas municipais, há um grupo de estudo que está sendo realizado na USP porque tem gente de diferentes lugares e não é específico para professores. (...) Paralelamente a isso, é dada uma orientação, diretamente pela professora Eda, no Projeto Especial de Ação, que é um dispositivo das Escolas Municipais. (...) Juntamente aos agentes comunitários de saúde, na área da Brasilândia, foi feito um ciclo de oficinas seguido de um Fórum que já foi marcado. Neste momento, também, estamos finalizando o período de inscrições para um curso destinado aos conselheiros gestores da Casa Verde, iniciando com um ciclo de oficinas, como processo formativo inicial que vai estabelecer as balizas para se pensar num processo formativo mais longo de educadores ambientais junto aos conselheiros de saúde. (CE Região Norte de São Paulo)

Durante as intervenções socioeducativas no processo de formação do educador ambiental, há envolvimento dos educandos com a comunidade, como observado em:

Embora existam ações escolares, este não é o nosso perfil. Há um conjunto de ações que extrapolam o ambiente escolar e que marcam a presença cidadã da comunidade exigindo seus direitos, como por exemplo, o trabalho de interação educativa dentro de um condomínio que iniciou o processo de legalização da Associação de Moradores. Além disso, podemos notar ações de ONGs num bairro do município e de Cooperativas de Catadores. (CESCAR)

Algumas pessoas que estão sendo capacitadas em uma cidade conseguiram chegar até os catadores de lixo, se reuniram com eles, perceberam suas necessidades, falaram sobre higiene, saúde, inclusive deram-lhes luvas de proteção e, estão pensando na qualidade de vida destas pessoas, as quais estão procurando caminhos sobre como melhorar seu espaço, buscando apoio da Prefeitura. Então esta é a facilidade que começa a aparecer na divisão para se resolver um problema. Como por exemplo, o professor de escola pública, cuja ação está fora da escola, mas consegue articular este trabalho com os catadores de lixo ao espaço escola e enxergar uma possibilidade deste aluno colaborar na conscientização de separação de lixo para facilitar o trabalho dos catadores. (CE Baixo Tietê)

Ao questionar a aceitação de uma EA informal pelas entidades educadoras de ensino tradicional, os entrevistados relataram uma evolução desde a apresentação do projeto em tais entidades até a apropriação das metodologias do processo de formação oferecido:

Nos primeiros encontros de formação, o pessoal queria algo mais concreto, aulas mais teóricas, mais formatadas (...). Então, percebemos que esta expectativa foi muito maior naquele momento inicial do que hoje em que eles se apropriaram da proposta e perceberam que a metodologia criava uma nova dinâmica e trazia o resultado no processo, pois, de fato, o caminho se faz caminhando. A proposta metodológica de pesquisa-ação-participativa criou esta possibilidade e dentro das escolas, especificamente, os projetos que eu tive oportunidade de ler, são muito bem aceitos e muito interessantes. (CESCAR)

A proposta é uma EA informal, então as escolas que aderiram e pessoas que estão fazendo parte dela independem da educação formal. Estão ali porque querem fazer parte, aprender e ajudar a pensar. (...) Quando a proposta do Coletivo começou, foi uma incógnita para as pessoas, pois a construção partia da iniciativa delas (...). (CE Baixo Tietê)

Algumas dificuldades foram apontadas pelos CE:

As aceitações no começo foram muito estranhas às entidades, mas agora é institucionalizado. Inicialmente, grupos de pessoas que se apresentaram dizendo formar educadores ambientais em um conjunto de instituições sem nenhuma instituição central. Muitas entidades educadoras têm dificuldade para entender e liberar o funcionário para participar em dias fixos da semana em algo desconhecido. (COEDUCA)

Através dos contatos que tivemos com os professores das Escolas Municipais, percebemos que eles avaliam certa capacitação como necessário para intervir no seu território, de uma maneira mais eficiente, para poder implementar alguma ação de Educação Ambiental que alcance a população através dos alunos, dos familiares de alunos, da comunidade. Porém a capacitação de professores municipais está legalizada num certo formato que inviabiliza uma série de ações. O professor até pode ter um tempo para se dedicar à sua capacitação ou atualização ou aperfeiçoamento, mas dentro da escola em que está, pois eles não podem se ausentar da escola onde trabalham. (CE Região Norte de São Paulo)

Neste caso, há aceitação pelas entidades educadoras, porém a maneira como a capacitação dos professores está estruturada inviabiliza a ação formativa. O mesmo CE conclui que:

No fundo isso é muito mais que inviabilização de um trabalho local. Isso implica em nítida eficácia da própria proposta de política pública, cujo referencial é esta busca pela vinculação. (CE Região Norte de São Paulo)

Para saber sobre o acompanhamento das ações e a avaliação daquelas citadas pelos CEs, questionei a existência de um monitoramento dos processos de formação. Este é realizado por todos eles, diferindo quanto à execução e corpo técnico:

O monitoramento é realizado através do trabalho do coordenador local do município, que acompanha todo o Curso de Formação de Agentes Socioambientais, juntamente com o restante da rede, através das reuniões mensais. (CE Mantiqueira)

A tutoria é feita pelo grupo de coordenação, que chamamos de grupo gestor, sendo que uns têm mais tempo que outros. Temos uma consultoria que nos ajuda a gerenciar o projeto, nos acompanha e fazem contato. (CE Baixo Tietê)

Temos figuras no COEDUCA que são os articuladores, que estão em contato direto com os coletivos locais, para fazer a articulação não só entre estes, mas entre as pessoas do próprio coletivo, pois sempre existem conflitos. Eles não são julgadores de quem está certo ou errado, mas ajudam o Coletivo a encontrar um caminho, dentro da diversidade e da experiência que possuem, orientando os coletivos locais a encontrarem caminhos em comum (...). Além disso, facilitam a articulação entre os coletivos locais e o coletivo de coordenação. (COEDUCA)

A proposta de formação previu a tutoria para os participantes. Cada participante tinha um tutor, cada tutor tinha um grupo pequeno para acompanhar o trabalho de desenvolvimento do projeto de interação educativa e todo o processo desde sua construção até a execução e elaboração dos relatórios parcial e final, momentos estes que estão sendo avaliados e os participantes receberão notas por conta das exigências da certificação da Universidade Federal. (CESCAR)

Um dos CE entrevistados relatou como estão sendo registradas as ações:

Tudo que estamos fazendo, está sendo documentado, inclusive os fóruns estão sendo gravados áudio-visualmente, assim como boa parte das oficinas e cursos, além dos relatórios elaborados. (CE Região Norte de São Paulo)

Os trabalhos dos participantes de um CE são assim avaliados:

Utilizamos desde um formulário simples com aquelas “carinhas” em que você circula uma folha dividida em três espaços respondendo às perguntas: “que bom...”, “que pena...” e “que tal?”, para expressar sua opinião, até formulários mais estruturados sobre uma avaliação reflexiva de todo o processo com doze ou quinze questões para as pessoas responderem em casa. Além disso, há avaliação formal dos conteúdos, pois cada módulo temático precisa gerar uma nota. Ficou sob a responsabilidade dos educadores que estavam aplicando aquele módulo encontrarem a sua forma de avaliação: uma pesquisa, um trabalho e, em alguns momentos, a própria presença, pois o encontro era cheio de propostas de dinâmicas, em que a própria participação e integração facilitaram uma avaliação. (CESCAR)

A escolha dos conteúdos e das atividades formativas é feita coletivamente, de acordo com as necessidades de cada grupo envolvido nas ações do CE. A partir deste levantamento, formam-se os itens do *Cardápio de Aprendizagem*, um conjunto de atividades que têm por objetivo viabilizar a formação de Educadores Ambientais em determinada região (TONSO, 2005). Segundo o autor, os *Cardápios* devem apresentar:

(...) itens de diferentes naturezas: informativos (que tragam informações, conteúdos e diferentes tipos de conhecimentos necessários para fazer com que o educador ambiental construa um repertório mínimo que permita participar de modo ativo nas questões socioambientais da sua região) e formativos (que proporcionem a construção de metodologias, valores, percepções e atitudes do próprio educador em formação).

Neste contexto, a pesquisa-ação-participante e a construção de conhecimentos compõem este repertório, convidando as entidades educadoras do ensino tradicional a incorporar estes processos em seu cotidiano. Todavia, a inserção de uma EA não-formal, que não seja estruturada em uma disciplina escolar, e sim, integrante das demais, de maneira

interdisciplinar, exige a “necessidade de espaços (na grade curricular) para viabilizar esta interdisciplinaridade, além do diálogo e da conexão de saberes” (SOTERO, 2008). Para o autor, a ausência de um espaço e tempo articulador na grade, compromete a transversalidade da EA e sua eficiente implantação.

A importância das novas reciprocidades entre escola e comunidade é ressaltada por Carvalho (2008, p. 158):

(...) seja no âmbito da escola formal, seja na organização comunitária, a EA pretende provocar processos de mudanças sociais e culturais que visam obter do conjunto da sociedade tanto a sensibilização à crise ambiental e à urgência em mudar os padrões de uso dos bens ambientais quanto o reconhecimento dessa situação e a tomada de decisões a seu respeito.

De acordo com os relatos descritos acima, a aceitação de uma EA informal no ensino formal existe. Porém, a forma como se estrutura sua inserção pode comprometer sua concretização neste espaço. Neste caso, o diálogo entre os articuladores das ações precisa acontecer a fim de viabilizá-las.

O registro das atividades desenvolvidas pelo CE é importante para a sustentação do próprio grupo, pois com esta documentação, seus trabalhos podem ser lidos, avaliados e reconhecidos. Além disso, permite a capacitação e orientação para a formação de novos CEs e a troca de informações entre aqueles existentes. Para isso, existe um grupo gestor ou tutor nos CE entrevistados que faz o acompanhamento dos trabalhos em andamento, avaliam seus projetos, os registram e articulam os grupos de um mesmo Coletivo. Desta maneira, busca-se alimentar o cardápio nacional via Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental (SIBEA) através dos *Cardápios de Aprendizagem* locais (BRASIL, 2005b).

4.1 Educador Ambiental Popular

Ao buscar definições sobre o *Educador Ambiental Popular*, inserido nos objetivos do ProFEA, os entrevistados apontaram características semelhantes, descritas a seguir:

Qualquer pessoa que se sinta capaz de fazer outra pessoa refletir sobre as relações complexas das mudanças ambientais que estão permeando a vida dela. A pessoa tem que se sentir educadora, sentir que tem competência, alegria e potencial para estimular outra pessoa a pensar de si. Não é aquele que transmite alguma coisa a outra pessoa para que esta aprenda a agir corretamente, apesar de também haver transmissão de informações, mas não é focado nisto. Aquele que consegue atingir todos os ângulos: formal, não-formal e informal, numa reunião de bairro ou num jornalzinho. (COEDUCA)

O professor pode, sim, ser um educador ambiental popular quando está fazendo Educação Ambiental lá na quitanda, quando ele está comprando o seu quilo de laranja e está conversando com um vizinho, qualquer um. Ele não está na sua escola e ele está fazendo Educação Ambiental Popular. (...) e a proposta de Coletivos Educadores traz uma possibilidade do desenvolvimento de uma educação não formal (para dentro e para fora da educação formal) que agrega pessoas da comunidade e do entorno, trabalhando com elas. O CESCAR tem participantes que apresentaram inicialmente seus projetos de intervenção para dentro das suas escolas como professores da rede, e nós fizemos um esforço maior para que fossem contemplados os pais dos alunos, a comunidade do entorno e os funcionários das escolas. (CESCAR)

Acho particularmente este conceito ruim, mas essencialmente quem assume seu papel cidadão, de fazer e fazer acontecer. O Educador (ou em nosso caso, o agente socioambiental), é quem se dispõe a mudar seu ambiente. É um empreendedor social. (CE Mantiqueira)

Quando o Marcos Sorrentino propôs a formação do Educador Ambiental Popular, indagamos como trabalhar os conceitos nesta diversidade? Cada um constrói mediante o nível em que está. (...) Apesar de muitos terem

ensino superior, temos gente de todos os níveis, desde guardas-municipais a adolescentes da escola agrícola, por exemplo. (CE Baixo Tietê)

A utopia do Programa de Formação de Educadores Ambientais prevê a formação de 180 milhões de brasileiros educados e educandos ambientalmente. Como instrumento para atender esta demanda, “o Coletivo Educador, mais que um ajuntamento de pessoas e instituições, é uma aproximação de olhares, uma troca, um intercâmbio das distintas perspectivas que existem, para a transformação daquela realidade, para a construção do educador e da educadora ambiental, para a missão de fazer um processo educador enraizado” (BRASIL, 2007c, p. 4).

Dentro desta proposta, o educador ambiental popular é assim definido:

(...) todo e qualquer cidadão/cidadã, toda e qualquer pessoa que se coloque tal desafio, que se perceba enquanto agente de transformação social, que se perceba enquanto editor de uma nova realidade, de um novo mundo, de um novo ser humano. A pessoa quando compreende que a vida é obra e arte de cada um, (...) sem ingenuidade de perceber que existem inúmeros fatores que condicionam esta construção, que limitam as possibilidades que nós temos para tal construção; mas com esperança e tenacidade, com perseverança pra enfrentar esta dificuldade, no sentido de construir a própria utopia e a utopia coletiva. (BRASIL, 2007c, p.4)

O termo *popular* indica, assim, a *acessibilidade a todos os cidadãos*, ou seja, a EA fomentada em qualquer circunstância, mas cujo resultado esperado nas atitudes dos brasileiros educados ambientalmente é de enfrentamento diante das problemáticas socioambientais locais. Os Coletivos Educadores, por sua vez, representam um instrumento para enraizar a EA (formal, informal, não-formal) tornando-a acessível à população.

4.2 Construção Coletiva

Pressupondo o diálogo de saberes e a metodologia da pesquisa-ação-participante no processo educativo do CE, questionei os entrevistados sobre a construção coletiva dos conhecimentos. Sendo ela parte das interações entre os grupos, analisaram-na da seguinte maneira:

Primeiramente, querer fazer, compartilhar e perceber o ganho individual e coletivo desta atitude. No processo de construção do conhecimento, é necessário administrar vaidades, valorizar o contraditório como fonte inspiradora e ter paciência, pois é processo lento. (CE Mantiqueira)

Primeiro, aprendendo a ouvir. (...) Enquanto a gente aprende a ouvir, a gente tem que aprender a se colocar na posição do outro. Se conseguirmos fazer isso, passamos a construir coletivamente o conhecimento, pois começo a entender o que o outro tem de diferente de mim. Por fim, precisaríamos fazer um esforço enorme de “deshierarquizar” o saber que já existe, o que significa tirar tanto a idéia da cabeça de quem pensa que tem um saber superior ao outro, como quem pensa que tem um saber inferior também. A velha nova história de Paulo Freire em que a gente se educa mutuamente. (COEDUCA)

(...) se você escolhe formar um coletivo para executar determinadas ações, você precisa começar a se rever como pessoa, a se refazer como ser humano. A dimensão do outro está cada vez mais presente e é neste momento que sai do discurso e vai para a prática. (...) os conflitos ficam mais evidentes e o consenso é sempre um desafio, a produção coletiva é sempre muito mais demorada. Entretanto, esta produção é inigualável e surpreendente porque você não sabe o que vem! Nem de si mesmo no momento seguinte, que dirá do outro. É instigante, extremamente colorido, iluminado. É um processo cujo saldo deve ser considerado sempre positivo. (CESCAR)

Outro CE entrevistado contextualiza o processo através de exemplos:

Colocamos um tema central e cada um conta a história sobre o que sente, o que já vivenciou e começamos a perceber em qual ponto está. Por exemplo, ao trabalhar com resíduos sólidos, indagamos: “o que é, o que vem a ser, quais as dificuldades encontradas, qual é minha situação?”. A partir disso, vamos direcionando os textos. (...) Assim, o conhecimento é construído no dia do encontro. (CE Baixo Tietê)

Para Spazianni e Gonçalves (2005) “construir conhecimentos é um processo discursivo sócio-histórico no qual os resultados, do ponto de vista da aprendizagem, são determinados conjuntamente pelos esforços de todos os envolvidos”. Neste sentido, o CE proporciona o momento de troca e a sinergia dos diversos saberes para o enfrentamento das problemáticas socioambientais, o qual se efetiva “se nós tivermos conjuntos de pessoas e instituições que coloquem esse desafio de forma coordenada, que coloquem a intervenção para superação destes problemas de forma sincronizada, coordenada, cooperativa, solidária” (Brasil, 2007c).

Posicionar-se na dimensão do outro representa a abertura para um diálogo, no qual podem surgir conflitos de idéias. Todavia, o esforço coletivo para a construção de conhecimentos envolve a busca pelo consenso entre pessoas com ideologias semelhantes, como esclarecido no trecho destacado de um texto produzido pelos CEs:

O que nos anima são as pessoas que compartilham da utopia, que buscam um mundo melhor, sem injustiças, sem carências, com muito amor, respeito, compreensão com todas as formas de vida. O coletivizar é assim, compartilhar os sonhos, a esperança, os problemas, as trocas de energia... E coletivizando na coletividade dos coletivos educadores, as diferenças vão aparecendo, as pessoas dialogando com o território, com a/o outra/o e consigo mesmas. (Brasil, 2008a)



5. O ESTADO e O FINANCIAMENTO nos COLETIVOS EDUCADORES

5.1 Recursos

A elaboração do Programa Coletivo Educador previu que as atividades dos seus participantes fossem respaldadas pelas instituições parceiras e inseridas no plano de trabalho. Todavia, ao serem indagados sobre esta inclusão, dois entrevistados contextualizaram as ações dos educadores ambientais fora da carga horária de trabalho em suas instituições:

Não, não estão. Eles podem até agregar no seu dia-a-dia e pensar em propostas no seu cotidiano, mas é totalmente independente. (CE Baixo Tietê)

Via de regra, o trabalho é voluntário. Quem representa a instituição parceira continua trabalhando em sua jornada normal de trabalho e fora do horário de expediente normal vai se dedica ao trabalho no Coletivo. Esse quadro foi considerado para que todo o programa de formação fosse previsto para acontecer aos sábados e, os encontros gerais de tutoria, aconteceram geralmente à noite: fora do horário de expediente normal, para o participante poder participar. (CESCAR)

Os Coletivos contemplados pelo edital de financiamento nº05/2005 do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), apresentam uma série de questionamentos sobre como os recursos são distribuídos e destinados dentro do Programa:

Nosso Coletivo foi contemplado com quase duzentos mil reais, mas o percentual destinado para a área de recursos humanos foi muito aquém da realidade. (...) A grana tem que contemplar os recursos humanos, materiais e tecnológicos. Para um próximo, precisamos repensar as proporções, o grande peso das pessoas envolvidas, a valorização do trabalho de pessoas qualificadas para atuarem na parte de formação de Educação Ambiental e na elaboração de materiais didáticos. (CESCAR)

Além disso, discute-se também sobre a continuidade do processo de formação, já que este financiamento não contempla as ações formativas futuras. Dessa forma, os CEs buscam outras fontes de recursos para subsidiar as atividades dos educadores ambientais já formados:

O financiamento do FNMA é suficiente para a implantação das ações, mas não garante a extensão por longo tempo do projeto. A Terceira Via tem buscado outras fontes de financiamento, procurando trazer outros projetos para fortalecer a rede do Coletivo Mantiqueira. (CE Mantiqueira)

Estamos aguardando resposta do Fundo (FEHIDRO), pedimos ampliação, pois não cumprimos todas as etapas. Quando pensamos o projeto encaminhado ao FNMA, buscamos recursos pra transportes e alimentação, o que foi eficiente e facilitou bastante. Porém isso não vai acontecer com aquele estruturado para o FEHIDRO. Cada organização que financia projetos tem uma linha e para esta não pedimos recursos para alimentação e transporte. (CE Baixo Tietê)

Para ações planejadas como, por exemplo, a formação de professores em educadores ambientais, estes começam a projetar ações e desenvolvê-las em escolas. O grande problema é quando você pensa em ações naquele nível que seria de constituição de PAPs4, onde é mais difícil obter este recurso. (...) A cada nível de formação oferecido, as pessoas começam a projetar ações para desenvolver nas suas comunidades e são pessoas que estão afastadas dessas possibilidades como temos aqui, com recursos da

USP e da Diretoria de Ensino e teriam que ter um caminho de buscar financiamento para isso. (CE Região Norte de São Paulo)

Nestes casos, as parcerias deveriam se concretizar, disponibilizando meios para a realização dos projetos:

Aí é que a parceira da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente efetiva seria importante, mesmo que não disponibilizassem recursos financeiros, mas sim, as condições para as pessoas executarem os projetos. (CE Região Norte de São Paulo)

Recursos existem, o que precisamos fazer é criar uma instância em que estes recursos possam transitar de um para outro, sem que envolva necessariamente retirar dinheiro do orçamento e passar ao outro, ou seja, devem ser bem compartilhados. Todas as instituições têm um carro, meio de transporte, telefone, papel, impressora, material de todas as horas e pessoas que tem competência. Se conseguirmos articular estes recursos direito, como fazemos no COEDUCA, não há necessidade de recursos externos, dinheiro. (COEDUCA)

Já discutimos sobre a existência de recursos não ser uma condição para acontecer, ou seja, há outras maneiras de conseguir, por exemplo, com a Prefeitura. É necessário, mas a proposta é ir amadurecendo, as pessoas buscarem isso. (CE Baixo Tietê)

Ao analisar as trajetórias do financiamento para a área de EA, Sotero (2008) conclui que a disponibilidade e o acesso aos recursos financeiros não seguiram o avanço e o amadurecimento das práticas nesta temática. Sugere ainda, o estabelecimento de outras fontes de recursos:

Neste sentido cabem duas ações distintas, porém interdependentes: (1) ampliar o cardápio de possibilidades de recursos para a EA por meio de novas estratégias, criativas e que se comuniquem com as já estabelecidas; (2) ampliar a organicidade das ações de educação ambiental realizadas pelos diversos atores, públicos ou privados, por meio de uma ação sistêmica (...), o que tenda a contribuir para a otimização dos recursos aplicados.

A proposta do CE inclui a otimização de recursos ao promover parcerias entre instituições públicas e privadas. Todavia, é preciso articulá-los corretamente a fim de suprir as necessidades do grupo, tornando-o independente da contribuição financeira do Estado. Dessa forma, busca-se garantir a sustentação do Programa, dando continuidade às ações planejadas pelo grupo.

Segundo Sorrentino et al. (2005), o papel do Estado, nas políticas públicas em EA, seria de estimular, subsidiar e certificar parcerias entre instituições formadoras, garantindo um processo continuado de formação de educadores ambientais. Para o autor, se o Estado optasse por desenvolver o programa de formação por intervenção direta, “isto exigiria a contratação e a capacitação de equipes enormes alocadas em todos os estados da federação, contradizendo o reconhecimento de que a educação ambiental deve ser desenvolvida em profundo diálogo com os sujeitos e as instituições de cada região”. Esclarece ainda que essa estruturação:

(...) não significa, de modo algum, uma redução do papel do Estado ou uma menor importância na manutenção de uma boa estrutura público-governamental para a implementação das políticas públicas de educação ambiental. Pelo contrário, cada vez mais esperamos que a sociedade se organize, as instituições se envolvam e qualifiquem suas demandas, para que os governos subsidiem suas práticas de educação ambiental.

5.2 Políticas Públicas Ambientais

Ao questionar sobre a participação do poder público entre as instituições parceiras do CE entrevistado, observa-se a presença de representantes governamentais. As Prefeituras

são os principais parceiros da esfera política, através das Secretarias Municipais da Educação e do Meio Ambiente. Todavia, ao perguntar-lhes sobre o reconhecimento e valorização do trabalho do Programa CE por estes órgãos, contextualizaram da seguinte maneira:

Não é valorização, é o seguinte: estas pessoas decidem as políticas públicas do município, então podemos desenvolver diversas ações que são subsídios, os quais nós podemos oferecer, mas não podemos mudar. O povo pode fazer o máximo autonomamente para conseguir a mudança, mas algumas coisas não estão na esfera decisória dele, nem da nossa. Então, a vinculação com estes órgãos, seria para permitir que este trânsito ocorresse. (CE Região Norte de São Paulo)

Depende. (...) Em Monte Alto, um município bem menor que São Carlos, o prefeito esteve envolvido diretamente em alguns momentos. Para promover a participação no Programa de Formação do PAC Saneamento em São Paulo, por exemplo, liberou recursos e apoiou financeiramente os deslocamentos de sua representante governamental nessa parceria que também passa pelo processo formativo, muito ativa e muito comprometida, figurando como representante PAP2 e PAP3. (...) No entanto, em outros municípios em que a instituição, a Prefeitura ou a Secretaria é parceira, a participação foi inicial, ou seja, só participaram das primeiras reuniões, pois a demanda é grande. (...) Mas se num dado momento precisarmos contatar a Secretaria de um município, a qual assinou o termo de adesão e é parceira, temos esperança que essa participação ainda aconteça. (CESCAR)

Outro entrevistado afirmou o estreitamento de laços no âmbito político, visando dar continuidade à proposta junto às instituições parceiras:

Sim, uma vez terminado este convênio com o Ministério, queremos compromisso entre as instituições na forma de convênio. (COEDUCA)

Ciente da função de coordenação da PNEA pelo Órgão Gestor (OG), questionei o diálogo entre os CEs e esta instância. Se por um lado, este trânsito fluiu efetivamente até o presente momento, por outro lado há dúvidas sobre a continuidade dessa eficácia devido à mudança governamental.

Por questões institucionais e/ou pessoais, nós temos um trânsito muito bom entre os dois Ministérios e nossa comunicação com o Órgão Gestor (DEA/MMA e CGEA/MEC) é total. Acho que é uma mistura de pessoas que já se conheciam e instituições que se respeitam, permitindo o atendimento, apoio, conversas e troca de idéias em um caminho aberto. (COEDUCA)

Até o início de junho deste ano, o diálogo pode ser considerado muito bom. (...) Como colaboradores, tanto a professora Haydée quanto o Sandro Tonso (COEDUCA), ambos das universidades, se dedicavam a esses processos, qualificando ainda mais este diálogo, juntamente às suas atividades pela RUPEA, participando do Comitê Assessor. Atualmente é uma incógnita, porque não sabemos como vai ficar a situação dos enraizadores com os quais a gente se comunicava diretamente. (CESCAR)

O diálogo existia, pois a Raquel Trajber e o Marcos Sorrentino são muito próximos e muito ligados tanto filologicamente quanto na constituição desta Política desde a ECO 92, quando fizeram parte de sua organização relacionada aos Movimentos Sociais, particularmente na questão das sociedades sustentáveis. Independentemente da exoneração do Marcos, não sabemos se haverá uma bifurcação das orientações políticas. (CE Região Norte de São Paulo)

O diálogo existe, mas é um pouco distante, ainda mais com esta mudança na sua estrutura. Tentamos incorporar os princípios da PNEA, mas a comunicação direta com o Órgão Gestor ainda precisa crescer um pouco. (CE Baixo Tietê)

Frente às mudanças governamentais da DEA/MMA durante o período de realização das entrevistas, os CE expuseram a preocupação relacionada à seqüência do Programa, sugerindo alternativas para que a sociedade exija o subsídio estatal em andamento:

A estrutura ainda é frágil: os coletivos são frágeis por uma série de fatores que já conversamos. Por exemplo, dos cerca de 150 Coletivos Educadores, sendo 22 da primeira chamada, restam aproximadamente 120 CE que esperam um programa de um milhão de reais que fortaleceriam os Coletivos, em que seriam organizados tutores, monitores e dinheiro alocado para o financiamento. Esse programa seria contemplado a partir de verba de Emenda Parlamentar aprovada, a qual precisamos exercer o controle social para que a mesma seja aplicada realmente para o que fora designado. (CESCAR)

Outros programas elaborados pelo mesmo departamento (DEA/MMA) e em parceria com o CGEA/MEC, são conduzidos pelas mesmas pessoas do Programa Coletivo Educador. Neste sentido, busca-se um processo educativo permanente através do fortalecimento das articulações entre os programas de políticas públicas em educação ambiental. Essa busca pode ser observada em:

O MES (Município Educador Sustentável) é um programa que começou, teve um apoio inicial do Governo Municipal e parou. Ao meu entender são programas irmãos, pois não se pode pensar em Município Educador Sustentável sem um Programa de Formação de Educadores Ambientais. Assim, não há um MES, mas em um estalar de dedos é possível acontecer, já que no fundo são as mesmas caras, ou seja, as pessoas que estavam no MES estão no COEDUCA. (...) Estes projetos estão unidos, com as mesmas idéias, estratégias e dificuldades. O que precisaria, talvez, seria divulgá-los mais para poder mostrar que é possível trabalhá-los junto. (COEDUCA)

Sobre a articulação destes programas, os entrevistados relataram tanto estreitos vínculos com alguns, quanto incipiente aproximação com outros:

Sim, embora menos do que nós temos em termos de desejo e de ideal, mas há algumas articulações. A Sala Verde em São Carlos, por exemplo, é uma Sala com propostas de atividades, algumas já desenvolvidas em parceria e outras planejadas para este semestre. Na verdade, as pessoas envolvidas nestas ações são as mesmas que são do CESCAR, da Sala Verde e da Rede de EA de São Carlos (REA-SC). Os COM-VIDAS em São Carlos ainda são uma iniciativa pequena, com duas ou três escolas neste projeto. (...) Com relação ao Programa MES, especificamente no núcleo de Jaboticabal, os municípios foram envolvidos para fazer parte deste recorte geográfico (...). Outro exemplo, o Coletivo Jovem (CJ) aparece em Dourado, onde algumas pessoas que são ao mesmo tempo PAP2 e PAP3 de uma ONG parceira da Secretaria Municipal de Meio Ambiente fazem parte desta faixa etária e estão na rede articulando com o pessoal. (CESCAR)

Com relação às Salas Verdes, ainda não temos, mas gostaríamos de ter. Atualmente estamos observando o surgimento de Coletivo Jovem (CJ) em Campinas a partir de um projeto que coordeno que articula dezenove CJs em todo o Brasil e, de toda a equipe deste projeto, metade é do COEDUCA. Por fim, nós temos um projeto de COM-VIDA como uma ação educativa de um dos nossos coletivos locais. (COEDUCA)

Sim, pois nós aqui no IBECC finalizamos um projeto que se chama *Qualificação Social do Educador Ambiental Popular* e este projeto tem como um de seus objetivos a construção de uma *Mochila para o Educador Ambiental Popular*. Ao longo de sua construção participativa, houve encontros distribuídos por todos os Coletivos Educadores do país. Ela será distribuída para todos os Coletivos, Salas Verdes, CIEAs: todas as organizações da política anterior. (...) Nós, o Ministério da Educação e a UNESCO, fizemos inclusive um livro que será distribuído para todas as escolas do Brasil, relacionado à preparação para a III Conferência Infância Juvenil para o Meio Ambiente, envolvendo Salas Verdes, COM-Vidas e outras entidades. (CE Região Norte de São Paulo)

Sim. Uma característica do Coletivo Mantiqueira é que ele foi formado pela união dos programas Coletivos Educadores e dos Municípios Educadores

Sustentáveis (em 5 municípios dos 10 participantes) e Salas Verdes (2 municípios dos 10 participantes). (CE Mantiqueira)

Sim, no Centro de Educação Ambiental, definimos a Sala Verde e trabalhamos no projeto de Agenda Ambiental na Administração Pública, a A3P. O CEA tem uma atividade própria há 15 anos e o Coletivo é mais uma que ele agregou. Divulgamos todos os trabalhos da Sala Verde no CE, passando toda a experiência. Para a Escola Agrícola, usamos o espaço da Sala Verde que articula com suas atividades. (CE Baixo Tietê)

Segundo um entrevistado, as vinculações existentes entre os programas citados corroboram a ponte feita pelos CEs entre políticas públicas e grupos locais:

Sim, na medida em que estabelecem frentes de diálogo e atividades compartilhadas com as Salas Verdes, as iniciativas para o Programa MES – Municípios Educadores Sustentáveis, por intermédio do Fórum Jaboticabal Sustentável, com os Com-Vidas, com os grupos de economia solidária, as cooperativas de coleta seletiva e de serviços (...). Além disso, o PEAMSS – Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento, para a articulação dos diversos programas e ações desenvolvidos pelo Governo Federal e sociedade civil com a EA (...). (CESCAR)

Outro entrevistado considera a participação política da população para efetivar esta vinculação possível de ser feita pelo CE:

Está amadurecendo, pois a população não tem o hábito de conhecer e tentar mudar, de conviver com políticas públicas. Acho que nós demos o passo inicial e tem muito que crescer. Vai mudar alguma coisa na política do município? Depende das pessoas lutarem, agirem, buscarem pessoalmente representantes no Orçamento Participativo, Câmara Municipal, entender que é difícil. O PAP3 está começando a enxergar todos os caminhos que temos a percorrer e mudar o leme do barco. (...) Porque não é uma pessoa

falando, são várias pessoas que começaram a falar sobre participação e direcionamento de recursos. (CE Baixo Tietê)

Almejando uma ação política na esfera local, outro entrevistado argumenta:

Não estamos fazendo isso [*ponte*] e se estivermos, talvez sem querer. O que gostaríamos é que a partir do COEDUCA e dos Coletivos Locais, pudesse emergir uma discussão da efetivação de uma Política Pública Municipal de Educação Ambiental. (COEDUCA)

Ao analisar a eficácia e não eficácia do Programa Coletivo Educador, um entrevistado participante da construção desta proposta identifica a ruptura existente entre políticas públicas e grupos locais:

Sim, mas existe um buraco. Em física, um problema deste tipo é chamado corte topológico, que deveria partir do topo da decisão até a população. Assim, o **Programa Coletivo Educador propõe uma forma de se fazer esses elos através da arquitetura da capilaridade, pressupondo a vinculação da planificação técnica com a participação popular**, de acordo com sua proposta original, da qual eu participei. Mas essa aproximação é difícil de fazer. O trabalho com os professores envolve valores eticamente e politicamente válidos, mas não somos o Estado. Para isso temos as Secretarias, que deveriam vincular junto às nossas ações, as quais são de formação, ou seja, faríamos consultoria e formação para ajudar essa aproximação. **Seria quase como um desenvolvimento político pedagógico das condições de vinculação possível entre estas esferas.** (CE Região Norte de São Paulo)

Seu relato nos leva ao entendimento do que representam as políticas públicas nesta discussão:

Assim, para este núcleo político o que vale é a fala e não é a ação. Então este é um gargalo da própria situação da exequibilidade do programa de política pública. Aliás, existe oposição a essa política do Coletivo. Existem opositores, ou seja, não é unanimemente aceita. **A Política Nacional de Educação Ambiental é uma carta de intenções** e não diz como que ela vai viabilizar aquela intenção. **O CE é uma das vertentes surgidas de uma determinada leitura do que seria EA para responder à PNEA.** (CE Região Norte de São Paulo)

A Lei Federal nº 9795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), “não tem caráter punitivo, apenas quer estimular novas ações para mudar o padrão de comportamento na relação ser humano-meio ambiente” (MACHADO *et al.*, 2006). Segundo os autores, a PNEA é constituída por solicitações e sugestões, mas não por obrigações, partindo do princípio de que as pessoas são capazes de se autopropor ações corretas e justas. Em sintonia com estes pressupostos, o Programa Coletivo Educador foi elaborado para concretizá-los. Para Sorrentino (2008), os CEs:

(...) trazem uma perspectiva muito nova e por isso muito frágil, com movimentos e pedagogias que privilegiam o popular e as redes, rompendo com a idéia de educação bancária e individualista. Compõem um conjunto de ações do DEA/MMA que têm como objetivo construir formas de Políticas Públicas que dependam menos do Estado e que possam potencializar espaços que promovam a emancipação, criando oportunidades para as pessoas vivenciarem uma desalienação cotidiana (*apud* Luca e Tonso, 2008:7)

As frentes de diálogo proporcionadas pelos programas do OG atendem um dos objetivos fundamentais da PNEA (BRASIL, 1999): “o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania” (Capítulo I, artigo 5º, inciso IV).

A fim de reestruturar a PNEA, o OG apresenta uma proposta de um Sistema Nacional de Educação Ambiental, o SISNEA, em consulta pública durante o Encontro Nacional de Gestores Estaduais de Educação Ambiental, de 03 a 06 de julho de 2007, em Salvador. Ao

questionar sua fragilidade, o SISNEA propõe estruturá-la “de forma articulada e orgânica, ampliando a dimensão participativa e democrática”. Para isso, visa fortalecer bases políticas, legais, formadoras e financeiras. Neste sentido, “as ações formadoras dos Coletivos Educadores podem contribuir para o empoderamento de lideranças, podendo ainda incentivar a criação de políticas públicas estaduais” (BRASIL, 2007a).

A necessidade de rever as políticas públicas em EA, adaptando-as ao contexto vivido e às mudanças desde sua institucionalização reflete a formação da cidadania ambiental por ela fomentada. A formação do cidadão crítico pode contrariar ideologias vigentes na política, influenciando no enraizamento da EA, como reflete Sotero (2008) sobre sua trajetória:

Ao fazer uma reflexão sobre a institucionalização da EA no Estado brasileiro – com foco no Governo Federal – percebemos avanços relacionados à estrutura, corpo funcional, atividades desenvolvidas, recursos disponibilizados, materiais produzidos, eventos realizados. Todavia, fica clara a fragilidade da educação ambiental (suas estruturas de gestão), mesmo 35 anos depois de sua institucionalização. Foram idas e vindas, extinção e recriação, rebaixamento e emersão. A trajetória da EA foi marcada pela sua capacidade de ressurgir, de renascer aos desmandos estatais, à incapacidade do Estado e de seus governos de percebê-la como estratégica para os ideais de justiça social e equilíbrio do meio ambiente (talvez percebeu-se isso, e desta forma a intencionalidade em não fortalecê-la).

A institucionalização do Programa Coletivo Educador em um governo com perspectiva de uma educação ambiental popular, crítica e emancipatória induz ao questionamento sobre como se regulará programas deste âmbito com a mudança governamental. Dentro deste contexto, Sorrentino et al. (2005) argumenta sobre o papel do Estado e da sociedade frente aos possíveis rearranjos:

Futuros governos podem não pactuar com essa perspectiva, mas esperamos que se constitua, no seio da sociedade civil, um conjunto articulado que não permita o abandono de ações de Estado que subsidiem esta perspectiva. As políticas públicas em educação ambiental, desta forma, são um processo dialético e partilhado do Estado e da sociedade civil.

5.3 Encontros e Caminhos

Se por um lado o CE une cidadãos com ideologias semelhantes, por outro lado reúne diferentes pessoas que buscam juntas um consenso dentro de seu grupo. Diante destas características, os desafios aparecem no convívio social, relacionados aos processos políticos, econômicos, culturais e estruturais do grupo. Para maior esclarecimento, os relatos a seguir expõem os desafios mais relevantes dos CEs entrevistados neste estudo:

A questão da **continuidade** porque quanto mais enraizamos, como o movimento das mãos, mais vai se abrindo e encontrando diversidades e desigualdades, então precisamos ter este equilíbrio, entre enraizar e manter a coesão, sabendo que quanto mais a gente enraíza mais encontra diferenças. (COEDUCA)

No sentido de que ele se propôs a ser um instrumento político para vinculação da planificação técnica com a participação popular existe uma grande dificuldade de eficácia, porque o modelo se contrapõe à cultura política estabelecida gerando o **corte topológico** que significa uma ruptura, não podendo passar de uma condição para outra, como citado anteriormente. (CE Região Norte de São Paulo)

Na implantação e no fortalecimento, a manutenção de uma **identidade regional**, por conta do movimento de cada município em criar identidade própria – alicerçar este “regional” enquanto rede é tarefa desafiadora. (CE Mantiqueira)

Um dos maiores desafios seria o **fortalecimento das parcerias institucionais**. A proposta do Coletivo Educador visa fortalecer as ações educacionais daquele dado território com autonomia suficiente e que não dependa de aporte financeiro do Estado enquanto Governo Federal. (...) Porque as instituições têm maior poder de captação de recursos e agregam valor nos seus projetos. (...) A fragilidade está na própria instituição, no

quanto ela está envolvida e não o quanto uma ou outra pessoa da instituição está envolvida. É preciso fazer um movimento para dentro da organização enquanto a pessoa estiver envolvida e mergulhada e à frente do projeto, procurando socializar, compartilhar as informações e buscando o engajamento de mais pessoas. (CESCAR)

A cultura de participação. Quando fazemos tutoria, percebemos que há lista de presença, atas das reuniões e eles conseguem se manter. A proposta é acompanhar e ajudá-los a conquistar este processo. Isso é um desafio, mas procuramos levar exemplos, como ocorre em Penápolis, que vive ganhando prêmio por ter 100% de água e esgoto tratados. Então passam a conhecer o que é uma gestão pública organizada e abrir o olhar para a participação. Nossa cultura é cada um no seu mundinho, mas ao trabalhar em equipe, você tem que se doar, deixar sua casa aos sábados.

Durante o III Encontro Estadual dos CEs do Estado de São Paulo, a atuação destas instâncias é avaliada:

O Coletivo é uma experiência onde as pessoas estão incentivadas por uma esperança comum e elas se engajaram porque têm afinidades ideológicas e filosóficas com a proposta. (...) Neste sentido, os diferentes coletivos estão em fases diferentes, mas isto não tem a menor importância, porque a própria busca é uma busca que pressupõe esta gradação na direção de uma coisa que nunca nós vamos atingir perfeitamente. Por isto, seria constituição de rede. (...) Se a gradação é diferente isto não é uma “desavaliação” do programa, mas apenas uma característica da estrutura dele. (Brasil, 2008³, p. 28)

Assim, surge a identidade de um CE, com sua trajetória e definição de prioridades no enfrentamento das problemáticas socioambientais. Os desafios dos grupos entrevistados são particulares, frente às dimensões que ele integra: social, ambiental, política, econômica, cultural, entre outras. Todavia, tais dificuldades podem ser enfrentadas em tempos diferentes para cada um, de acordo com seu histórico. Além disso, o desafio de um talvez coexista em outros CE no Brasil, tornando a cultura de rede e a comunicação entre eles importante para seu fortalecimento.

Segundo Barbosa (2008), quando “as coletividades difusas são os agentes políticos emergentes, a EA abre caminho para um novo tipo de participação política”. Dessa forma, o CE busca formar e desenvolver a cidadania ambiental através de atividades que estimulem a reflexão do sujeito como um ser integrante e atuante de seu espaço. Ao avaliar os desafios encontrados para a realização deste Programa, é possível compreender as dificuldades de implementar a EA como política pública. Para Sotero (2008, p. 117), esta implementação no Governo Federal ainda carece de atenção:

Ao olhar para trás, mesmo com as adversidades, veremos que a EA deu grandes passos, trilhou um belo caminho. Ao olhar para frente, perceberemos o quão ainda é necessário caminhar, o quão ainda é necessário fortificá-la e fortalecê-la no Estado brasileiro, no sentido de contribuir para a necessária e urgente transformação da ordem socioambiental, política e econômica da contemporaneidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado sobre o Programa Coletivo Educador procurou pesquisar os processos envolvidos na sua dinâmica, a fim de refletir sobre a efetividade deste instrumento de implementação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Ao investigar as dimensões estruturais, participativas, comunicativas, educativas, políticas e econômicas, o presente trabalho expôs os caminhos percorridos pelos Coletivos Educadores entrevistados até o presente momento.

O CE promove uma Educação Ambiental que questiona hábitos predatórios de consumo que degradam o meio ambiente e comprometem a vida na Terra, inserida em processos formativos que envolvem a participação de atores sociais. Permite ainda, que as ações em EA sejam autogeridas na região cujas instituições parceiras são presentes e ativas. Todavia, seu trabalho é acompanhado por forças opositoras que não contribuem para este processo inovador, fragilizando a proposta de formação de educadores ambientais populares.

A efetividade desta proposta depende do enfrentamento de desafios que cercam as políticas públicas ambientais, como por exemplo, a participação efetiva de todos os setores envolvidos na sua gestão, desde sua formulação, implementação e monitoramento. Além disso, a busca pela mudança de paradigmas no modelo desenvolvimentista vigente, sustentado por fortes interesses econômicos, confere tarefa desafiadora para a presente estratégia de política pública ambiental.

Em uma estrutura coletiva como esta, cuja organização se concretiza em rede, caso um dos elos que a sustenta enfraqueça, os outros devem trabalhar para fortalecer esta ligação. Dessa forma, tendo em vista a promoção da cidadania ambiental para a construção de sociedades sustentáveis pelo CE, o Estado precisa dialogar com a sociedade civil e subsidiar as ações em EA.

Mudanças em bases sustentadoras do Programa Coletivo Educador mostram a dificuldade em ser reconhecido como uma proposta de transformação socioambiental. A necessidade atual de reestruturar os recursos financeiros, visando dar continuidade aos processos formativos, estimula a procura por outras fontes de financiamento, inclusive entre os parceiros do CE. A recente mudança governamental no DEA/MMA que redefine o corpo técnico e as ações do Órgão Gestor da PNEA preocupa não só educadores e educandos envolvidos no Programa Coletivo Educador, mas também cidadãos condizentes com seus princípios.

Até o presente governo, as articulações entre o MMA e o MEC proporcionaram a realização das atividades dos CEs e seu acompanhamento através de um diálogo aberto entre Estado e sociedade civil. A carência de subsídios estatais em ações de EA compromete sua continuidade, já que o CE é formatado para trabalhar com a heterogeneidade de atores políticos em diferentes esferas nas quais a política ambiental se faz presente: local, estadual, regional e federal. Reflete assim, a trajetória da EA inserida nos movimentos sociais, em busca da “formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas” cujos sujeitos críticos buscam um mundo mais humanizado.

O estudo realizado permitiu a visualização da EA como política pública que ao mesmo tempo em que promove a cidadania ambiental, também encontra desafios, fragilizando-a. Dessa maneira, este trabalho busca enfatizar a necessidade da investigação sobre as políticas públicas ambientais, reforçar a importância dos CEs na viabilização delas, incentivar produções de pesquisadores (acadêmicos e comunitários) nesta intenção e contribuir para a formação do sujeito socioambiental.

7. REFERÊNCIAS

BARBOSA, L.C. Políticas públicas de educação ambiental numa sociedade de risco: tendências e desafios no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 4., 2008, Brasília. *Anais...* Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/>>. Acesso em: 01 jul. 2008.

BONI, V.; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v.21, n.1, p.68-80, 2005. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br>. Acesso em: 01 jul. 2008.

BRANDÃO, C.R. *Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos*: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável. 2.ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005. 181p.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Imprensa Nacional, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.795/99. *Política Nacional de Educação Ambiental*. Brasília: Presidência da República, 1999.

BRASIL. Decreto Nº 4.281/02. *Regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental*. Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Departamento de Educação Ambiental. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. *ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental*. 3.ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005a.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Departamento de Educação Ambiental. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. *ProFEA – Programa Nacional de Formação de Educadoras (es) ambientais: por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005b.

BRASIL. Chamada Pública MMA Nº 01/2006. *Mapeamento de potenciais coletivos educadores para territórios sustentáveis*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Executiva, Diretoria de Educação Ambiental, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Departamento de Educação Ambiental. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. *SISNEA – Sistema Nacional de Educação Ambiental*. Brasília, 2007a. 24p. (Série repertórios).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Coletivos educadores para territórios sustentáveis*. Brasília, 2007b. 26p. (Série repertórios).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Fractais coleciona/SP*: Boletim dos Coletivos Educadores de São Paulo. Brasília, 2007c.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério do Meio Ambiente. *Formando Com-vida, Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de vida na escola: construindo Agenda 21 na escola*. 2.ed. Brasília: MEC, Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2007d. 56p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Fractais Coleciona/SP*: Boletim dos Coletivos Educadores de São Paulo. Brasília, 2008a.

BRASIL. *Relatório de Gestão: 2007 a julho de 2008*. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008b. (Série documentos técnicos).

BRAZ, M.S.A. Os mecanismos de cooperação internacional para redução de emissões sob o Protocolo de Quioto. *Boletim Científico - Escola Superior do Ministério Público da União*, v.2, n.9, p. 39-159, 2003.

CARVALHO, I.C.M. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COSTA, C.; ROCHA, G.; ACÚRCIO, M. *A Entrevista*. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/>>. Acesso em: 01 nov. 2008.

COSTA-PINTO, A.B.; QUIRINO DE LUCA, A.; CASTELLANO, M. Coletivo Educador Ambiental de Campinas (COEDUCA): uma análise preliminar de sua dinâmica interna de participação. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 4., 2008, Brasília. *Anais...* Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/>>. Acesso em: 1 jul. 2008.

FLORIANI, D. Diálogo de saberes: uma perspectiva socioambiental. In: FERRARO JR., L.A. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2007. v.2, p.105-116.

GARCIA, J.C. Entrevista de Washigton Novaes. *Correio Brasiliense*, 4 set. 2002. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/riomaisdez/index.php.49.html>>. Acesso em: 01 nov. 2008.

JACOBI, P.R. *Agenda 21 na Educação e o desenvolvimento sustentável*. Itapicirica da Serra: Prefeitura de Itapicirica da Serra, Natura, 2008. (Publicação didática - trilhando os caminhos da Agenda 21 Escolar).

JACOBI, P.R. Movimento ambientalista no Brasil: representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: RIBEIRO, W. (Org.). *Patrimônio ambiental*. São Paulo: EDUSP, 2003. p.1-34.

LITTLE, P.E. Os desafios da política ambiental no Brasil. In: LITTLE, P.E. (Org.). *Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências*. São Paulo: Peirópolis; Brasília: IIEB, 2003. p.13-21.

MACHADO, R.F.O.; VELASCO, F.C.G.; AMIM, V. O Encontro da política nacional da Educação Ambiental com a Política Nacional do Idoso. *Saúde e Sociedade*, v.15, n.3, p.162-169, 2006.

OLSON, M. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: EDUSP, 1999.

QUIRINO DE LUCA, A.; TONSO, S. O COEDUCA na construção da transição paradigmática – uma reflexão sobre emancipação social e política pública. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 4., 2008, Brasília. *Anais...* Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/>>. Acesso em: 1 jul. 2008.

RUSCHEINSKY, A. Atores socioambientais. In: FERRARO JR., L.A. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2007. v.2, p.21-34.

SANDRO, T. Cardápio de aprendizagem. In: FERRARO JR., L.A. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p.47-56.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental. *Educação ambiental: vinte anos de políticas públicas*. São Paulo, 2003. 96p.

SATO, M. Apaixonadamente pesquisadora em educação ambiental. *Educação: Teoria e Prática*, v.9, n.16/17, p.24-35, 2001.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JUNIOR, L.A. Educação Ambiental como política pública. *Educação e Pesquisa*, v.1, n.2, p.285-299, 2005.

SOTERO, J.P. *O financiamento público da política nacional de educação ambiental: do veto do artigo 18 às novas estratégias de financiamento*. 2008. 236p. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

SPAZIANNI, M.L.; GONÇALVES, M.F.C. Construção do conhecimento. In: FERRARO JR., L.A. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p.103-114.

TAMAIIO, I. *A política pública de educação ambiental: sentidos e contradições na experiência de gestores/educadores do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente – Gestão do Governo Lula (2003-2006)*. 2007. 176p. Tese (Doutorado) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

TOZONI-REIS, M.F.C. Compartilhando saberes: pesquisa e ação educativa ambiental. In: FERRARO JR., L.A. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p.269-276.

TOZONI-REIS, M.F.C. Pesquisa em educação ambiental na universidade: produção de conhecimentos e ação educativa. In: TALAMONI, J.L.B.; SAMPAIO, A. C. (org.). *Educação ambiental: da prática pedagógica à cidadania*. São Paulo: Escrituras Editora, p. 9-20, 2003.

TRAJBER, R. Educomunicação para coletivos educadores. In: FERRARO JR., L.A. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p.149-158.

VIEZZER, M. Pesquisa-ação-participante (PAP): origens e avanços. In: FERRARO JR., L.A. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p.279-294.

Anexo I. Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Seção I

Disposições Gerais

Art. 6º É instituída a Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 7º A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental.

Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

I - capacitação de recursos humanos;

II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;

III - produção e divulgação de material educativo;

IV - acompanhamento e avaliação.

§ 1º Nas atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental serão respeitados os princípios e objetivos fixados por esta Lei.

§ 2º A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para:

I - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;

II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;

III - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;

IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;

V - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental.

§ 3º As ações de estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para:

I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;

II - a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental;

III - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental;

IV - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental;

V - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo;

VI - a montagem de uma rede de banco de dados e imagens, para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V.

Seção II

Da Educação Ambiental no Ensino Formal

Art 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

a) educação infantil;

b) ensino fundamental e

c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos.

Art. 10º A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 11º A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 12º A autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada, observarão o cumprimento do disposto nos arts. 10 e 11 desta Lei.

Seção III

Da Educação Ambiental Não-Formal

Art. 13º Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;

III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;

VII - o ecoturismo.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 14º A coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental ficará a cargo de um órgão gestor, na forma definida pela regulamentação desta Lei.

Art. 15º São atribuições do órgão gestor:

- I - definição de diretrizes para implementação em âmbito nacional;
- II - articulação, coordenação e supervisão de planos, programas e projetos na área de educação ambiental, em âmbito nacional;
- III - participação na negociação de financiamentos a planos, programas e projetos na área de educação ambiental.

Art. 16º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição, definirão diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 17º A eleição de planos e programas, para fins de alocação de recursos públicos vinculados à Política Nacional de Educação Ambiental, deve ser realizada levando-se em conta os seguintes critérios:

- I - conformidade com os princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental;
- II - prioridade dos órgãos integrantes do SISNAMA e do Sistema Nacional de Educação;
- III - economicidade, medida pela relação entre a magnitude dos recursos a alocar e o retorno social propiciado pelo plano ou programa proposto.

Parágrafo único. Na eleição a que se refere o caput deste artigo, devem ser contemplados, de forma eqüitativa, os planos, programas e projetos das diferentes regiões do País.

Art. 18º (VETADO)

Art. 19º Os programas de assistência técnica e financeira relativos a meio ambiente e educação, em níveis federal, estadual e municipal, devem alocar recursos às ações de educação ambiental.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias de sua publicação, ouvidos o Conselho Nacional de Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Educação.

Art. 21º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de abril de 1999, 178º da Independência e 111º da República.
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, Presidente da República
Paulo Renato de Souza, Ministro da Educação
José Sarney Filho, Ministro do Meio Ambiente

Anexo II. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002

Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999,

DECRETA:

Art. 1º A Política Nacional de Educação Ambiental será executada pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, pelas instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, pelos órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, envolvendo entidades não governamentais, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade.

Art. 2º Fica criado o Órgão Gestor, nos termos do art. 14 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, responsável pela coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental, que será dirigido pelos Ministros de Estado do Meio Ambiente e da Educação.

§ 1º Aos dirigentes caberá indicar seus respectivos representantes responsáveis pelas questões de Educação Ambiental em cada Ministério.

§ 2º As Secretarias-Executivas dos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação proverão o suporte técnico e administrativo necessários ao desempenho das atribuições do Órgão Gestor.

§ 3º Cabe aos dirigentes a decisão, direção e coordenação das atividades do Órgão Gestor, consultando, quando necessário, o Comitê Assessor, na forma do art. 4º deste Decreto.

Art. 3º Compete ao Órgão Gestor:

I - avaliar e intermediar, se for o caso, programas e projetos da área de educação ambiental, inclusive supervisionando a recepção e emprego dos recursos públicos e privados aplicados em atividades dessa área;

II - observar as deliberações do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA e do Conselho Nacional de Educação - CNE;

III - apoiar o processo de implementação e avaliação da Política Nacional de Educação Ambiental em todos os níveis, delegando competências quando necessário;

IV - sistematizar e divulgar as diretrizes nacionais definidas, garantindo o processo participativo;

V - estimular e promover parcerias entre instituições públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, objetivando o desenvolvimento de práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre questões ambientais;

VI - promover o levantamento de programas e projetos desenvolvidos na área de Educação Ambiental e o intercâmbio de informações;

VII - indicar critérios e metodologias qualitativas e quantitativas para a avaliação de programas e projetos de Educação Ambiental;

VIII - estimular o desenvolvimento de instrumentos e metodologias visando o acompanhamento e avaliação de projetos de Educação Ambiental;

IX - levantar, sistematizar e divulgar as fontes de financiamento disponíveis no País e no exterior para a realização de programas e projetos de educação ambiental;

X - definir critérios considerando, inclusive, indicadores de sustentabilidade, para o apoio institucional e alocação de recursos a projetos da área não formal;

XI - assegurar que sejam contemplados como objetivos do acompanhamento e avaliação das iniciativas em Educação Ambiental:

a) a orientação e consolidação de projetos;

b) o incentivo e multiplicação dos projetos bem sucedidos; e,

c) a compatibilização com os objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 4º Fica criado Comitê Assessor com o objetivo de assessorar o Órgão Gestor, integrado por um representante dos seguintes órgãos, entidades ou setores:

I - setor educacional-ambiental, indicado pelas Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental;

II - setor produtivo patronal, indicado pelas Confederações Nacionais da Indústria, do Comércio e da Agricultura, garantida a alternância;

III - setor produtivo laboral, indicado pelas Centrais Sindicais, garantida a alternância;

IV - Organizações Não-Governamentais que desenvolvam ações em Educação Ambiental, indicado pela Associação Brasileira de Organizações não Governamentais - ABONG;

V - Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;

VI - municípios, indicado pela Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA;

VII - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC;

VIII - Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, indicado pela Câmara Técnica de Educação Ambiental, excluindo-se os já representados neste Comitê;

IX - Conselho Nacional de Educação - CNE;

X - União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME;

XI - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

XII - da Associação Brasileira de Imprensa - ABI; e

XIII - da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Estado de Meio Ambiente - ABEMA.

§ 1º A participação dos representantes no Comitê Assessor não enseja qualquer tipo de remuneração, sendo considerada serviço de relevante interesse público.

§ 2º O Órgão Gestor poderá solicitar assessoria de órgãos, instituições e pessoas de notório saber, na área de sua competência, em assuntos que necessitem de conhecimento específico.

Art. 5º Na inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, recomenda-se como referência os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais, observando-se:

I - a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e

II - a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Art. 6º Para o cumprimento do estabelecido neste Decreto, deverão ser criados, mantidos e implementados, sem prejuízo de outras ações, programas de educação ambiental integrados:

I - a todos os níveis e modalidades de ensino;

II - às atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos, de gerenciamento costeiro, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais, de ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental;

III - às políticas públicas, econômicas, sociais e culturais, de ciência e tecnologia de comunicação, de transporte, de saneamento e de saúde;

IV - aos processos de capacitação de profissionais promovidos por empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas;

V - a projetos financiados com recursos públicos; e

VI - ao cumprimento da Agenda 21.

§ 1º Cabe ao Poder Público estabelecer mecanismos de incentivo à aplicação de recursos privados em projetos de Educação Ambiental.

§ 2º O Órgão Gestor estimulará os Fundos de Meio Ambiente e de Educação, nos níveis Federal, Estadual e Municipal a alocarem recursos para o desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental.

Art. 7º O Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Educação e seus órgãos vinculados, na elaboração dos seus respectivos orçamentos, deverão consignar recursos para a realização das atividades e para o cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 8º A definição de diretrizes para implementação da Política Nacional de Educação Ambiental em âmbito nacional, conforme a atribuição do Órgão Gestor definida na Lei, deverá ocorrer no prazo de oito meses após a publicação deste Decreto, ouvidos o Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA e o Conselho Nacional de Educação - CNE.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de junho de 2002, 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, Presidente da República

Paulo Renato de Souza, Ministro da Educação

José Carlos Carvalho, Ministro do Meio Ambiente

Anexo III. CARTA AOS COLETIVOS

São Paulo, novembro de 2007.

Caros educadores e educadoras ambientais,

Ciente de que a constituição de Coletivos Educadores converge ações e agrega Instituições, grupos e pessoas que trazem seu repertório pessoal e institucional de habilidades, conhecimentos e desafios para a efetiva troca e potencialização de suas ações, venho expor-lhes um projeto de pesquisa em andamento. A fim de acompanhar as experiências da Rede Paulista de Coletivos Educadores, no que diz respeito à construção de Políticas Públicas em Educação Ambiental, o presente estudo visa investigar como aqueles as efetivam, respondendo às necessidades locais. Desta maneira, a participação das comunidades locais na formação de educadores ambientais populares será avaliada a fim de caracterizar a atuação destes coletivos no território correspondente. Com base nas comparações feitas entre os Coletivos Educadores por meio de levantamento bibliográfico, entrevistas e visitas a campo, será permitido verificar não só a consolidação do documento da Política Estadual de Educação Ambiental de São Paulo, mas também a participação e mobilização social para sua implementação. Assim sendo, gostaria de solicitar vossa colaboração para aprofundar esta pesquisa seguindo esta temática. Inicialmente, um questionário será enviado ao Coletivo Educador correspondente para que seja preenchido pelos seus integrantes, de acordo com vossa disponibilidade. Posteriormente, serão trabalhadas as demais metodologias citadas, tendo como base o questionário inicial.

Agradeço a atenção e ajuda para este trabalho e, espero contribuir no que for possível.

Saudações,

Ana Luiza Veltri
Bióloga (UNESP – Botucatu)
Estagiária CEA Villa Lobos (Instituto 5 Elementos)

O Cântico da Terra

Eu sou a terra, eu sou a vida.
Do meu barro primeiro veio o homem.
De mim veio a mulher e veio o amor.
Veio a árvore, veio a fonte.
Vem o fruto e vem a flor.

Eu sou a fonte original de toda vida.
Sou o chão que se prende à tua casa.
Sou a telha da cobertura de teu lar.
A mina constante de teu poço.
Sou a espiga generosa de teu gado
e certeza tranqüila ao teu esforço.
Sou a razão de tua vida.
De mim vieste pela mão do Criador,
e a mim tu voltarás no fim da lida.
Só em mim acharás descanso e Paz.

Eu sou a grande Mãe Universal.
Tua filha, tua noiva e desposada.
A mulher e o ventre que fecundas.
Sou a gleba, a gestação, eu sou o amor.

A ti, ó lavrador, tudo quanto é meu.
Teu arado, tua foice, teu machado.
O berço pequenino de teu filho.
O algodão de tua veste
e o pão de tua casa.

E um dia bem distante
a mim tu voltarás.
E no canteiro materno de meu seio
tranqüilo dormirás.

Plantemos a roça.
Lavremos a gleba.
Cuidemos do ninho,
do gado e da tulha.
Fatura teremos
e donos de sítio
felizes seremos.

Cora Coralina

Anexo IV. ENTREVISTAS

a. ENTREVISTA COEDUCA

Campinas, 26 de julho de 2008.

Território integrante: Município de Campinas

Entrevistado: Sandro Tonso, participante do grupo gestor do COEDUCA, formalmente coordenador do convênio entre o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde é professor doutor do Centro Superior de Educação Tecnológica (CESET).

Estrutura do coletivo

- 1. Dentre as instituições parceiras, existe uma instituição âncora que represente o grupo em um dado projeto?**

O Fundo Nacional do Meio Ambiente chama de instituição âncora aquela com a qual ele assina o convênio. Dessa forma, a Unicamp é âncora neste sentido, ou seja, a quem se recorre e quem recebe os recursos. Enquanto existe a oficialização do convênio entre FNMA e Unicamp, para única e exclusivamente repartir recursos, todas as outras decisões são tomadas pelo coletivo de coordenação. Então, não tem nenhuma instituição que é inferior à outra, que tenha responsabilidades diferentes da outra.

- 2. A gestão é compartilhada no processo de decisões do grupo?**

Sim, totalmente.

- 3. Quanto aos processos de formação de educadores ambientais, em qual momento se encontra este Coletivo?**

Encerrando a formação dos PAPs³, no sentido mais formal, mas seus trabalhos não se encerram.

- 4. Qual estrutura de capilaridade do processo de formação de educadores ambientais da região?**

No COEDUCA levamos à radicalidade, a idéia de ação educativa. Normalmente o processo de formação inicia-se com a formação das pessoas e, posteriormente ou no meio da formação, começa o estágio, ou seja, a ação que vão realizar a partir da formação que tiveram. Nós invertemos ao começarmos com a formação de coletivos locais no primeiro dia, em 13 de março de 2007. Esta é a nossa postura: apostar tudo na capilaridade através de uma ação educativa que começou no primeiro dia. No primeiro semestre, eles fizeram um mapeamento do seu território; no segundo semestre, eles fizeram o projeto de atuação educativa no território junto com a comunidade e, na terceira e última parte de formação formal, ou seja, centrada em itens de cardápio, eles já estão realizando projetos construídos com a comunidade. Radicalizamos no fato de primeiro formarmos os grupos, independente dos itens de cardápio. Como consequência disto, passou todo mundo a ser educador e educando ao mesmo tempo.

5. O grupo é dividido em coletivos locais ou subcoletivos?

Sim, em coletivos locais.

6. Se sim, cite vantagens e desvantagens desta subdivisão.

A vantagem é que as pessoas não ficam sozinhas: organizamos estas 150 pessoas em cerca de vinte coletivos locais que coletivamente estão envolvendo outras pessoas no processo de formação, rompendo a idéia de que um PAP3 forma outros PAPs4 e assim por diante. A grande vantagem é a estabilidade, ter coletivos que durem mais tempo, pois se uma pessoa abandona o processo, o que acontece, aquele coletivo não morre e não se perde os PAPs4 daquela pessoa. Assim, existe um conjunto de pessoas deste coletivo local que dará conta do processo de formação. As desvantagens são as diferenças, as desigualdades, os conflitos que aparecem ao lidar com um grupo de pessoas que tem que trabalhar junto, mas isto poderia aparecer num momento qualquer. Adiantamos coisas humanas que ocorrem em grupos de pessoas que convivem junto com diferentes idéias.

Participação

1. Quem participa do Coletivo Educador?

Funcionários públicos municipais, estudantes de graduação e Ensino Médio, muitos líderes de comunidades e pessoas que não estão ligadas a nenhuma instituição. A divulgação foi muito ampla: rádio, televisão e até telefone pessoal, resultando numa diversidade muito grande. Além disso, ao fazermos a chamada, pessoas de outras regiões sentiram-se interessadas em participar e não quisemos negá-las. Queremos deixar uma por município para poder acompanhar o processo junto a elas com o compromisso de começarem o Coletivo Educador em suas localidades.

2. Como o grupo administra a adesão e a desistência de instituições parceiras?

Apenas uma instituição desistiu, a PUC Campinas, devido a um problema de mudanças de política interna de extensão, cortando todas as relações com parceiros externos, passando a se dedicar a projetos únicos e exclusivos da própria instituição. O COEDUCA tem recebido novas adesões o tempo todo, o que não é um número muito grande, pois não estamos trabalhando com dezenas de instituições, mas são dez que têm perdurado e vão continuar. A regra é que a qualquer momento pode-se aderir ao Coletivo.

Educação Ambiental

1. Há monitoramento do processo formativo? Como é realizado?

Sim, existe. Temos figuras no COEDUCA que são os articuladores, que estão em contato direto com os coletivos locais, para fazer a articulação não só entre estes, mas entre as pessoas do próprio coletivo, pois sempre existem conflitos. Eles não são julgadores de quem está certo ou errado, mas ajudam o Coletivo a encontrar um caminho, dentro da diversidade e da experiência que possuem, orientando os coletivos locais a encontrarem caminhos em comum (um dos coletivos nossos chama “Caminhos em Comum”). Além disso, facilitam a articulação entre os coletivos locais e o coletivo de coordenação, antes chamado de PAP2, mas não acreditamos muito nesta nomenclatura por parecer meio hierárquica (PAP1, 2, 3, 4, 5). Somos pessoas que aprendem participando. A certificação é igual para todos, pois sabemos que se hoje estamos deste lado como educandos, amanhã estaremos como educadores. Então o monitoramento é feito pelo trabalho destes articuladores que são contatos diretos, e talvez seja o grande ponto que tenhamos que reforçar. O que não é fácil, pois é um trabalho intenso de articular conceitos devido às diversas dimensões que se tem que lidar, como a econômica e a política.

2. Como é classificada a aceitação das entidades educadoras de ensino tradicional relacionada à inserção de EA informal no ambiente de estudo?

As aceitações no começo foram muito estranhas às entidades, mas agora é institucionalizado. Inicialmente, grupos de pessoas se apresentaram dizendo formar educadores ambientais em um conjunto de instituições sem nenhuma instituição central. Muitas entidades educadoras têm dificuldade para entender e liberar o funcionário para participar em dias fixos da semana em algo desconhecido. Participo de grupos desde os 17 anos (coral, botão) e nunca vi um grupo que está junto há quatro anos em reuniões semanais de três a quatro horas de duração, com seis semanas de férias ao ano por quatro anos seguidos. Então há um grupo de pessoas malucas que acreditou nisso, apostou no não-formal para chegarmos ao formal, no sentido de certificação, com a qual não estão preocupados. As pessoas se preocupam mais com o processo de formação.

Comunicação

1. A distância entre os municípios é um fator limitante para a realização do trabalho?

Sim, é um fator que dificulta. Não só entre coletivos locais, mas às vezes dentro de um único coletivo. O Coletivo União, por exemplo, abrange uma região de Campinas muito grande e os membros daquele coletivo têm dificuldade de se locomover porque precisam de ônibus, cuja frota não é facilitada e alguns não têm recursos para pagar a passagem, muitas vezes já custeada por nós.

2. Como se dá a comunicação entre eles?

Eu não acredito que a internet seja um meio de comunicação. Os sites são instrumentos, talvez, de divulgação das chamadas, avisos e agendamento de uma reunião, mas não funcionam para a comunicação, para a troca e decisão coletiva de uma nova idéia. A pedido dos próprios educandos, criamos os PAPs nas quintas e sextas-feiras para que todos se encontrem. Inicialmente, estes dias eram dedicados à vivência de itens de cardápio. A cada semestre oferecemos uma gama muito grande deles, cerca de trinta itens, e cada um coeducando escolhia um conjunto próprio, não havendo encontro. Depois de um segundo semestre muito intenso, ouvimos a necessidade de não fornecermos itens de cardápio, para que todos pudessem se encontrar no local e trocar idéias em encontros chamados de imersões, quando todo mundo fala sobre si, sobre seu trabalho, troca e discute algum tema. Além disso, dançamos juntos, fazemos pintura e trabalhos de literatura. Tivemos um item de cardápio que perpassou os três semestres chamado *Caminhos*, que tinha como objetivo, através da arte, ampliar a percepção das pessoas e a capacidade de expressão. Trouxemos atividades com um caminho artístico para poder facilitar a troca de comunicação.

Política

1. Dentre os parceiros do Coletivo Educador há algum representante político?

Formalmente a Prefeitura com diversos órgãos participantes que são parceiros novos, como por exemplo, algumas Secretarias Municipais, Departamento de Parques e Jardins, Departamento de Limpeza Urbana e Orçamento Participativo. Outras novas parcerias são duas autarquias: SANASA (Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento) e CEASA (Centrais de Abastecimento de Campinas). Além disso, existe uma fundação de autarquia mista, a Fundação Mata de Santa Genebra, que é uma parceira do COEDUCA e tem uma ligação muito forte com o Governo Municipal.

2. Há reconhecimento e valorização deste trabalho pelos políticos?

Sim, uma vez terminado este convênio com o Ministério, queremos compromisso entre as instituições na forma de convênio.

3. Como é feito o diálogo com o Órgão Gestor da PNEA (DEA/MMA e CGEA/MEC)?

Por questões institucionais e/ou pessoais, nós temos um trânsito muito bom entre os dois Ministérios e nossa comunicação com o Órgão Gestor (DEA/MMA e CGEA/MEC) é total. Acho que é uma mistura de pessoas que já se conheciam e instituições que se respeitam, permitindo o atendimento, apoio, conversas e troca de idéias em um caminho aberto. Na verdade, gostaria de

fazer uma meia-culpa, pois o COEDUCA está em dívida com o Órgão Gestor. De tudo que fizemos não conseguimos sistematizar o suficiente para mandar-lhes informações para que eles saibam o que está acontecendo.

4. As ações deste CE articulam com outros programas do Órgão Gestor da PNEA (CIEAs, COM-VIDAs, Programa Juventude e Meio Ambiente) e projetos da DEA/MMA (EA em Unidades de Conservação, MES e Salas Verdes)?

O MES (Município Educador Sustentável) é um programa que começou, teve um apoio inicial do Governo Municipal e parou. Ao meu entender são programas irmãos, pois não se pode pensar em Município Educador Sustentável sem um Programa de Formação de Educadores Ambientais. Assim, não há um MES, mas em um estalar de dedos é possível acontecer, já que no fundo são as mesmas caras, ou seja, as pessoas que estavam no MES estão no COEDUCA. Com relação às Salas Verdes, ainda não temos, mas gostaríamos de ter. Atualmente estamos observando o surgimento de Coletivo Jovem (CJ) em Campinas a partir de um projeto que coordeno que articula dezenove CJs em todo o Brasil e, de toda a equipe deste projeto, metade é do COEDUCA. Por fim, nós temos um projeto de COM-VIDA como uma ação educativa de um dos nossos coletivos locais. Estes projetos estão unidos, com as mesmas idéias, estratégias e dificuldades. O que precisaria, talvez, seria divulgá-los mais para poder mostrar que é possível trabalhá-los junto.

5. O CE faz ponte entre políticas públicas e grupos locais?

Não estamos fazendo isso e se estivermos, talvez sem querer. O que gostaríamos é que a partir do COEDUCA e dos Coletivos Locais, pudesse emergir uma discussão da efetivação de uma política pública municipal de Educação Ambiental. Certa vez, uma Instituição de Política de Resíduos veio participar do COEDUCA, mas não chegou a fazer esta ponte.

Economia

1. As atividades dos educadores ambientais estão inseridas no plano de trabalho das instituições parceiras?

De alguns funcionários públicos sim, mas de pessoas que não estão ligadas a nenhuma instituição, as atividades fazem parte do seu plano de vida. Os funcionários públicos municipais participantes têm as suas horas liberadas para poderem participar da formação do COEDUCA, a qual é bastante intensa: oito horas por semana em horário de trabalho (uma turma, às quintas e sextas-feiras de manhã; outra turma, às quintas e sextas-feiras à tarde). Então eles foram dispensados de seu trabalho e recebem para estar no COEDUCA trabalhando.

2. Quais são os recursos usados pelas instituições para exercerem suas atividades no trabalho do Coletivo?

Todos os Coletivos Educadores tiveram o recurso do Edital nº05/2005, no valor de duzentos mil reais que são utilizados para os eventos de itens de cardápio, transporte, compras de material, equipamentos, etc. Mas eu não acredito que este seja o grande recurso, pois inicialmente (de 2005 a boa parte de 2007), trabalhamos somente com os recursos de parceiros sem que ninguém despendesse de dinheiro. Depois que chegaram os recursos do Edital, estes passaram a custear outros serviços e deixaram de onerar os parceiros. Recursos existem, o que precisamos fazer é criar uma instância em que estes recursos possam transitar de um para outro, sem que envolva necessariamente retirar dinheiro do orçamento e passar ao outro, ou seja, devem ser bem compartilhados. Todas as instituições têm um carro, meio de transporte, telefone, papel, impressora, material de todas as horas e pessoas que tem competência. Se conseguirmos articular estes recursos direito, como fazemos no COEDUCA, não há necessidade de recursos externos, dinheiro.

Construção Coletiva

Como construir coletivamente os conhecimentos?

Primeiro, aprendendo a ouvir. Uma das necessidades que nós temos que conseguir num relacionamento é ouvir primeiro. Enquanto a gente aprende a ouvir, a gente tem que aprender a se colocar na posição do outro. Se conseguirmos fazer isso, passamos a construir coletivamente o conhecimento, pois começo a entender o que o outro tem de diferente de mim. Por fim, precisaríamos fazer um esforço enorme de “deshierarquizar” o saber que já existe, o que significa tirar tanto a idéia da cabeça de quem pensa que tem um saber superior ao outro, como quem pensa que tem um saber inferior também. A velha nova história de Paulo Freire em que a gente se educa mutuamente. O reitor da Unicamp, Mohammed, disse que não deveríamos ter mais PAP, só aprender participando com as pessoas que educam participando e no futuro pessoas que educam aprendendo e que aprendem educando, o que dá na mesma. Pronto, acho que aí a gente consegue chegar ao saber construído coletivamente. É muito fácil falar, mas na prática você tem que trabalhar com o ego, com a humildade, com o respeito, com divisão de fala, fazer reuniões circulares, sem hierarquia, procurando diminuí-la ao mínimo. Na verdade, o ideal é sem hierarquia, pois não tem como achar que um saber é mais importante do que o outro. Em determinado momento, num certo contexto, este saber é mais adequado do que o outro, mas não podemos ter pessoas mais importantes que outras.

Educador Ambiental Popular

Quem é o Educador Ambiental Popular?

Qualquer pessoa que se sinta capaz de fazer outra pessoa refletir sobre as relações complexas das mudanças ambientais que estão permeando a vida dela. A pessoa tem que se sentir educadora, sentir que tem competência, alegria e potencial para estimular outra pessoa a pensar de si. Não é aquele que transmite alguma coisa a outra pessoa para que esta aprenda a agir

corretamente, apesar de também haver transmissão de informações, mas não é focado nisto. Aquele que consegue atingir todos os ângulos: formal, não-formal e informal, numa reunião de bairro ou num jornalzinho.

Encontros e Caminhos

Qual o maior desafio deste Coletivo Educador?

A questão da continuidade porque quanto mais enraizamos, como o movimento das mãos, mais vai se abrindo e encontrando diversidades e desigualdades, então precisamos ter este equilíbrio, entre enraizar e manter a coesão, sabendo que quanto mais a gente enraíza mais encontra diferenças.

b. ENTREVISTA CE da Região Norte da Cidade de São Paulo

São Paulo, 06 de agosto de 2008.

Território integrante: Região Norte da Cidade de São Paulo

Entrevistados: Prof^ª Dr^ª Eda Terezinha de Oliveira Tassara, professora titular do Instituto de Psicologia da USP, atualmente chefe do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho e coordenadora do Coletivo Educador, que teve como instituição proponente o IBECC (Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura), do qual é presidente. Sandra Maria Patricio Ribeiro, doutora em Psicologia Social e colaboradora dos trabalhos no Coletivo Educador, assessorando Eda Tassara no LAPSI/USP (Laboratório de Psicologia Socioambiental e Intervenção da Universidade de São Paulo).

Estrutura do coletivo

1. Dentre as instituições parceiras, existe uma instituição âncora que represente o grupo em um dado projeto?

Eda: O Coletivo Educador teve como instituição proponente o IBECC que é a UNESCO de São Paulo, em parceria com o Laboratório de Psicologia Sócio Ambiental e Intervenção, o qual coordeno. Então entre os parceiros do Coletivo existe a Universidade de São Paulo que é praticamente uma parceira *sine qua non* (sem a qual não pode ser).

2. A gestão é compartilhada no processo de decisões do grupo?

Eda: No caso do IBECC e da USP a gestão é extremamente compartilhada, assim como podemos perceber este desenvolvimento entre a Associação de Agentes Comunitários de Saúde, a Coordenadoria Regional de Saúde e Diretorias de Ensino. Por outro lado, há um esforço muito grande para torná-la compartilhada em diferentes setores. Acredito que os parceiros iniciais que assinaram uma carta de intenção são políticos ou gestores ou pessoas que ficam no alto escalão, cuja comunicação com a base popular numa metrópole como São Paulo é muito difícil porque existe o que a gente chama de poderes menores e estes têm muito temor que seu espaço seja ocupado, tornando as ações fragmentadas, o que não quer dizer que seja ruim. Ou seja, as gestões passam a ser feitas com pessoas que tem decisões num determinado âmbito e talvez isso possa se articular com a cúpula a partir de certo impacto. Aí você teria um ponto de estrangulamento da exeqüibilidade do Programa Coletivo Educador, o qual pressupõe esta passagem de acordo com sua filosofia. E talvez esta passagem seja a questão mais complexa de ser feita porque ela está na contramão da cultura política estabelecida. Então é mais fácil chegar à participação popular do que envolver estes elementos da cúpula do Estado através de elos até a vinculação com a participação popular. Como que isso vai se unir à cúpula para se efetivar de fato a hipótese filosófica do Programa

Coletivo Educador? Isso é um problema que tem que ser discutido e pensado através de uma avaliação da proposta política. Estamos aqui fazendo uma análise se existe parceria ou não, porém perto do que os políticos fazem existe uma parceria extraordinária no nosso coletivo. Acontece que estamos fazendo uma análise mais exigente, então é diferente.

Sandra: Temos diferentes níveis de parcerias. Têm-se aquelas que se apresentam com a intenção de colaboração externa, porém na ação que é desenvolvida no campo é que essa parceria de fato se efetiva, inclusive algumas que foram criadas depois do projeto já estar em andamento. Neste momento, a gestão pode ser compartilhada.

3. Quanto aos processos de formação de educadores ambientais, em qual momento se encontra este Coletivo?

Eda: Em alguns níveis, chegando ao PAP4.

4. Qual estrutura de capilaridade do processo de formação de educadores ambientais da região?

Eda: Semelhante a um chuveiro de ações, com as quais este PAP2 que estava previsto nas articulações de pessoas poderiam prosseguir canalizando todas as ações no sentido de mudança do Estado, aumento da qualidade de vida, melhoria de condições, etc., o que não estou vendo fácil de ser feito e nem se isso é possível. Até se sentir uma mudança leva-se dois anos, por causa da inércia e não sei se a eleição vai definir isso ou não.

Sandra: De uma maneira geral, o Coletivo Educador faz parte deste esforço dentro desta política pública de construir certa forma de Coletivo. O CE da Zona Norte não está fragmentado no sentido de que ele não tem diferentes núcleos funcionando independentemente. Temos uma estrutura de grupos de trabalho com pessoas mais vinculadas ao desenvolvimento de ações desse chuveiro de ações (agentes comunitários, conselheiros gestores, escolas municipais), com interesses diferentes, mas se tem periodicamente reuniões gerais com estas pessoas e de algum modo todas essas ações estão vinculadas pelo projeto original do CE com adaptações de acordo com as dificuldades que encontram com uma linha norteadora de tais ações. A gente tem uma coordenação geral que abarca de algum modo todas as ações, embora estas ações com suas características se organizem em grupos de trabalho e há discussões entre as instituições parceiras como a questão da gestão compartilhada comentada anteriormente, ou seja, vc tem que ter especificidade. Por exemplo, o cardápio, da nomenclatura do MMA, da ação que está sendo desenvolvida com professores estaduais é diferente daquele desenvolvido com os agentes comunitários de saúde, o que não significa exatamente uma fragmentação da ação, já que não são núcleos que estão trabalhando independentemente. Existem reuniões gerais, discussões e está integrado dentro das perspectivas que se tinha dentro do projeto inicial.

5. O grupo é dividido em coletivos locais ou subcoletivos?

Eda: Depende do que se chama de coletivos locais. Acho que existem coletivos com “c” maiúsculo e com “c” minúsculo. Existem muitos coletivos com c minúsculo, porém Coletivo com “C” maiúsculo lá naquela região existe só o nosso, apesar de ter um nas proximidades da Anhangüera, o

Coletivo Mantiqueira, e os Coletivos Jovens metropolitanos espalhados. Então o CE financiado e aprovado com o propósito de desenvolver aquela ação que está na política pública Coletivo Educador que saibamos existir na Zona Norte é só o nosso, o qual está pensado estrategicamente como algo que plota vários pontos que vão espraiando influência até se impactar em todo o território, por hipótese. Então neste processo de realização ele constitui vários coletivos: de professores, professores e alunos, alunos e comunidades, agentes de saúde, entidades de saúde. Então há hipótese de que esses pequenos coletivos se espraiem pelo território sob forma de rede. Uma pesquisadora nossa desenvolveu um mapeamento de ONGs e associações existentes na região, mas já vimos que as ações destas redes são antagônicas ao objetivo do CE como política pública, com raras exceções, pois o objetivo dela é intermediar e não emanar da população sua própria descoberta de organização do que seria o enraizamento efetivo e autônomo. Aí sim eles poderiam fazer uso das ONGs e associações que existissem e não fossem pervertidas no sentido de emponderar as solicitações que fizesse aos órgãos públicos. Então este é outro problema específico, como falei, da região metropolitana de São Paulo.

Participação

1. Quem participa do Coletivo Educador?

Sandra: Agentes Comunitários de Saúde, representantes de usuários em Conselhos Gestores de Saúde, professores e coordenadores pedagógicos de escolas estaduais e municipais, pesquisadores e estudantes de diversos campos de saber (pedagogia, urbanismo, oceanologia, biologia, psicologia, etc.).

2. Como o grupo administra a adesão e a desistência de instituições parceiras?

Eda: Existe uma baixa reação à ação: não existe negativa nunca, todo mundo se mantém parceiro, ninguém tem coragem de dizer que não está participando, mas não acontece a ação. Desistências não existem, existem dificuldades de implementação por causa daquele problema que coloquei: dos médios poderes. Então aqueles que vêm de uma lógica populista são intermediários entre o povo e a decisão política e o benefício que possa advir dela. Esse é o grande calcanhar de Aquiles da exeqüibilidade do Programa Coletivo Educador no meu ponto de vista. Pelo menos na metrópole onde tudo está terceirizado, os dinheiros são externos do Estado, vem de fora, então com tudo isso tem agentes que se beneficiam desta ação e que vendem a própria ação em relação ao povo. É o contrário do que estamos pretendendo: que eles se empoderem para fazer esta comunicação. Então existem forças oponentes. O que eu acho que não existe em todos os lugares do país, pelo menos na minha vivência em um ou outro projeto que eu tenho entrado em contato com outros Coletivos Educadores do Brasil nas minhas viagens. Acho que é uma realidade específica de São Paulo, não sei se por seu caráter metropolitano ou pelo seu caráter político partidário ou por ambos.

Educação Ambiental

1. Quais ações este Coletivo realizam para promover a Educação Ambiental no território?

Sandra: Em 2007, fizemos dois ciclos de seminários dentro do Coletivo na primeira etapa, e chamamos diferentes pessoas, para tentar alinhar e aproximar mais os parceiros iniciais. Atualmente acontece o curso de formação de professores e educadores ambientais em escolas estaduais; nas escolas municipais, há um grupo de estudo, do qual eu participo, que está sendo realizado na USP porque tem gente de diferentes lugares e não é específico para professores, apesar de seu cardápio ser definido pelo nosso professor do Centro de Educação Unificada - CEU Paz. Portanto é um curso que, como não havia possibilidade de fazer no próprio CEU Paz, se contemplou às necessidades que foram levantadas dentro de um grupo de estudo que é mais amplo, que unam pessoas de outros lugares também. Paralelamente a isso, é dada uma orientação, diretamente pela professora Eda, no Projeto Especial de Ação, que é um dispositivo das Escolas Municipais (dentro do CEU Paz tem-se a EMEI e a EMEF), e na EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil do CEU Paz) foi feito um Projeto Especial de Ação de Educação Ambiental. Assim, essa foi uma maneira de viabilizar uma formação: o grupo tem uma hora e meia ou duas horas por semana para discutir uma série de temas e isto está sendo orientado pelo Coletivo. Juntamente aos agentes comunitários de saúde, na área da Brasilândia, foi feito um ciclo de oficinas seguido de um Fórum que já foi marcado. Neste momento, também, estamos finalizando o período de inscrições para um curso destinado aos conselheiros gestores da Casa Verde, que está fora do nosso território, mas o Conselho Gestor da Saúde reúne as áreas da Casa Verde e da Nova Cachoeirinha que está no nosso território, iniciando com um ciclo de oficinas, como processo formativo inicial que vai estabelecer as balizas para se pensar num processo formativo mais longo de educadores ambientais junto aos conselheiros de saúde. Dentro daquela proposta de construção participativa, será um plano piloto com esse grupo de conselheiros gestores, para que ao longo do processo se defina exatamente qual é o cardápio, qual é a temática que será levada num processo formativo mais longo para todos os conselheiros gestores da Zona Norte. Assim, estas são as ações que estão em andamento no momento.

2. Como é classificada a aceitação das entidades educadoras de ensino tradicional relacionada à inserção de EA informal no ambiente de estudo?

Sandra: Através dos contatos que tivemos com os professores das Escolas Municipais, percebemos que eles avaliam certa capacitação como necessário para intervir no seu território, de uma maneira mais eficiente, para poder implementar alguma ação de Educação Ambiental que alcance a população através dos alunos, dos familiares de alunos, da comunidade. Porém a capacitação de professores municipais está legalizada num certo formato que inviabiliza uma série de ações. O professor até pode ter um tempo para se dedicar à sua capacitação ou atualização ou aperfeiçoamento, mas dentro da escola em que está, pois eles não podem se ausentar da escola onde trabalham. Então não é possível dar um curso de formação que envolva professores de várias escolas tampouco montar um curso para cada escola, atendendo dois professores aqui, oito ali. Ainda que você ofereça e diga: “Fizemos uma avaliação participativa junto aos próprios professores e encontramos este gargalo para a EA se implementar de fato a partir das escolas municipais”, não depende de nós decidir como ficará esta legislação, e sim, precisaria de uma parceria efetiva com a Secretaria Municipal de Educação.

Eda: Os nossos alunos que trabalham em Cunha, por exemplo, eram subsidiados pela Secretaria Municipal que disponibilizaram os professores, oferecendo o almoço e o transporte: era uma parceria que permitia um trabalho tranquilo, oferecendo ônibus para nos deslocarmos. Aqui estamos pagando pelo deslocamento.

Sandra: Ao oferecer um curso semi-presencial que não retirasse o professor do ambiente da escola, ninguém disse não, mas protelam a decisão. Não dizem não, mas não fazem. Nas escolas estaduais, começamos um trabalho com a possibilidade de que os professores fossem convocados para esse trabalho e depois do ano passado para cá, tivemos que reprogramar e dizer que estamos oferecendo um curso de formação, mas quem forma o horário de trabalho é o professor. Isso esbarra em outras dificuldades: muitas pessoas interessadas, mas que não podem sair do horário de trabalho. Então há aceitação pelas escolas e pela Diretoria para este trabalho de EA, mas fica travado neste gargalo.

Eda: No fundo isso é muito mais que inviabilização de um trabalho local. Isso implica em nítida eficácia da própria proposta de política pública, cujo referencial é esta busca pela vinculação.

3. Há monitoramento do processo formativo? Como é realizado?

Eda: Sim, está havendo. Tudo que estamos fazendo, está sendo documentado, inclusive os fóruns estão sendo gravados áudio-visualmente, assim como boa parte das oficinas e cursos, além dos relatórios elaborados. O registro do Fórum dos Agentes Comunitários está sendo feito pelo Observatório, no qual foi feito um levantamento urbanístico e uma identificação de todas as organizações e associações existentes na região com toda a produção geo-referenciada deste material. Existe um projeto chamado Observatório de Redes de Educadores Ambientais na Região Norte sendo desenvolvido por mim e por outra professora que é urbanista, ambas com bolsa produtividade CNPq. O meu será uma avaliação e o dela está sendo uma documentação geo-referenciada. Estou desenvolvendo uma análise avaliativa das condições que definem o gargalo na implementação do Programa de Políticas Públicas Coletivo Educador tal como foi concebido no seu propósito de mudança social. Acho que as pessoas foram esquecendo, pois uma Educação Ambiental mista é para a mudança e não apenas para o sujeito ter condições cognitivas de saber o que é uma correção ecológica, o que já é lucro. Se o sujeito for capaz de compreender o que é uma ação ecologicamente correta, ele já tem uma grande conquista, mas isso não necessariamente implica na transformação, nem na participação dele na definição do futuro territorial no qual ele está.

Comunicação

1. A distância entre os municípios é um fator limitante para a realização do trabalho?

Sandra: Muito grande, pois a distância na Zona Norte de São Paulo é um complicador. O grupo de estudos montado na USP facilita o deslocamento para quem mora nos extremos da Zona Norte e tem dificuldades de trafegar de um bairro para outro. Quando existem ações no campo e vai alguém desta região do entorno da USP fazer o trabalho de PAP2, desenvolvendo alguma ação lá na Zona Norte, esta pessoa enfrenta outras dificuldades. Dependendo do lugar para onde se vai, depois

de aprender o caminho leva-se em torno de uma hora, mas antes de aprendê-lo, levam-se duas horas e meia.

2. Como se dá a comunicação entre eles?

Sandra: Lançamos mão das formas de comunicação possíveis de acordo com a natureza do grupo. Entre o PAP2 (LAPSI, IBECC e a equipe vinculada a eles) e os parceiros que também poderíamos chamar de PAP2, como as Diretorias de Ensino de Escolas Estaduais, por exemplo, que está trabalhando o tempo todo junto para poder formalizar um projeto de curso, a comunicação é basicamente dada pela internet, a fim de divulgar e chamar pessoas para inscrição, e por reuniões que são agendadas. Ao trabalhar com o que poderíamos chamar de PAP3 (os conselheiros gestores, os agentes comunitários de saúde, os professores) é preciso misturar, pois têm pessoas que tem acesso direto à internet, outros não. É uma falácia esta história de que “todo mundo tem acesso à internet”. Não, nem todo mundo tem acesso à internet ou tem familiaridade ou gosta mesmo disso, mas temos que buscar esse contato.

Eda: No projeto da *Qualificação Social do Educador Ambiental Popular*, oferecemos oficinas registradas no site, no Sistema do Ministério do Trabalho: 1.300 pessoas inscritas sem contar as oficinas que não estão registradas lá. Além disso, a gente tem uma pesquisa sobre Educação Ambiental, que está no site e tem mais de quinhentas respostas. Temos uma comunicação intensa porque nós documentamos todos esses eventos e eles se transformaram em vídeo-documentário, os quais estarão na Mochila do Educador Ambiental, a qual tem dois livros, um CD musical de um grupo que trabalha com Educação Ambiental só com música, três vídeos-documentários e editaremos mais oito já documentamos assim que chegar o recurso. Então há uma comunicação máxima possível dentro das condições na qual estamos com os CE do Brasil. Temos esse contato com todas as regiões do BR: no Pará, na tríplice fronteira, no Rio, na Bahia, no Mato Grosso, formando uma rede entre os Coletivos do Brasil.

Política

1. Dentre os parceiros do Coletivo Educador há algum representante político?

Eda: Sim.

2. Há reconhecimento e valorização deste trabalho pelos políticos?

Eda: Não é valorização, é o seguinte: estas pessoas decidem as políticas públicas do município, então podemos desenvolver diversas ações que são subsídios, os quais nós podemos oferecer, mas não podemos mudar. O povo pode fazer o máximo autonomamente para conseguir a mudança, mas algumas coisas não estão na esfera decisória dele, nem da nossa. Então, a vinculação com estes órgãos, seria para permitir que este trânsito ocorresse.

3. Como é feito o diálogo com o Órgão Gestor da PNEA (DEA/MMA e CGEA/MEC)?

Eda: O diálogo existia, pois a Raquel Trajber e o Marcos Sorrentino são muito próximos e muito ligados tanto filologicamente quanto na constituição desta Política desde a ECO 92, quando fizeram parte de sua organização relacionada aos Movimentos Sociais, particularmente na questão das sociedades sustentáveis. Independentemente da exoneração do Marcos, não sabemos se haverá uma bifurcação das orientações políticas. Se a orientação deste novo Ministro do Meio Ambiente for de muita ênfase na escola, não haverá choque com a Raquel porque a ação dela é na educação formal.

4. As ações deste CE articulam com outros programas do Órgão Gestor da PNEA (CIEAs, COM-VIDAs, Programa Juventude e Meio Ambiente) e projetos da DEA/MMA (EA em Unidades de Conservação, MES e Salas Verdes)?

Eda: Sim, pois nós aqui no IBECC finalizamos um projeto que se chama *Qualificação Social do Educador Ambiental Popular* e este projeto tem como um de seus objetivos a construção de uma *Mochila para o Educador Ambiental Popular*. Ao longo de sua construção participativa, houve encontros distribuídos por todos os Coletivos Educadores do país. Ela será distribuída para todos os Coletivos, Salas Verdes, CIEAs: todas as organizações da política anterior. Não sei como o Ministério realmente ficou comprometido em distribuir este material, pois o plano de distribuição contemplava todas as entidades. Nós, o Ministério da Educação e a UNESCO, fizemos inclusive um livro que será distribuído para todas as escolas do Brasil, relacionado à preparação para a III Conferência Infanto Juvenil para o Meio Ambiente, envolvendo Salas Verdes, COM-Vidas e outras entidades.

5. O CE faz ponte entre políticas públicas e grupos locais?

Eda: Sim, mas existe um buraco. Em física, um problema deste tipo é chamado corte topológico, que deveria partir do topo da decisão até a população. Assim, o Programa Coletivo Educador propõe uma forma de se fazer esses elos através da arquitetura da capilaridade, pressupondo a vinculação da planificação técnica com a participação popular, de acordo com sua proposta original, da qual eu participei. Mas essa aproximação é difícil de fazer. O trabalho com os professores envolve valores eticamente e politicamente válidos, mas não somos o Estado. Para isso temos as Secretarias, que deveriam vincular junto às nossas ações, as quais são de formação, ou seja, faríamos consultoria e formação para ajudar essa aproximação. Seria quase como um desenvolvimento político pedagógico das condições de vinculação possível entre estas esferas. Em termos de arquitetura da capilaridade, somos PAP2, então poderíamos dizer que somos uma instituição, mas não temos um poder de disciplinar políticas públicas, e sim, nós temos o poder de subsidiar e ajudar a fazer que elas emirjam e a produzir condições de aproximação, mas nunca podemos decidir. Minha análise vai em termos do significado de eficácia ou não eficácia do Programa CE, considerando a filosofia de planejamento dele, que a maioria das pessoas não sabem, pois não participaram. Mas como eu participei do processo de construção que vinha desde 1990, digo que é difícil porque o modelo se contrapõe à cultura política estabelecida, ficando sempre um buraco, um corte topológico que significa que não posso passar daqui para lá. É uma ruptura, não podendo passar de uma condição para outra, fica faltando um órgão.

Sandra: Como se houvesse uma barreira que não permite esta comunicação. Como, por exemplo, nossa busca por uma parceria efetiva com a Secretaria Municipal de Educação: o CE se

propõe a subsidiar um trabalho que eles têm o poder de organizar nas escolas e promover ações dentro delas, mas se apresenta uma barreira. O CE chega oferecendo uma proposta de trabalho dentro de um espírito e objetivo e os órgãos aceitam, mas não reagem às propostas.

Eda: Assim, para este núcleo político o que vale é a fala e não é a ação. Então este é um gargalo da própria situação da exequibilidade do programa de política pública. Aliás, existe oposição a essa política do Coletivo. Existem opositores, ou seja, não é unanimemente aceita. A Política Nacional de Educação Ambiental é uma carta de intenções e não diz como que ela vai viabilizar aquela intenção. O CE é uma das vertentes surgidas de uma determinada leitura do que seria EA para responder à PNEA.

Economia

1. As atividades dos educadores ambientais estão inseridas no plano de trabalho das instituições parceiras?

Sim.

2. Quais são os recursos usados pelas instituições para exercerem suas atividades no trabalho do Coletivo?

Eda: Nós temos solicitado recursos, mas ainda não recebemos especificamente para o Coletivo. Pedimos ao Ministério da Integração Nacional, mas não veio resposta e existe outro solicitado ao CNPq, mas está em análise. Existem os recursos que tenho para outros projetos na USP, o que de certa forma gera uma retroalimentação. Através do CNPq, temos duas bolsas; a Associação está oferecendo algum recurso, assim como as Delegacias de Ensino e, a infra-estrutura da USP.

Sandra: Para ações planejadas como, por exemplo, a formação de professores em educadores ambientais, estes começam a projetar ações e desenvolvê-las em escolas. O grande problema é quando você pensa em ações naquele nível que seria de constituição de PAPs⁴, onde é mais difícil obter este recurso. A Diretoria de Ensino, por exemplo, apóia e oferece o espaço físico para as oficinas. Porém não reproduz material para os alunos, os quais devem xerocar cada um o seu, gerando protesto, pois não reproduzem isso. Na medida do possível, quando é pouco material, fazemos cópias na USP. O mais difícil que está começando a surgir como um problema a ser enfrentado é a projeção de ações destes professores. A cada nível de formação oferecido, as pessoas começam a projetar ações para desenvolver nas suas comunidades e são pessoas que estão afastadas dessas possibilidades como temos aqui, com recursos da USP e da Diretoria de Ensino e teriam que ter um caminho de buscar financiamento para isso. Disponibilizamos esse conhecimento que se tem na academia, no caso deste Coletivo que está vinculado ao IBECC e à USP, construindo junto uma possibilidade de busca de recurso, mas isto está começando a se figurar como um problema. Nas oficinas que temos feito com os professores estaduais eles falam: “Ah, gostaria de fazer uma ação na escola”. Mas de onde vai retirar o recurso? O próprio Fórum que aconteceu no CEU Paz enfrentou dificuldades de mudança de data diversas vezes devido à falta de espaço.

Eda: Aí é que a parceira da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente efetiva seria importante, mesmo que não disponibilizassem recursos financeiros, mas sim, as condições para as pessoas executarem os projetos. Porém não fazem, pois não abrem devido aos poderes intermediários.

Encontros e Caminhos

Qual o maior desafio deste Coletivo Educador?

No sentido de que ele se propôs a ser um instrumento político para vinculação da planificação técnica com a participação popular existe uma grande dificuldade de eficácia, porque o modelo se contrapõe à cultura política estabelecida gerando o corte topológico que significa uma ruptura, não podendo passar de uma condição para outra, como citado anteriormente.

c. ENTREVISTA Coletivo Mantiqueira

Piracaia, 16 de agosto de 2008.

Territórios integrantes: Municípios de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Camanducaia, Extrema, Itapeva, Joanópolis, Nazaré Paulista, Piracaia e Vargem.

Entrevistados: Angela Sanches Domingues e Gianmarco Bisaglia (Associação Terceira Via)

Estrutura do coletivo

1. Dentre as instituições parceiras, existe uma instituição âncora que represente o grupo em um dado projeto?

A Associação Terceira Via pode ser considerada como âncora no projeto visto ser a proponente. Porém, na rede Coletivo Mantiqueira, é considerada mais uma parceira apenas, sendo que todos têm o mesmo poder de decisão.

2. A gestão é compartilhada no processo de decisões do grupo?

Sim. Temos uma reunião mensal pré-agendada e todas as decisões são tomadas nessas reuniões, que tem como característica a abertura à participação de quem tiver interesse. As pautas são definidas previamente por sugestões via email e divulgadas ao grupo através de convites às reuniões.

3. Quanto aos processos de formação de educadores ambientais, em qual momento se encontra este Coletivo?

O Coletivo se encontra na execução dos processos de formação.

4. Qual estrutura de capilaridade do processo de formação de educadores ambientais da região?

Em cada município participante do projeto, os parceiros locais se organizam para a realização do Curso de Formação de Agentes Socioambientais. A partir deste curso, os participantes são orientados a promover uma interação socioambiental junto à sua comunidade, como uma ação inicial de educação ambiental. A partir daí, é incentivado a permanecer no Coletivo Local planejando e executando conjuntamente outras ações, que podem ser uma continuidade à ação iniciada pela interação. Essa estrutura pode permitir que existam educadores ambientais populares em cada bairro, comunidade rural, quarteirão, sindicato e escola. O Coletivo Mantiqueira formará 500 Agentes Socioambientais, e estes por sua vez promoverão a sensibilização de 20.000 Educadores Ambientais Populares em nossa região.

5. O grupo é dividido em coletivos locais ou subcoletivos?

Sim. Cada município já possui ou está estruturando o seu Coletivo Local.

6. Se sim, cite vantagens e desvantagens desta subdivisão.

As vantagens são o planejamento mais específico das ações no território, visto a composição por vários municípios. As desvantagens são que esta característica requer um esforço maior para que as ações sejam unidas regionalmente. Para isso, estamos desenvolvendo um Plano de Ações Regionais para o Coletivo Mantiqueira como um todo.

Participação

1. Quem participa do Coletivo Educador?

O Coletivo Mantiqueira possuiu um público bem diversificado. Em cada Curso de Agentes Socioambientais que é realizado, o grupo apresenta um perfil. Alguns grupos são muito diversos, com pessoas de diferentes formações e nível de escolaridade. Em outros grupos, eles são formados basicamente por professores.

2. Como o grupo administra a adesão e a desistência de instituições parceiras?

Não existe um controle rígido quanto a esse aspecto, sendo que algumas vezes, algumas organizações parceiras se afastam por alguns momentos e retornam em outros.

Educação Ambiental

1. Quais ações este Coletivo realizam para promover a Educação Ambiental no território?

O Coletivo Mantiqueira tem promovido, a primeiro momento, o Curso de Formação de Agentes Socioambientais, que desenvolve ações de Interação Socioambiental de forma pontual nas comunidades. A partir da consolidação do Coletivo local, as ações vão se intensificando, tornando-se mais permanentes, com a atuação de vários grupos de trabalho que vão desenvolver diversas formas de educação ambiental na comunidade.

2. Como é classificada a aceitação das entidades educadoras de ensino tradicional relacionada à inserção de EA informal no ambiente de estudo?

A aceitação tem sido razoável.

3. Há monitoramento do processo formativo? Como é realizado?

O monitoramento é realizado através do trabalho do coordenador local do município, que acompanha todo o Curso de Formação de Agentes Socioambientais, juntamente com o restante da rede, através das reuniões mensais.

Comunicação

1. A distância entre os municípios é um fator limitante para a realização do trabalho?

Não, os municípios não são muito distantes. Porém, essa distância dificulta que as ações sejam completamente integradas, gerando a necessidade da existência de Coletivos Locais.

2. Como se dá a comunicação entre eles?

Através de portal, email e telefone. No momento estamos procurando animar a rede através da implantação de fórum de discussão e boletim eletrônico.

Política

1. Dentre os parceiros do Coletivo Educador há algum representante político?

Sim, vários parceiros são representantes do poder público, como as prefeituras de todos os municípios envolvidos (principalmente pelas Secretarias de Educação e Meio Ambiente).

2. Há reconhecimento e valorização deste trabalho pelos políticos?

Sim, com reservas – há simpatia, sem empolgação.

3. As ações deste CE articulam com outros programas do Órgão Gestor da PNEA (CIEAs, COM-VIDAs, Programa Juventude e Meio Ambiente) e projetos da DEA/MMA (EA em Unidades de Conservação, MES e Salas Verdes)?

Sim. Uma característica do Coletivo Mantiqueira é que ele foi formado pela união dos programas Coletivos Educadores e dos Municípios Educadores Sustentáveis (em 5 municípios dos 10 participantes) e Salas Verdes (2 municípios dos 10 participantes).

Economia

1. As atividades dos educadores ambientais estão inseridas no plano de trabalho das instituições parceiras?

Sim, de algumas, principalmente nas que se encontram encabeçando as ações nos municípios.

2. Quais são os recursos usados pelas instituições para exercerem suas atividades no trabalho do Coletivo?

Instalações físicas e tempo dedicado. As prefeituras têm colaborado com apoio de local e transporte. O financiamento do FNMA é suficiente para a implantação das ações, mas não garante a extensão por longo tempo do projeto. A Terceira Via tem buscado outras fontes de financiamento, procurando trazer outros projetos para fortalecer a rede do Coletivo Mantiqueira.

Construção Coletiva

Como construir coletivamente os conhecimentos?

Primeiramente, querer fazer, compartilhar e perceber o ganho individual e coletivo desta atitude. No processo de construção do conhecimento, é necessário administrar vaidades, valorizar o contraditório como fonte inspiradora e ter paciência, pois é processo lento.

Educador Ambiental Popular

Quem é o Educador Ambiental Popular?

Acho particularmente este conceito ruim, mas essencialmente quem assume seu papel cidadão, de fazer e fazer acontecer. O Educador (ou em nosso caso, o agente socioambiental), é quem se dispõe a mudar seu ambiente. É um empreendedor social.

Encontros e Caminhos

Qual o maior desafio deste Coletivo Educador?

Na implantação e no fortalecimento, a manutenção de uma identidade regional, por conta do movimento de cada município em criar identidade própria – alicerçar este “regional” enquanto rede é tarefa desafiadora.

d. ENTREVISTA CESCAR

São Carlos, 23 de agosto de 2008.

Municípios atuais integrantes: Araraquara, Bebedouro, Dourado, Guariba, Ibaté, Jaboticabal, Monte Alto, Rincão, São Carlos, Taquaritinga.

Entrevistado: Bel P. Domínguez, agente operacional do CESCAR, ocupando a sala do CESCAR na Universidade Federal de São Carlos, uma conquista por intermédio da Profa. Haydée Torres de Oliveira (coordenadora do projeto), e as instalações do CDCC/USP (Centro de Divulgação Científica e Cultural da Universidade de São Paulo).

Estrutura do coletivo

1. Dentre as instituições parceiras, existe uma instituição âncora que represente o grupo em um dado projeto?

Sim, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) é a instituição âncora neste projeto, enviado ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) por intermédio da FAI, a Fundação de Apoio Institucional da Universidade e proponente, ou seja, recebe os recursos e administra financeiramente. Por conta da formação dinâmica do Coletivo, sua instituição âncora serve, neste momento, para ancorar o projeto e emprestar o CNPJ, com a responsabilidade final de prestação de contas e elaboração dos relatórios de atividades (embora tais atividades sejam compartilhadas com as demais parceiras) e de responder legalmente, em caso de auditoria. A UFSCar vai certificar os dois cursos formativos: de extensão universitária e de especialização. Mas fazemos questão de deixar claro que o fato de a UFSCar ser a instituição âncora não representa nenhum outro tipo de poder sobre o restante das instituições.

2. A gestão é compartilhada no processo de decisões do grupo?

Há um grande esforço para uma gestão mais compartilhada possível. Sabemos que na hora da necessidade são as instituições mais próximas e seus representantes que estão presentes e trabalhamos para que não tomem nenhuma decisão sozinhos, e sim, consultem sempre, na pior das hipóteses virtualmente, por intermédio da lista do grupo do *Yahoo*, e na melhor das hipóteses, através de encontros presenciais que fazemos para tomarmos as decisões. Como são muitos municípios, trabalhamos em três núcleos gestores: o núcleo gestor de São Carlos, que envolveu inicialmente São Carlos, Ibaté, Dourado e Ribeirão Bonito, porém com esta última cidade não avançamos em função de não conseguirmos uma parceria forte e, no processo seletivo dos participantes, selecionamos duas ou três pessoas, mas elas não conseguiram dar continuidade. Então

este município consta no projeto, embora não tenha nenhum parceiro e nenhum participante; o núcleo gestor de Araraquara que inicialmente era formado só pelo município de Araraquara e no processo seletivo entraram pessoas de Rincão e de Américo Brasiliense (cidade que posteriormente também perdeu a sua participação); e o núcleo gestor de Jaboticabal, com cinco cidades: Jaboticabal, Bebedouro, Taquaritinga, Monte Alto e Guariba. Cada núcleo gestor tem um grupo de instituições que está à frente do processo de tomada de decisões. Em Jaboticabal, existe uma pessoa que atua na ponta como agente articulador, aqui em São Carlos eu atuo como agente operacional e em Araraquara não tem uma pessoa nomeada, embora o DAAE – Departamento Autônomo de Água e Esgotos, a UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e a UNIARA – Centro Universitário de Araraquara (Associação São Bento de Ensino) sejam as instituições mais presentes e tenham sempre um representante de cada instituição respondendo às necessidades do núcleo.

3. Quanto aos processos de formação de educadores ambientais, em qual momento se encontra este Coletivo?

Estamos finalizando o processo de formação proposto pelo projeto *Viabilizando a Utopia* organizado pelo CESCAR e aprovado pelo FNMA. Um dos objetivos do projeto é formar educadores ambientais populares em duas modalidades de curso: de extensão universitária e de especialização, os quais são idênticos. A diferença é que o primeiro contempla pessoas que não têm o nível de terceiro grau, e o segundo, aquelas com formação superior. Como a proposta de formação de educadores ambientais é uma proposta de formação para além dos muros escolares e foca nas lideranças, nas pessoas que tem grupos formados que já atuam nas suas comunidades, no ambiente de trabalho e entidades representativas, então a gente precisava ofertar um curso que contemplasse estas pessoas e elas também pudessem de algum modo receber uma certificação, porque por mais que a gente queira sonhar na hora de disputar uma vaga no mercado de trabalho, o título é algo importante. Recebemos os trabalhos, ou seja, as monografias, de pessoas que receberão o título de especialização. Nestes casos, os relatórios finais estão no formato de monografia, uma exigência formal da Universidade Federal para dar o título de especialista. Por outro lado, para o curso de extensão, podemos flexibilizar um pouco mais chamando o trabalho de relatório final, embora a maioria das pessoas tenha optado pelo formato de monografia, mas o rigor não precisa ser o mesmo. Estamos na fase de análise desses relatórios. Algumas pessoas apresentaram seus trabalhos em vídeos que foram filmados em momentos de trabalho de execução e interação educativa no curso de extensão. Até o final de setembro pretendemos estar com este processo pronto, com as notas entregues, provavelmente com um encontro geral de integração que deve ser aqui em São Carlos, com a presença de Marcos Sorrentino. Outro objetivo deste projeto *Viabilizando a Utopia* é a transformação do núcleo de Jaboticabal em Coletivo Educador, pois contém cinco municípios, com um potencial de agregar outros mais próximos e com uma forte atuação de instituições presentes, como por exemplo, os governos municipais. A Prefeitura de Monte Alto está particularmente muito envolvida neste processo de formação e este amadurecimento está se dando, então o núcleo caminha para a formação do CE. Talvez o próximo projeto em torno deste conjunto de instituições do núcleo de Jaboticabal seja com os recursos do PAC, o Programa de Aceleração de Crescimento, em Educação Ambiental.

4. Qual estrutura de capilaridade do processo de formação de educadores ambientais da região?

No processo seletivo para o projeto *Viabilizando a Utopia*, concorreram cerca de quinhentas pessoas. Pelos cálculos da capilaridade proposta no Programa de Formação deveríamos formar inicialmente oitenta PAPs³, que por sua vez teriam que formar cerca de trinta e cinco PAPs⁴ no ato da intervenção educativa. Considerando as desistências ao longo do curso, preferimos começar com noventa e duas pessoas e estamos concluindo com sessenta e três.

5. O grupo é dividido em coletivos locais ou subcoletivos?

Na prática, cada núcleo pode ser considerado um coletivo, uma vez que com duas instituições já existe um coletivo para fazerem novos projetos. Da experiência do CESCAR, fica a certeza de que é muito importante continuar esse exercício coletivo de formação, mas a proposta precisa ser redimensionada. Quem sabe cada núcleo gestor se transformando em um Coletivo Educador, pois projetos com grande número de pessoas, de grande envergadura e recorte geográfico muito grande são muito desafiadores e requerem mais pessoas engajadas e trabalhando na ponta do processo, sendo preciso reestruturar a elaboração dos recursos financeiros e destinação de verbas para pagamentos das pessoas diretamente envolvidas.

Participação

1. Quem participa do Coletivo Educador?

Inicialmente, havia uma proposta de participação composta por 25% de professores, 25% de representantes de Organizações Governamentais e ONGs e, 50% de líderes comunitários. Foi necessária uma nova redistribuição das vagas entre os segmentos, analisando o número de interessados inscritos e selecionados por segmento. Considerando a média entre os três núcleos gestores, ficou 39% para líderes comunitários, 36% para educadores e professores e 25% para representantes de OGs e ONGs.

2. Como o grupo administra a adesão e a desistência de instituições parceiras?

No primeiro momento, reuniram-se dezenove instituições que contemplassem o recorte geográfico de dez municípios com o termo de adesão, em novembro de 2005. Em dezembro de 2005, o projeto foi aprovado e, nos primeiros seis meses de 2006, trabalhamos nesta ampliação, trazendo mais dezenove instituições. O núcleo de Jaboticabal foi o núcleo que mais cresceu por contemplar cinco municípios e com uma pessoa como agente articulador, procurando responsáveis de instituições (Secretaria de Meio Ambiente, de Educação, ONG, Universidades), apresentando o programa e o projeto aprovado. Dependendo da dinâmica desse encontro, a parceria ocorria ou não. Várias aproximações não surtiram efeito, às vezes nem pela falta de interesse pessoal, mas ao fazer o contato com um representante de uma instituição, esta pessoa precisa fazer um movimento maior pra dentro dela até chegar naquele que autoriza esta parceria. Assim, sabemos que isso pode se

perder. O fato de não terem aderido naquele momento, não significa que não podem aderir no momento seguinte. Assim é a dinâmica dos coletivos. Nós temos trinta e oito instituições, mas nem todas estão presentes e participam com a mesma intensidade. Por força da execução do projeto, precisamos focar as ações, com um tempo curto pra executar aquilo que a gente projetou dentro de um grande recorte geográfico com um reduzido número de pessoas pra responder a demanda dos alunos e alunas. Precisaríamos de um número maior de pessoas com um tempo mais livre pra poder se dedicar, fazer visitas, propostas de encontros menores e reuniões. Então, dentro da realidade, acredito que conseguimos uma adesão muito grande, pois são quase quarenta instituições que em algum outro momento podem se reorganizar em novos projetos. Ou seja, em qualquer momento com cerca de meia-dúzia de instituições pode-se propor um novo projeto, o que não deixa de ser do próprio Coletivo. Então, não tivemos nenhuma situação em que o parceiro entrou, assinou o termo de adesão e disse que não queria mais, embora tenhamos pessoas que estão no papel, mas participaram apenas uma ou duas vezes no início, na formação, nos encontros de organização da proposta, e hoje devem acompanhar o movimento por intermédio da lista do grupo de e-mails. Por outro lado, temos outras absolutamente ativas.

Educação Ambiental

1. Quais ações este Coletivo realizam para promover a Educação Ambiental no território?

Embora existam ações escolares, este não é o nosso perfil. Há um conjunto de ações que extrapolam o ambiente escolar e que marcam a presença cidadã da comunidade exigindo seus direitos, como por exemplo, o trabalho de interação educativa dentro de um condomínio que iniciou o processo de legalização da Associação de Moradores. Além disso, podemos notar ações de ONGs num bairro do município e de Cooperativas de Catadores. Uma experiência muito interessante ocorreu com uma Associação de Deficientes Visuais, onde uma participante desenvolveu um trabalho de percepção com os mesmos, tocando terra, folhas e água, pensando nas cores quentes e cores frias. Outros dois projetos muito interessantes foram feitos com grupos da terceira idade e o saldo é extremamente positivo porque envolve a questão do resgate da auto-estima, da sua importância, “revalorizando” o papel do “Senhor”, da “Senhora”, do sábio que já viveu bastante e pode deixar seu legado, acho que isso é o fundamental. São curiosos alguns depoimentos de pessoas que ficavam sabendo deste trabalho com a terceira idade e perguntavam: “Por quê? Velho só tem passado”. É preconceito achar que a Educação Ambiental é algo que se faz projetando o futuro; é algo extremamente errado apostar num futuro que nunca chega... Ou seja, enquanto pensarmos deste modo não vamos internalizar esta necessidade para que ela aconteça aqui e agora. Afinal, o futuro só existe na nossa imaginação, pois a vida real acontece no presente! É claro que existe uma ideologia nisso, um modo de educar para um tipo de visão de mundo em que se trabalha com as crianças porque é deles o futuro e na realidade você está “educando” estas crianças para um futuro de consumo projetado pela visão de mundo capitalista e neoliberal, que prega a preservação para a exploração da natureza.

2. Como é classificada a aceitação das entidades educadoras de ensino tradicional relacionada à inserção de EA informal no ambiente de estudo?

No início, nós sentimos necessidade de acompanhar a expectativa dos participantes, sobretudo no que se refere aos professores das redes de ensino que iam fazer seus projetos de interação dentro da sala de aula, então havia uma apreensão muito grande em saber como seria: se a proposta de formação do CESCAR poderia ser considerada um bicho-de-sete-cabeças ou uma coisa muito solta. Nos primeiros encontros de formação, o pessoal queria algo mais concreto, aulas mais teóricas, mais formatadas, em que você assiste, presta atenção ao professor lá na frente da sala, dando seu recado sobre aquecimento global ou coisa parecida. Então, percebemos que esta expectativa foi muito maior naquele momento inicial do que hoje em que eles se apropriaram da proposta e perceberam que a metodologia criava uma nova dinâmica e trazia o resultado no processo, pois, de fato, o caminho se faz caminhando. A proposta metodológica de pesquisa-ação-participativa criou esta possibilidade e dentro das escolas, especificamente, os projetos que eu tive oportunidade de ler, são muito bem aceitos e muito interessantes. Os professores conseguiram trabalhar tanto dentro da sala de aula, quanto no contra-turno, ou seja, os alunos têm aulas pela manhã e à tarde fazem atividades extracurriculares, as quais envolveram a comunidade escolar, puderam agregar e criar condições de valorizar os próprios eventos, como a Semana do Meio Ambiente dentro da escola que ficou muito mais interessante porque tinha alguém trabalhando nisso. Imagine como eles ficaram nos primeiros encontros quando era tudo aparentemente solto, se para nós era algo muito novo? Pra todos nós. Então não tivemos vergonha de dizer que não sabíamos mesmo e que estávamos construindo juntos. Eles se intitulavam de cobaias, inclusive, não no sentido da relação do bichinho no laboratório, mas por ser a primeira vez. De lá para cá, sentimos uma evolução muito interessante.

3. Há monitoramento do processo formativo? Como é realizado?

A proposta de formação previu a tutoria para os participantes. Cada participante tinha um tutor, cada tutor tinha um grupo pequeno para acompanhar o trabalho de desenvolvimento do projeto de interação educativa e todo o processo desde sua construção até a execução e elaboração dos relatórios parcial e final, momentos estes que estão sendo avaliados e os participantes receberão notas por conta das exigências da certificação da Universidade Federal. No caso do núcleo de Jaboticabal, do meio do processo em diante ficaram apenas dois tutores para vinte e seis pessoas, uma vez que os outros dois tutores não puderam acompanhar até o final, por exigências profissionais de suas instituições ou pessoais. Em São Carlos e em Araraquara, ficaram cerca de quatro ou cinco pessoas por tutor. O curso de formação de educadores ambientais foi dividido em três módulos na seguinte ordem: *Percepção/Compreensão*, *Estruturante* e *Intervenção Educativa*. No primeiro módulo, *Percepção/Compreensão*, cujos conteúdos foram trabalhados em vinte encontros aos sábados, também ocorriam momentos de avaliação, tanto do processo como um todo, quanto do encontro temático. Utilizamos desde um formulário simples com aquelas “carinhas” em que você circula uma folha dividida em três espaços respondendo às perguntas: “que bom...”, “que pena...” e “que tal?”, para expressar sua opinião, até formulários mais estruturados sobre uma avaliação reflexiva de todo o processo com doze ou quinze questões para as pessoas responderem em casa. Além disso, há avaliação formal dos conteúdos, pois cada módulo temático precisa gerar uma nota.

Ficou sob a responsabilidade dos educadores que estavam aplicando aquele módulo encontrarem a sua forma de avaliação: uma pesquisa, um trabalho e, em alguns momentos, a própria presença, pois o encontro era cheio de propostas de dinâmicas, em que a própria participação e integração facilitaram uma avaliação.

Comunicação

1. A distância entre os municípios é um fator limitante para a realização do trabalho?

Existem aspectos positivos e negativos. Há um maior custo de deslocamento e os encontros presenciais podem ser mais complicados. Contudo, se compararmos esses aspectos entre os Coletivos Educadores existentes, por exemplo, em um município de duzentos mil habitantes como São Carlos é muito mais fácil se reunir do que em outros maiores como Campinas, onde há essa forma de redistribuição em subcoletivos. Às vezes, o tempo de deslocamento de um bairro pro outro, do outro lado da cidade é o tempo que eu gasto para chegar a Ribeirão Preto: 1h10min. Então a distância dificulta, mas força a criatividade para outras formas de comunicação.

2. Como se dá a comunicação entre eles?

A comunicação virtual é possível se otimizada porque é uma forma barata de se comunicar embora precise ser melhor socializada. A inclusão digital precisa ser rapidamente incorporada como necessidade. Além disso, a distância permite a aproximação das pessoas do próprio município, se estruturando e se organizando, espelhando assim, a proposta da gestão compartilhada, porque não se espera que o núcleo gestor ou as pessoas que estão na equipe coordenadora deliberem. No nosso coletivo, os participantes de vários municípios se organizavam para conseguir transportes (carros, van) para ir a encontros não só em São Carlos, mas também em cada um dos núcleos gestores, em forma de rodízio, embora a maioria dos encontros tenha ocorrido em São Carlos, pela disponibilidade de infra-estrutura uma presença maior da equipe organizadora que mora na cidade. E ainda falando neste tipo de necessidade, aonde aparece o apoio das instituições? Por exemplo, uma parceira, a Prefeitura de Monte Alto, que contribuiu várias vezes com transporte tanto para os participantes desta cidade, quando das cidades vizinhas, como um microônibus, trazendo-os para cá. Dessa maneira, o lado positivo existe pelo fato de um grupo de pessoas se organizarem e se fortalecerem com autonomia para desenvolverem seus trabalhos.

Política

1. Dentre os parceiros do Coletivo Educador há algum representante governamental?

Sim, por exemplo, na cidade de São Carlos, a Prefeitura é parceira nas figuras da Secretaria de Educação e Cultura e da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável Ciência e Tecnologia. Em outros municípios, a do Meio Ambiente.

2. Há reconhecimento e valorização deste trabalho pelos políticos?

Depende. Em São Carlos, não podemos dizer exatamente se o prefeito sabe do CESCAR, pois as demandas e exigências podem impedi-lo de saber do movimento do Coletivo Educador, apesar de já ter sido reitor da Universidade Federal, a instituição âncora deste projeto. A despeito disso, as Secretarias são muito atuantes. Em Monte Alto, um município bem menor que São Carlos, o prefeito esteve envolvido diretamente em alguns momentos. Para promover a participação no Programa de Formação do PAC Saneamento em São Paulo, por exemplo, liberou recursos e apoiou financeiramente os deslocamentos de sua representante governamental nessa parceria que também passa pelo processo formativo, muito ativa e muito comprometida, figurando como representante PAP2 e PAP3. No entanto, em outros municípios em que a instituição, a Prefeitura ou a Secretaria é parceira, a participação foi inicial, ou seja, só participaram das primeiras reuniões, pois a demanda é grande. E a equipe organizadora também não pode dar maior atenção a esse aspecto, até em função de focar a necessidade imediata de executar a proposta de formação. Mas se num dado momento precisarmos contatar a Secretaria de um município, a qual assinou o termo de adesão e é parceira, temos esperança que essa participação ainda aconteça. Isto é interessantíssimo. Estamos mais atentos a isso agora no final, para uma análise dessas diferenças de envolvimento, engajamento e participação. Qual é a melhor instância de participação? Claro que o ideal é estarem todos envolvidos, mas não existe isso. E isso já aparece como uma contradição, pois às vezes há excesso de vozes pra demanda. A construção do processo participativo é sempre uma dinâmica. E de acordo com as demandas, às vezes não se pode pensar em assembléia geral com presença massiva para pensar e deliberar algumas questões mais urgentes.

3. Como é feito o diálogo com o Órgão Gestor da PNEA (DEA/MMA e CGEA/MEC)?

Até o início de junho deste ano diálogo pode ser considerado muito bom. Tinha um fluxo de comunicação que só não era maior ou mais ágil porque a resposta não vinha na velocidade do desejo, pois sabemos que se nós sofremos aqui neste Coletivo com dez municípios, imagine gerir um processo coletivo de Coletivos no país inteiro? Se não era mais veloz um pequeno grupo de pessoas administrando os processos de 150 coletivos, nenhuma outra razão a não ser a falta de tempo pra responder às necessidades. No Estado de São Paulo, esse diálogo começou em março de 2005, no primeiro seminário em Indaiatuba até culminar na elaboração de projetos em novembro e no primeiro grupo de Coletivos (cerca de 20) para o financiamento (Edital nº05/2005). Como colaboradores, tanto a professora Haydée quanto o Sandro Tonso (COEDUCA), ambos das universidades, se dedicavam a esses processos, qualificando ainda mais este diálogo, juntamente às suas atividades pela RUPEA, participando do Comitê Assessor. Atualmente é uma incógnita, porque não sabemos como vai ficar a situação dos enraizadores com os quais a gente se comunicava diretamente... Uma reunião semestral entre o Comitê Assessor e o Órgão Gestor deve acontecer até o final do ano e esperamos que isso aconteça. O Comitê Assessor, criado para assessorar o OG, de acordo com o Decreto que regulamenta a Lei da Política Nacional de EA, é composto por entidades do setor educacional-ambiental, setor produtivo patronal, ONGs que desenvolvem ações de Educação Ambiental, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, representantes de outros setores organizados da sociedade civil. A estrutura ainda é frágil: os coletivos são frágeis por uma série de fatores que já conversamos. Por exemplo, dos

cerca de 150 Coletivos Educadores, sendo 22 da primeira chamada, restam aproximadamente 120 CE que esperam um programa de um milhão de reais que fortaleceriam os Coletivos, em que seriam organizados tutores, monitores e dinheiro alocado para o financiamento. Esse programa seria contemplado a partir de verba de Emenda Parlamentar aprovada, a qual precisamos exercer o controle social para que a mesma seja aplicada realmente para o que fora designado. Então é tudo muito frágil, as pessoas estão se sentindo um tanto perdidas e na dúvida com as mudanças que estão acontecendo, ficam nas suas instituições fazendo suas coisas. Precisamos articular uma manifestação de Coletivos e ainda não sabemos como isso se configurará.

4. As ações deste CE articulam com outros programas do Órgão Gestor da PNEA (CIEAs, COM-VIDAs, Programa Juventude e Meio Ambiente) e projetos da DEA/MMA (EA em Unidades de Conservação, MES e Salas Verdes)?

Sim, embora menos do que nós temos em termos de desejo e de ideal, mas há algumas articulações. A Sala Verde em São Carlos, por exemplo, é uma Sala com propostas de atividades, algumas já desenvolvidas em parceria e outras planejadas para este semestre. Na verdade, as pessoas envolvidas nestas ações são as mesmas que são do CESCAR, da Sala Verde e da Rede de EA de São Carlos (REA-SC). Os COM-VIDAS em São Carlos ainda são uma iniciativa pequena, com duas ou três escolas neste projeto. Não sei se poderia dizer se já temos uma articulação, mas como a Secretaria da Educação está presente no CESCAR, temos essas informações mais próximas. Com relação ao Programa MES, especificamente no núcleo de Jaboticabal, os municípios foram envolvidos para fazer parte deste recorte geográfico pelo movimento que o Sérgio, agente articulador que pertence ao Fórum Jaboticabal Sustentável fez para a articulação do MES nesta região, ou seja, há essa articulação na construção do Fórum Jaboticabal Sustentável e alguns outros municípios, pois é um consórcio de municípios. Era um trabalho que ele já tinha feito antes da implementação do programa, esse movimento já existia. Outro exemplo, o Coletivo Jovem (CJ) aparece em Dourado, onde algumas pessoas que são ao mesmo tempo PAP2 e PAP3 de uma ONG parceira da Secretaria Municipal de Meio Ambiente fazem parte desta faixa etária e estão na rede articulando com o pessoal. Em São Carlos existem pessoas também nesta faixa que estão mais ligados, trazendo informações sobre o que acontece nos CJs. Em um dos módulos temáticos, trouxemos um palestrante do CJ, o Diego, de Itu, pra dar uma palestra “show de bola”. Sobre a EA em Unidades de Conservação não saberia te responder neste momento, mas temos atividades no espaço do Horto Florestal e nos Parques Ecológicos, nos municípios de Monte Alto e São Carlos, os quais não são parceiros, e utilizamos esses espaços, para o desenvolvimento dos módulos temáticos.

5. O CE faz ponte entre políticas públicas e grupos locais?

Sim, na medida em que estabelece frentes de diálogo e atividades compartilhadas com as Salas Verdes, as iniciativas para o Programa MES – Municípios Educadores Sustentáveis, por intermédio do Fórum Jaboticabal Sustentável, com os Com-Vidas, com os grupos de economia

solidária, as cooperativas de coleta seletiva e de serviços (a CooperCook forneceu coffe-breack em alguns dos encontros do CESCAR e uma de suas cooperadas participa do processo de formação). Além disso, o PEAMSS – Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento, para a articulação dos diversos programas e ações desenvolvidos pelo Governo Federal e sociedade civil com a EA, na consolidação de trabalhos transformadores, com os municípios que receberam verbas do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. Este programa orienta os agentes governamentais que estão construindo os seus projetos e ações de saneamento, a contemplarem as propostas de Educação Ambiental construídas por um dado CE daquele município ou território. Esta iniciativa já está em andamento, por exemplo, no município de Monte Alto.

Economia

1. As atividades dos educadores ambientais estão inseridas no plano de trabalho das instituições parceiras?

Via de regra, o trabalho é voluntário. Quem representa a instituição parceira continua trabalhando em sua jornada normal de trabalho e fora do horário de expediente normal vai se dedica ao trabalho no Coletivo. Esse quadro foi considerado para que todo o programa de formação fosse previsto para acontecer aos sábados e, os encontros gerais de tutoria, aconteceram geralmente à noite: fora do horário de expediente normal, para o participante poder participar. O trabalho com pessoas voluntárias é algo complicado, pois elas já têm suas jornadas, seus compromissos e suas responsabilidades com as suas instituições. Então o momento que elas se dedicam ao Coletivo é fora das suas atribuições e isso faz com que as tarefas fiquem acumuladas, sobrecarregando as pessoas que estão destinadas para o trabalho.

2. Quais são os recursos usados pelas instituições para exercerem suas atividades no trabalho do Coletivo?

Os recursos financeiros vêm do FNMA. Nosso Coletivo foi contemplado com quase duzentos mil reais, mas o percentual destinado para a área de recursos humanos foi muito aquém da realidade. Estamos inclusive construindo uma proposta de reformulação para ver se é possível fazer uma compensação financeira pra algumas pessoas neste período de muito trabalho. Para o projeto ser aprovado, a gente dimensionou uma carga horária “x” e estabeleceu uma remuneração de acordo com a carga horária estipulada. Mas percebeu-se que a pessoa tem que trabalhar às vezes o dobro daquela carga horária pelo mesmo valor, fato que pede necessariamente uma revisão. Especificamente em relação ao FNMA, os entraves burocráticos são muito grandes para qualquer tipo de realocação de recursos: é até possível, ninguém negou, mas é tão burocrático que desanima fazer qualquer replanejamento. A grana tem que contemplar os recursos humanos, materiais e tecnológicos. Para um próximo, precisamos repensar as proporções, o grande peso das pessoas envolvidas, a valorização do trabalho de pessoas qualificadas para atuarem na parte de formação de Educação Ambiental e na elaboração de materiais didáticos. Esta carência aparece inclusive em alguns dos trabalhos de interação realizados pelos participantes, no que se refere a conteúdos

específicos com linguagem adequada e de acordo com seus públicos: a pré-escola, educação infantil, adolescentes, jovens, idosos, comunidade fora da escola, em uma linguagem através de cartilhas. Então há essa necessidade.

Construção Coletiva

Como construir coletivamente os conhecimentos?

“Coletivizar”, um trecho do texto do Boletim Fractais - 2ª edição, é ter e conceber a dimensão do outro em primeiro lugar, caso contrário não é coletivo, é só coletivo no discurso. Mas se você escolhe formar um coletivo para executar determinadas ações, você precisa começar a se rever como pessoa, a se refazer como ser humano. A dimensão do outro está cada vez mais presente e é neste momento que sai do discurso e vai para a prática. Como encarar os conflitos? Administrá-los? Como chegar ao consenso? Como fazer com que os impasses não se transformem em impedimentos ou precise chegar ao limite de precisar fazer uma votação para deliberar os encaminhamentos? Uma votação é sempre complicada porque ganha uma maioria de 51% e os outros 49% poderão ficar extremamente frustrados. Então, como fazer isso de modo diferente? Vai gastar mais tempo, claro, talvez precise de mais reuniões, mais argumentos, mais tolerância, mais tudo. É um desafio muito grande harmonizar os interesses das instituições que compõe os Coletivos. A proposta de formação em Educação Ambiental pelo DEA visa potencializar as ações já existentes, e não, reinventar a roda. Identificar em cada território as instituições que ou já fazem ou tem potencial para fazer educação ambiental, embora tenham algumas dificuldades, mas que ao se unirem executam com mais facilidade. Por outro lado, os conflitos ficam mais evidentes e o consenso é sempre um desafio, a produção coletiva é sempre muito mais demorada. Entretanto, esta produção é inigualável e surpreendente porque você não sabe o que vem! Nem de si mesmo no momento seguinte, que dirá do outro. É instigante, extremamente colorido, iluminado. É um processo cujo saldo deve ser considerado sempre positivo. Vou dizer por mim. São três anos que estou mergulhada neste processo. Ajudei a construir e a escrever o projeto em setembro de 2005 e percebo que o CESCAR tem algo de mim. Mas com certeza eu tenho muito mais do CESCAR do que ele tem de mim, porque a gente faz um esforço para não personalizar. Também acho que cada Coletivo tem uma “cara” desenhada em uma dinâmica que vai de acordo com as pessoas que estão mais na ponta. O CESCAR tem a Haydée como coordenadora, a Silvia do CDCC/USP como vice-coordenadora, eu como agente operacional, o Serginho como agente articulador do núcleo de Jaboticabal, a Cristina da UNESP em Araraquara, a Flávia da UNIARA e a Simone do DAAE. Então fizemos um esforço para que não fique só nestes nomes.

Educador Ambiental Popular

Quem é o Educador Ambiental Popular?

Existe uma utopia dentro da proposta do Programa de Formação de Educadores Ambientais por intermédio da constituição de Coletivos Educadores: ter os 180 milhões de brasileiros e brasileiras, educados e educandos ambientalmente. O termo “popular” não deve ser entendido no sentido do não acadêmico. O professor pode, sim, ser um educador ambiental popular quando está fazendo Educação Ambiental lá na quitanda, quando ele está comprando o seu quilo de laranja e está conversando com um vizinho, qualquer um. Ele não está na sua escola e ele está fazendo Educação Ambiental Popular. Então, como viabilizar essa utopia e atingir os objetivos se não por intermédio de Coletivos? Caso contrário, a utopia vira ilusão porque não tem como chegar na ponta, em cada mulher e homem, sem esta ação estruturante para enraizar a EA. Eu sou uma apaixonada pela proposta e a considero como um divisor de águas no que se refere ao entendimento da educação como um todo no país, contrapondo a educação institucionalizada, cujas regras ainda são muito engessadas, quando não envelhecidas, verdadeiramente arcaicas; e a proposta de Coletivos Educadores traz uma possibilidade do desenvolvimento de uma educação não formal (para dentro e para fora da educação formal) que agrega pessoas da comunidade e do entorno, trabalhando com elas. O CESCAR tem participantes que apresentaram inicialmente seus projetos de intervenção para dentro das suas escolas como professores da rede, e nós fizemos um esforço maior para que fossem contemplados os pais dos alunos, a comunidade do entorno e os funcionários das escolas.

Encontros e Caminhos

Qual o maior desafio deste Coletivo Educador?

Um dos maiores desafios seria o fortalecimento das parcerias institucionais. A proposta do Coletivo Educador visa fortalecer as ações educacionais daquele dado território com autonomia suficiente e que não dependa de aporte financeiro do Estado enquanto Governo Federal. Ou seja, desatrelar as ações das rédeas do Estado para organizar o coletivo de instituições, e não, de pessoas, simplesmente. Porque as instituições têm maior poder de captação de recursos e agregam valor nos seus projetos. Assim, se um projeto é elaborado apenas por uma Universidade, por exemplo, é diferente se o mesmo for feito por diversas instituições parceiras. Temos visto a valorização dos projetos nas instituições de fomento e de financiamento que apreciam a qualidade dos projetos que visam o enraizamento, a capilaridade, sua base de atuação e, principalmente, a sua continuidade para além do período de financiamento. Quais são as chances deste projeto continuar quando acabarem os recursos? Não estou falando nenhuma novidade, é a preocupação pelo menos da última década: a importância da continuidade dos projetos ou da descontinuidade no caso do seu término, embora na prática a gente veja tantos projetos sendo financiados e quando termina a verba, ele acaba. Exatamente porque os elos são frágeis. A fragilidade está na própria instituição, no quanto ela está envolvida e não o quanto uma ou outra pessoa da instituição está envolvida. É preciso fazer um movimento para dentro da organização enquanto a pessoa estiver envolvida e mergulhada e à frente do projeto, procurando socializar, compartilhar as informações e buscando o engajamento de mais pessoas. Até para ter mais fôlego, para ter novas cabeças, tanto para contribuir mais, quanto para este elo não se romper no momento que ela se muda. Então a fragilidade dos Coletivos está no estabelecimento destas parcerias. Talvez seja por isso que coletivos menores sejam

mais interessantes, pra facilitar esta relação. É como um casamento: para que fique mais estreito este relacionamento. O nosso desejo é de um segundo projeto do CESCAR de São Carlos com instituições de São Carlos, por exemplo. Outro do Núcleo de Araraquara e outro ainda do Núcleo de Jaboticabal. A EA que praticamos tem uma proposta de emancipar o ser humano, de fazer refletir sobre os valores, os padrões de consumo, os modos de vida e a apreensão de certos princípios faz toda a diferença. Para ser um agente multiplicador desta EA, é preciso aprender. Qual é a medida para se avaliar se o objetivo é atingido? Em parte, quando os projetos finalizam e aqueles que participaram deixam bastante claro o trabalho que será continuado, independente do projeto ter terminado.

e. ENTREVISTA Coletivos Educadores da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê

São Paulo, 27 de agosto de 2008.

Territórios integrantes: Municípios de Penápolis, Promissão, Barbosa, Avanhandava, Birigui, Mirandópolis, Braúna, Ubarana, Bilac e Araçatuba.

Entrevistada: Regina Fátima Ferlini Teixeira, bióloga, professora pela Escola Técnica Agrícola de Penápolis, a qual coordena no Centro Paula Souza, e pela Secretaria Estadual de Educação, através da qual coordena o Centro de Educação Ambiental juntamente ao projeto Coletivos Educadores da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê – SP-DAEP/CEA.

Estrutura do coletivo

1. Dentre as instituições parceiras, existe uma instituição âncora que represente o grupo em um dado projeto?

A instituição parceira que está com recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) é o Departamento de Água e Esgoto, contemplando as ações de onze municípios. A nova proposta seria abranger os quarenta e dois municípios, mas para isso precisamos de outros recursos e assim buscamos outra instituição. Então temos hoje onze municípios com recursos do FNMA, mas em parceria com outra instituição de recurso estadual para poder contemplar os outros municípios.

2. A gestão é compartilhada no processo de decisões do grupo?

O grupo gestor se reúne a cada dois meses e os participantes PAPs2 se confundem com os PAPs3: a divisão acaba se fundindo na tomada de decisões, tornando a gestão compartilhada. Nas próprias reuniões quinzenais pensamos no processo formativo e suas atividades reparadoras para o que não está indo bem. Surgem muitas idéias, pois o grupo é bem diversificado e amadurecemos isso agora: a cada projeto pensado para cada município, as atividades vão sendo diferenciadas. Assim abrem-se caminhos e as pessoas crescem com aquilo.

3. Quanto aos processos de formação de educadores ambientais, em qual momento se encontra este Coletivo?

Nas 180h de formação, os participantes (PAP3) já construíram seus projetos, estão desenvolvendo e tendo mil dificuldades para implantarem. Neste momento, questionamos quais os cardápios mediante suas necessidades, vamos tentar pensar nas dificuldades de um município para o

outro, envolvendo o grupo gestor, pois se inicia a parte de tutoria. Iremos focar mais na educomunicação, acompanhando e fazendo estes encontros e seminários para que apresentem seus trabalhos. Mas vai demorar um pouco até acertarmos a realocação dos recursos do FNMA, tirando de uma meta e passando pra outra.

4. Qual estrutura de capilaridade do processo de formação de educadores ambientais da região?

Não pensamos em números de PAP3, mas sim em instituições que conseguimos abranger que formam multiplicadores.

5. O grupo é dividido em coletivos locais ou subcoletivos?

Pelo FNMA, constituímos a área verde do mapa (Figura 4). Com recurso do Fundo Nacional de Recursos Hídricos (FEHIDRO), com o qual o Centro Paula Souza buscou apoio, nós vamos formar sub-coletivos, em parceria com o FNMA. Então esta está sendo a parte mais difícil, pois nós temos que procurar lideranças em cada região em destaque no mapa.

6. Se sim, cite vantagens e desvantagens desta subdivisão.

A vantagem é a distância, pois a pessoa se aproxima mais da realidade local. Por exemplo, numa distância de cerca 300 km podem ocorrer encontros semestrais, mas o contato fica mais conciso se as pessoas de aproximarem por localidade e proximidade. A proposta é buscar lideranças na Bacia como um todo, mas que tenham facilidade de encontros para que comecem a discutir e a se juntar. Haverá um momento de encontro geral num local que fique no centro de todos.

Participação

1. Quem participa do Coletivo Educador?

Professores da rede municipal, gestores públicos, chefes de gabinete, polícia ambiental, catadores. No grupo de formação não tem só professor, é bem diversificado. Quando fizemos a divulgação do processo, nós fomos de município em município. Nosso contato foi feito com os professores e a prefeitura fez uma divulgação. Fizemos uma palestra contando como seria o processo e as pessoas se inscreveram. Há um ano, tivemos cento e cinquenta inscrições e hoje temos em média setenta pessoas que permaneceram, o que é um número bom. Então esta é a característica do CE Baixo Tietê.

2. Como o grupo administra a adesão e a desistência de instituições parceiras?

No primeiro momento, parecia uma guerra, pois todos queriam participar. O número de parceiros é grande. Nossa primeira reunião tinha muita gente, o que é difícil de administrar e, a muitas das pessoas que vieram aqui, eu lhes disse: “Voltem porque vai haver o momento de vocês. Vamos trabalhar com um grupo menor neste aqui”. Muitos retornaram, mas dentro do próprio

município a adesão é livre, ou seja, quanto mais agregarem, maior o apoio. Ao perceber a permanência de setenta e cinco participantes, vimos que estão ali porque gostam e querem fazer, estão realmente envolvidos com o processo.

Educação Ambiental

1. Quais ações este Coletivo realizam para promover a Educação Ambiental no território?

Temos cursos e mini-cursos, os quais foram ampliados para o primeiro coletivo que envolve os onze municípios e quase 80% das aulas presenciais já aconteceram. Iremos discutir esta proposta dos CE pensarem o espaço local com capacitação, divulgando no município, buscando mais adeptos para a causa. Nestes municípios, teremos um acompanhamento, como se fosse uma tutoria, e pretendemos estimular trabalhos voltados para a educomunicação, a fim de incentivá-los a dialogar melhor no seu espaço, com seus representantes, pois cada município tem uma realidade diferente, cada qual com um tema que eles buscaram em seus projetos de intervenção. Demos uma base, dialogando sobre o que seria o meio ambiente, fizemos o diagnóstico e cada município montou o seu. Alguns se desenvolvem mais, outros menos. Começaram a ter um olhar diferenciado justamente para recursos hídricos e resíduos sólidos, de forma que todos os onze municípios trabalham com estes temas. O lixo acaba direcionando um pouco, pois está ali na sua frente todos os dias, atrapalha. Algumas pessoas que estão sendo capacitadas em uma cidade conseguiram chegar até os catadores de lixo, se reuniram com eles, perceberam suas necessidades, falaram sobre higiene, saúde, inclusive deram-lhes luvas de proteção e, estão pensando na qualidade de vida destas pessoas, as quais estão procurando caminhos sobre como melhorar seu espaço, buscando apoio da Prefeitura. Então esta é a facilidade que começa a aparecer na divisão para se resolver um problema. Como por exemplo, o professor de escola pública, cuja ação está fora da escola, mas consegue articular este trabalho com os catadores de lixo ao espaço escola e enxergar uma possibilidade deste aluno colaborar na conscientização de separação de lixo para facilitar o trabalho dos catadores. Então tem toda uma sequência de atividades que acaba ajudando.

2. Como é classificada a aceitação das entidades educadoras de ensino tradicional relacionada à inserção de EA informal no ambiente de estudo?

A proposta é uma EA informal, então as escolas que aderiram e pessoas que estão fazendo parte dela independem da educação formal. Estão ali porque querem fazer parte, aprender e ajudar a pensar. Ninguém é dispensado de aulas e nossos cursos acontecem aos sábados. Desde março até hoje temos encontros quinzenais nas escolas. A média de setenta participantes que permaneceu até hoje e que montou o projeto é que realmente se encontraram, quiseram fazer parte e tem aquela pré-disposição em trabalhar desta forma. Quando divulgamos nas escolas foi quem quis, diferentemente das universidades próximas que não entenderam ou não apoiaram. Foi difícil achar uma universidade que apoiasse. Em Araçatuba, a Unitoledo apoiou devido a uma pessoa que estava presente conosco e ajudou a universidade a entender, sendo que ela vai certificar os participantes e pra muita gente isso é importante. Ao apresentarmos uma proposta de educação informal, a maioria

não entendeu o processo, pois as pessoas gostam de metas e tudo certinho. Quando a proposta do coletivo começou, foi uma incógnita para as pessoas, pois a construção partia da iniciativa delas, é do agora, da conversa, do direcionamento. Passou por momentos difíceis, como “O que nós vamos fazer agora?!”; “Será que é assim, será que não é?”. Então depende das pessoas que estão ali iniciando o processo mesmo. Na pesquisa-ação encontramos alguns métodos que ajudam a dar um direcionamento, mas tem muito caminho.

3. Há monitoramento do processo formativo? Como é realizado?

Sim. A tutoria é feita pelo grupo de coordenação, que chamamos de grupo gestor, sendo que uns têm mais tempo que outros. Temos uma consultoria que nos ajuda a gerenciar o projeto, nos acompanha e fazem contato. Todas as informações e reuniões estão indicadas no site e as pessoas o procuram, assim não precisamos ligar para alertar sobre uma mudança de data, por exemplo. Aquele que não tem acesso à internet procura com outro que tenha, pois o município dialoga.

Comunicação

1. A distância entre os municípios é um fator limitante para a realização do trabalho?

Sim.

2. Como se dá a comunicação entre eles?

Através da internet, pois os municípios são distantes e, pelo grupo gestor. Filmamos todos os eventos, encontros e atividades, com “n” filmes já gravados em DVD, assim todos têm acesso às palestras. Cada encontro quinzenal ocorre em um município, o qual se envolve em preparar o alimento, buscando uma mobilização e todos têm a oportunidade de conhecer os outros municípios. Além disso, vamos descobrindo e valorizando o que tem na região, como é o caso de uma palestrante que temos de Araçatuba que ministra palestras em outras cidades, através da UMAPAZ (Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz). Agora na tutoria nós vamos não só registrar, mas ampliar o grupo, pois esta é a proposta. Eles estão se formando para atuarem no seu espaço, trazendo pessoas que reflitam.

Política

1. Dentre os parceiros do Coletivo Educador há algum representante político?

Sim.

2. Há reconhecimento e valorização deste trabalho pelos políticos?

Sim, sendo muito importante como parceiro.

3. Como é feito o diálogo com o Órgão Gestor da PNEA (DEA/MMA e CGEA/MEC)?

O diálogo existe, mas é um pouco distante, ainda mais com esta mudança na sua estrutura. Tentamos incorporar os princípios da PNEA, mas a comunicação direta com o Órgão Gestor ainda precisa crescer um pouco. A Semiramis fazia a articulação com a gente, era a facilitadora e é fundamental que ela retome, pois não podemos pensar em tudo e era o nosso apoio.

4. As ações deste CE articulam com outros programas do Órgão Gestor da PNEA (CIEAs, COM-VIDAs, Programa Juventude e Meio Ambiente) e projetos da DEA/MMA (EA em Unidades de Conservação, MES e Salas Verdes)?

Sim, no Centro de Educação Ambiental, definimos a Sala Verde e trabalhamos no projeto de Agenda Ambiental na Administração Pública, a A3P. O CEA tem uma atividade própria há 15 anos e o Coletivo é mais uma que ele agregou. Divulgamos todos os trabalhos da Sala Verde no CE, passando toda a experiência. Para a Escola Agrícola, usamos o espaço da Sala Verde que articula com suas atividades.

5. O CE faz ponte entre políticas públicas e grupos locais?

Está amadurecendo, pois a população não tem o hábito de conhecer e tentar mudar, de conviver com políticas públicas. Acho que nós demos o passo inicial e tem muito que crescer. Vai mudar alguma coisa na política do município? Depende das pessoas lutarem, agirem, buscarem pessoalmente representantes no Orçamento Participativo, câmara municipal, entender que é difícil. O PAP3 está começando a enxergar todos os caminhos que temos a percorrer e mudar o leme do barco. Todos os ministérios estão enxergando o município diferente e isso tudo tem a somar. Porque não é uma pessoa falando, são várias pessoas que começaram a falar sobre participação e direcionamento de recursos.

Economia

1. As atividades dos educadores ambientais estão inseridas no plano de trabalho das instituições parceiras?

Não, não estão. Eles podem até agregar no seu dia-a-dia e pensar em propostas no seu cotidiano, mas é totalmente independente.

2. Quais são os recursos usados pelas instituições para exercerem suas atividades no trabalho do Coletivo?

Estamos aguardando resposta do Fundo (FEHIDRO), pedimos ampliação, pois não cumprimos todas as etapas. Quando pensamos o projeto encaminhado ao FNMA, buscamos recursos pra transportes e alimentação, o que foi eficiente e facilitou bastante. Porém isso não vai acontecer com aquele estruturado para o FEHIDRO. Cada organização que financia projetos tem uma linha e para

esta não pedimos recursos para alimentação e transporte. Assim, o grupo gestor vai se locomover aos municípios.

No momento em que os educandos realmente pensam o processo na sua localidade, em melhorar certos pontos é que surgem as dúvidas: “O que, como e quando eu vou fazer?”. Por exemplo, um grupo vai trabalhar com os sem-terras em Araçatuba, visando implantar uma área verde, então o cardápio deles será Legislação Ambiental e DEPRN (Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais). Para isso, devemos buscar pessoas para esclarecer estes pontos. Em Bilac, por exemplo, querem um barracão para reciclagem. Mas devem considerar a dignidade de trabalho dos catadores, a saúde, a maneira como estão acumulando este lixo, ou seja, se está juntando ratos ou mosquitos da dengue. Já discutimos sobre a existência de recursos não ser uma condição para acontecer, ou seja, há outras maneiras de conseguir, por exemplo, com a Prefeitura. É necessário, mas a proposta é ir amadurecendo, as pessoas buscarem isso.

Construção Coletiva

Como construir coletivamente os conhecimentos?

Colocamos um tema central e cada um conta a história sobre o que sente, o que já vivenciou e começamos a perceber em qual ponto está. Por exemplo, ao trabalhar com resíduos sólidos, indagamos: “o que é, o que vem a ser, quais as dificuldades encontradas, qual é minha situação?”. A partir disso, vamos direcionando os textos. Mas é difícil, pois este grupo que nós temos não tem hábitos de leitura, tem dificuldades para isso, já que não são professores e temos pessoas de diversos níveis escolares. Assim, o conhecimento é construído no dia do encontro. Então nós nos limitamos a não ter certas atividades, diferentemente do COEDUCA e DO CESCAR, que trabalham com universidades. Nós somos um CEA que tem uma formação e buscamos através dela desenvolver sem um pesquisador universitário. A universidade irá certificar, sem o envolvimento do pesquisador nas atividades, mas eu direciono, dando apoio pedagógico. A vivência ajuda a você a pensar. Mas vamos aprendendo juntos, não é? Esta é a proposta! Como com a educomunicação, em que imaginávamos que seria feita com rádio e televisão, mas não. Então fui estudar, amadurecer e descobri outros caminhos de trabalhar a educomunicação não só informativa. Se as pessoas aprenderem a dialogar, já é uma comunicação. Mas ao apresentar este termo, a educomunicação, aparece como um bicho-de-sete-cabeças: “O que é isso?”. Os próprios CE do país vêm amadurecendo isso. É uma maneira de formar educadores que estão tentando com ação local, entre outras características, afinal não é pra ser tudo igualzinho, não é? Mas os conceitos são construídos assim, através de palestras, fazemos uma reflexão e procuramos jogar na vivência deles.

Educador Ambiental Popular

Quem é o Educador Ambiental Popular?

Quando o Marcos Sorrentino propôs a formação do Educador Ambiental Popular, indagamos como trabalhar os conceitos nesta diversidade? Cada um constrói mediante o nível em que está. Procuramos promover uma situação e cada um consegue enxergar de uma forma e dar um passinho a mais. Apesar de muitos terem ensino superior, temos gente de todos os níveis, desde guardas-municipais a adolescentes da escola agrícola, por exemplo. Um de nossos estudantes formou o Coletivo Jovem e foi junto para o Mato Grosso com os alunos que vem de lá estudar na escola agrícola e voltam nas férias. Iria trabalhar a EA, apresentando-a em uma escola. Um candidato a prefeito apoiou seu projeto e ele está super animado: ele consegue envolver as pessoas.

Encontros e Caminhos

Qual o maior desafio deste Coletivo Educador?

A cultura de participação. Quando fazemos tutoria, percebemos que há lista de presença, atas das reuniões e eles conseguem se manter. A proposta é acompanhar e ajudá-los a conquistar este processo. Isso é um desafio, mas procuramos levar exemplos, como ocorre em Penápolis, que vive ganhando prêmio por ter 100% de água e esgoto tratados. Então passam a conhecer o que é uma gestão pública organizada e abrir o olhar para a participação. Nossa cultura é cada um no seu mundinho, mas ao trabalhar em equipe, você tem que se doar, deixar sua casa aos sábados.